



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Tharlles Lopes Gervasio

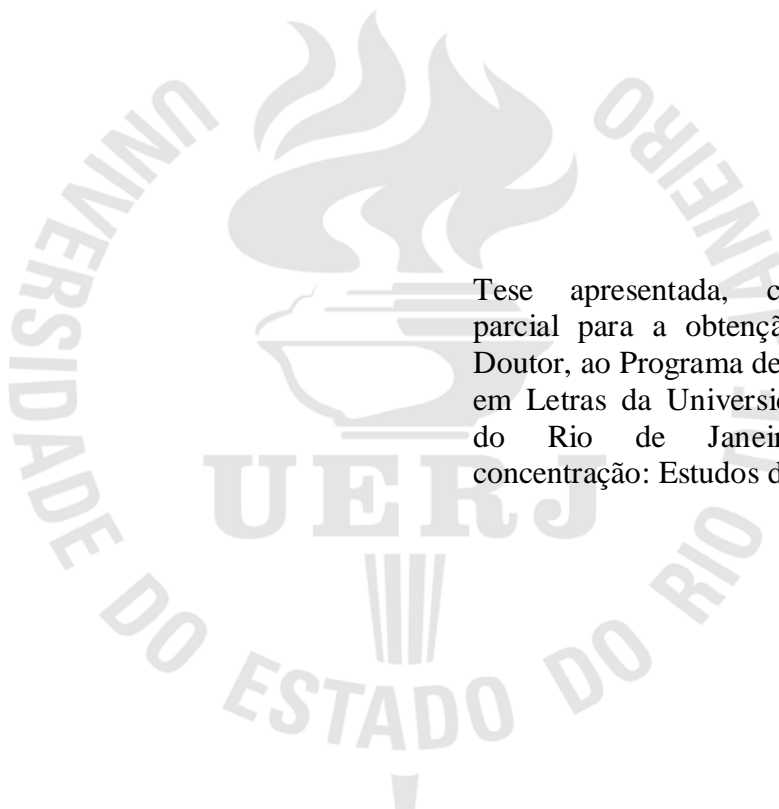
A construção correlata aditiva: uma análise linguístico-cognitiva

Rio de Janeiro

2019

Tharlles Lopes Gervasio

A construção correlata aditiva: uma análise linguístico-cognitiva



Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientadora: Prof^a. Dra. Sandra Pereira Bernardo

Coorientador: Prof. Dr. Ivo da Costa do Rosário

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

G286 Gervasio, Tharlles Lopes.
A construção correlata aditiva: uma análise linguístico-cognitiva /
Tharlles Lopes Gervasio. – 2019.
162 f. : il.

Orientadora: Sandra Pereira Bernardo.
Coorientador: Ivo da Costa do Rosário.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Letras.

1. Gramática cognitiva – Teses. 2. Língua portuguesa - Análise do
discurso - Teses. 3. Linguagem e línguas – Teses. 4. Pressuposição (Lógica)
– Teses. 5. Análise linguística – Teses. I. Bernardo, Sandra Pereira. II.
Rosário, Ivo da Costa do. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90-5

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese,
desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Tharlles Lopes Gervasio

A construção correlata aditiva: uma análise linguístico-cognitiva

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 16 de agosto de 2019.

Coorientador: Prof. Dr. Ivo da Costa do Rosário
Universidade Federal Fluminense

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Sandra Pereira Bernardo (Orientadora)
Instituto de Letras – UERJ

Prof^a. Dra. Julia Scamparini Ferreira
Instituto de Letras – UERJ

Prof^a. Dra. Naira de Almeida Velozo
Instituto de Letras – UERJ

Prof^a. Dra. Valéria Fernandes Nunes
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Diogo Oliveira Ramires Pinheiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2019

DEDICATÓRIA

Aos meus preciosos, doces e amados pais, Doralino e Maria de Fátima, por me amarem incondicionalmente e por serem, todos os dias, as minhas maiores fontes de inspiração.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Soberano Pai de Amor, por nunca me desamparar e por ser minha força a cada amanhecer, sempre instaurando um novo tempo em minha vida.

À minha mãe, ao meu pai e à minha irmã, por acreditarem em mim e estarem ao meu lado em todos os momentos da minha vida.

À Profa. Dra. Sandra Pereira Bernardo, minha querida orientadora, e ao Prof. Dr. Ivo da Costa do Rosário, meu querido coorientador, por sempre confiarem em mim. Vocês são provas de que o aprendizado afetuoso é, plenamente, possível e dá certo.

À amiga Jovana, pelas longas conversas, pelos conselhos e pelo frequente estímulo. Sua amizade é muito preciosa para mim.

Aos caros amigos Waldecir, Márcio, Idrissa, Fabiana, Luciana, Adriana e Wallace, por torcerem por mim.

Aos companheiros dos grupos *NELUC-UERJ*, *CCO-UFF* e *D&G-UFF*, por trocarem saberes de maneira tão útil e valiosa.

Aos membros da banca, por aceitarem participar deste momento e dedicarem seu tempo à leitura desta tese.

Aos funcionários do *Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, por todo zelo com que me trataram no decorrer dos anos de estudos.

Muito obrigado a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste sonho.

A língua é um fenômeno essencialmente ligado à realidade social e à cognição humana e por essa razão o estudo da língua será reducionista, a menos que essas relações sejam levadas em conta.

Jef Verschueren

RESUMO

GERVASIO, Tharlles Lopes. *A construção correlata aditiva: uma análise linguístico-cognitiva*. 2019. 162 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

O presente trabalho tem como objetivo a investigação das características da construção correlata do tipo *não só... mas também*, aplicada ao discurso como correlator (ROSÁRIO, 2012; 2018), com sentido aditivo, amalgamado a uma nuance de quebra de expectativa. A construção correlata aditiva em questão tem seu emprego bastante frequente em porções textuais de caráter expositivo-argumentativo (GERVASIO, 2016b). Com base nos conceitos teóricos apresentados pela Linguística Cognitiva, sobretudo a Gramática Cognitiva (LANGACKER, 1987; 1991; 1999; 2008), a Estrutura Informacional (LAMBRECHT, 1994) e a Pressuposição (FAUCONNIER, 1994, 1997; MARMARIDOU, 2000), examina-se, também, o contexto e a situação comunicativa em que a expressão se insere. Busca-se, ainda, no desenvolvimento desta pesquisa de caráter, mormente, qualitativo, observar os impactos sintático-semânticos, bem como os traços discursivo-pragmáticos evidenciados pelo emprego da construção em pauta e as mudanças de postura em relação a seus interlocutores mediante esse uso. O trabalho é desenvolvido a partir de registros escritos do Português do Brasil em uso, retirados dos editoriais da página virtual da *Revista Veja*. Nos editoriais, argumentos que fundamentam a ideia principal do texto são dispostos de modo a convencer o interlocutor acerca do posicionamento defendido por seu autor. Constata-se, com essa pesquisa, a hipótese de que a construção correlata aditiva é um processo e/ou mecanismo que, além de diferir dos processos canônicos de coordenação e subordinação, reflete, na prática discursiva, um modo especial de processamento, em termos cognitivos, do entrecruzamento de informações distribuídas entre as partes dessa construção. Da mesma maneira, verifica-se a existência de uma ancoragem dos enunciados introduzidos pelos pares correlatos aditivos em pressuposições. Isso favorece a força argumentativa do usuário da língua no discurso em relação a seus interlocutores para adesão de teses.

Palavras-chave: Correlação. Combinação de Cláusulas. Conectores. Linguística cognitiva.

ABSTRACT

GERVASIO, Tharles Lopes. *The correlative additive construction: a cognitive linguistic analysis*. 2019. 162 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

The present work aims to investigate the characteristics of the correlative construction like *not only... but also*, applied to the discourse as correlator (ROSÁRIO, 2012; 2018), with an additive meaning, amalgamated to a nuance of a breach of expectation. The correlative additive construction has its use quite frequently in textual portions of expository-argumentative character (GERVASIO, 2016b). Based on the theoretical framework of Cognitive Linguistics, especially Cognitive Grammar (LANGACKER, 1987, 1991, 1999, 2008), Information Structure (LAMBRECHT, 1994) and Presupposition (FAUCONNIER, 1994, 1997; MARMARIDOU, 2000), we also intend to examine the context and the communicative situation in which the expression is inserted. During the development of this qualitative research, we want to observe the syntactic-semantic impacts, as well as the discursive-pragmatic traits evidenced by the use of the mentioned construction and the changes of posture related to its interlocutors through this use. The work is developed from written records of the Brazilian Portuguese in use, taken from the editorials of *Veja's* magazine virtual page. In editorials, arguments that base the main idea of the text are arranged in a way to convince the interlocutor about the position defended by its author. This research confirms the hypothesis that the correlative additive construction is a process and/ or mechanism that, in addition to differing canonical processes of coordination and subordination, reflects, in discursive practice, a special mode of processing, in cognitive terms, of the intertwining of information distributed between the parts of that construction. In the same way, it is also verified a possible anchoring of the statements introduced by the correlative additive pairs into presuppositions. This favors the argumentative force of the user of the language in the discourse in relation to its interlocutors for adhesion of theses.

Keywords: Correlation. Clause Combining. Connectors. Cognitive linguistics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Esquematização das possíveis relações entre os polos	23
Figura 2 –	Esquema de combinação das estruturas simbólicas	24
Figura 3 –	Sequência de <i>frames</i> para atualização do EDC	31
Figura 4 –	Síntese dos estados de conhecimento e consciência dos referentes	37
Tabela 1 –	Quantitativo geral das CCAs coletadas na Veja	84
Tabela 2 –	Quantitativo geral das CCAs de acordo com cada grupo e ano de edição	86
Figura 5 –	Representação do ordenamento proposicional para processamento cognitivo	96
Figura 6 –	Arranjo do processo de conceptualização da CCA	103
Figura 7 –	Representação da relação de ponto de referência	106
Figura 8 –	Perfilamento dos itens correlatos para a expressão da adição	121
Figura 9 –	Processamento cognitivo da relação prótase-apódase-MAS	123
Figura 10 –	Categoria radial dos usos de “mas” a partir de Neves (1984)	125
Figura 11 –	Processamento cognitivo da relação prótase-apódase-COMO	129
Figura 12 –	Esboço simplificado de um <i>ground</i> comum entre X e Y.....	132
Figura 13 –	Representação prosódica da relação prótase-apódase	134
Figura 14 –	Representação prosódica da relação prótase-apódase com base em (33)	135
Figura 15 –	Representação do caminho composicional da CCA a partir de (37)	144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCA –	Construção Correlata Aditiva
EDC –	Espaço Discursivo Corrente
EAF –	Espaço de Ato de Fala
GC –	Gramática Cognitiva
GT –	Gramática Tradicional
LC –	Linguística Cognitiva
LF –	Linguística Funcional
LFCU –	Linguística Funcional Centrada no Uso
NGB –	Nomenclatura Gramatical Brasileira
PB –	Português Brasileiro

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
1.1	A Linguística Cognitiva	15
1.1.1	<u>A Gramática Cognitiva</u>	20
1.1.1.1	O aparato cognitivo e a proposta de Langacker	21
1.1.1.2	Trajetor e marco	28
1.1.1.3	Espaço Discursivo Corrente	29
1.2	A Estrutura Informacional	32
1.2.1	<u>Identificabilidade e ativação</u>	35
1.2.2	<u>Tópico e foco</u>	38
1.2.3	<u>Funções principais da estrutura da informação</u>	41
1.3	A Pressuposição	42
1.3.1	<u>Pressuposição pragmática e asserção pragmática</u>	51
2	A CORRELAÇÃO	54
2.1	O tratamento tradicional	54
2.2	A perspectiva dos estudos linguísticos	57
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	72
3.1	O caráter expositivo-argumentativo do gênero <i>editorial</i>	72
3.2	O editorial da <i>Revista Veja</i>	76
3.3	Composição e caracterização do <i>corpus</i>	79
3.4	Coleta de dados e aspectos observados	81
4	A CORRELAÇÃO ADITIVA: UMA ANÁLISE CENTRADA NA COGNIÇÃO	85
4.1	Grupo CCA 1: não só... mas/ como (também)	87
4.2	Grupo CCA 2: não somente... mas/ como (também)	100
4.3	Grupo CCA 3: não apenas... mas/ como (também)	117
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
	REFERÊNCIAS	152

INTRODUÇÃO

O tema da correlação no Português Brasileiro (PB), de uma maneira geral, conta com poucas análises, seja em estudos de base estrutural, seja em pesquisas de caráter funcional. Como continuidade da análise da Construção Correlata Aditiva (CCA), realizada por nós em 2016, cremos que um caminho profícuo e natural a ser tomado seria o aprofundamento de alguns conceitos em relação às construções mencionadas. O trabalho citado apresentou um enfoque das construções sob a égide da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), sugerindo-nos rotas ainda não exploradas com relação às construções correlatas e aos processos sintáticos de coordenação e subordinação. Nosso presente trabalho, o qual também se enquadra numa abordagem não formalista, está, mormente, fundamentado em assunções da Linguística Cognitiva (LC).

Ao consultarmos compêndios gramaticais para fins de estudo, pudemos observar que não se dava a devida ênfase à CCA, em termos analíticos, tendo em vista que a tradição privilegia a análise de formas classicamente descritas. Ainda, por meio de nossas análises, pudemos, mais uma vez, tal como em Gervasio (2016b) e em Rosário (2018), comprovar a força semântico-pragmática exercida no discurso pelo uso da CCA.

Ao analisarmos o *corpus* que elegemos, notamos que a adição na CCA se estabelece por meio de recursos linguísticos distintos daqueles presentes na adição estabelecida pelo conectivo aditivo por excelência “e”. Desse modo, pudemos constatar que, diferentemente do conectivo “e”, na CCA, a adição é feita por uma relação escalar existente entre as informações veiculadas na prótase e na apódose, sendo, em termos gerais, a primeira dada e a segunda nova, respectivamente.

Nesses termos, a nomenclatura a qual utilizamos para caracterizar a correlação aditiva não tenciona uma reformulação da terminologia gramatical, mas é somente um modo de melhor singularizarmos essas construções que, embora aditivas, em muito se afastam das aditivas prototípicas oriundas do emprego do “e”. A CCA tem por característica principal a semântica de adição adjungida a uma informação ancorada em um pressuposto, entendido no presente trabalho como uma referência contextualmente mais ampla e, ainda, de caráter exofórico, que colaborará, de certo modo, para quebra de expectativa também presente na construção, tal como se observa em (1):

- (1) Um estudo publicado nesta segunda-feira reforça a ideia de que a amamentação **não só** faz bem à saúde física do bebê, **como** contribui **também** para o seu desenvolvimento intelectual. Segundo a pesquisa, feita no Hospital Infantil de Boston, nos Estados Unidos, quanto mais tempo uma criança é amamentada, melhor será, ao longo da infância, o seu desempenho em testes que avaliam aspectos da cognição – como aquisição da linguagem, por exemplo. (07/2013)

Em (1), fica claramente perceptível o fato de que o conhecimento a respeito do aleitamento materno como algo que traz os mais variados benefícios para a saúde física do bebê já é de conhecimento espraído na sociedade, constituindo, assim, a informação dada, isto é, velha. Para tanto, o editor da matéria se utiliza da forma verbal “reforça”, que, por sua vez, está atrelada ao sintagma nominal “a ideia”, fortalecendo, ainda mais, a concepção de que a informação velha se ancoranum pressuposto, que, no caso do dado apresentado, seria de que os leitores já têm o conhecimento prévio sobre a amamentação como uma ação positiva. A surpresa a respeito do fato vem no acréscimo ocorrido pela segunda parte da correlação (“como contribui também para o seu desenvolvimento intelectual”), em que se descobre que, além de benefícios físicos, o aleitamento traz benesses para o plano cognitivo da criança.

Constatamos que a correlação aditiva e o conectivo “e” não são intercambiáveis, havendo, portanto, prejuízo semântico no caso do emprego do “e” em alguma porção discursivo-textual em substituição à CCA. Isso ocorre porque a CCA apresenta especialização pragmática em relação ao aditivo “e”, conforme vemos em (2) e em sua paráfrase (2a):

- (2) Ele é um exemplo **não só** como pessoa, **mas também** na forma como administra sua carreira. E também é um jogador muito exigente. Ele não está aqui para se divertir, e sim para ganhar jogos. Não compramos jogadores para vender camisas, e sim para conquistar títulos. (02/2013)

- (2a) Ele é um exemplo como pessoa **e** na forma como administra sua carreira. E também é um jogador muito exigente. Ele não está aqui para se divertir, e sim para ganhar jogos. Não compramos jogadores para vender camisas, e sim para conquistar títulos.

Podemos observar que, embora, em termos de mensagem veiculada, os excertos possuam carga semântica similar, há distinção no papel discursivo-pragmático desempenhado em seu conteúdo. Em (2), a interpretação do enunciado ocorre de maneira distributiva, em razão de uma hierarquização do modo como as informações (velha–nova) são dispostas e

apresentadas ao leitor (CAMACHO, 1999; GERVASIO, 2016b). Já na paráfrase (2a), isso não se confirma, visto que a quebra de expectativa construída por meio do par correlato aditivo não acontece, não provocando, portanto, uma hierarquização das informações, mas, pelo contrário, uma espécie de equiparação do que é apresentado.

Dessa forma, iniciamos nosso estudo tencionando trazer contribuições a respeito da CCA, bem como sua caracterização. No capítulo que segue, trazemos à baila conceituações sobre a LC, as quais são de importância vital para fundamentar nossa análise, posto que tal abordagem, por sua vez, além de propor uma análise em termos linguísticos, leva em consideração, também, questões balizadas nos campos social e histórico, bem como na corporificação da mente.

No capítulo subsequente, faremos uma breve síntese no que tange a alguns estudos que tratam da temática da correlação, sobretudo, da aditiva, tanto no âmbito formal quanto no funcional. Mais adiante, chegaremos ao capítulo dedicado à metodologia que conduziu a nossa pesquisa, no qual deixaremos explícitos os caminhos tomados para o nosso estudo, tanto no que se refere à abordagem metodológica quanto à constituição do *corpus* utilizado em nossa análise.

No capítulo dedicado à análise de dados, vamos proceder às observações e às descrições de nosso objeto de estudo, com vistas a responder aos seguintes questionamentos:

a) O correlator “não só” da prótase¹ funciona, no discurso, como uma moldura referencial para a informação subsequente a ser introduzida pelo correlator “mas também” da apódose²?

b) A utilização dos pares correlatos aditivos favorece a força argumentativa do orador/escritor?

c) A construção correlata aditiva é um processo e/ou mecanismo que, além de diferir dos processos canônicos de coordenação e subordinação, reflete, na prática discursiva, um modo especial de processamento, em termos cognitivos, do entrecruzamento de informações distribuídas entre as partes dessa construção?

¹ De acordo com Fernandes *et al.* (1989), a palavra significa a “primeira parte de um período gramatical”, e tem sua origem no termo grego *prótasis*, que, segundo Bally (2000), quer dizer “questão proposta, premissa de um argumento” e, em termos retóricos, de modo mais específico, “a primeira parte de um período, uma proposição a ser desenvolvida”.

² Também escrita “apódase”, indica, consoante Fernandes *et al.* (*op. cit.*), em termos retóricos, a “segunda parte do período em que se completa e explica o sentido que ficou na primeira, chamada prótase”. Tem origem na palavra grega *apódasis*, que Bally (*op.cit.*) define como “proposição em relação a uma anterior chamada *prótasis*”.

d) Quais são as evidências linguísticas que estabelecem a relação de interdependência ou dependência mútua que caracteriza a correlação aditiva?

É, portanto, acerca desses pontos, isto é, do estatuto dos pares correlatos aditivos, da construção correlata aditiva em si e do papel da junção dos itens correlatos na construção correlata aditiva que lançaremos boa parte de nossas observações. Para tanto, tomaremos como fundamentação teórica conceitos fundantes da LC, sobretudo, as assunções propostas na Gramática Cognitiva (LANGACKER, 1987; 1991; 1999; 2008), bem como os pressupostos a respeito da Estrutura Informacional (LAMBRECHT, 1994) e da Pressuposição (MARMARIDOU, 2000). Nossa escolha deve-se ao fato de que tais trabalhos apresentam análises mais aprofundadas.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, apresentamos as assunções da Linguística Cognitiva sobre as quais fundamentamos teoricamente nossas análises, a saber: considerações gerais sobre a LC, abarcando seu percurso histórico e discorrendo, ainda, sobre os estudos que orientaram a estruturação dessa abordagem linguística (seção 1.1); bem como a visão langackeriana da gramática (subseções 1.1.1 e 1.1.2). Além disso, apresentamos um panorama geral a respeito da estrutura informacional (seção 1.2) e, finalmente, questões relativas à temática da pressuposição, assunto de bastante interesse de diversas vertentes da linguística (seção 1.3).

1.1 A Linguística Cognitiva

A LC, bem mais que uma quebra com correntes teóricas que a antecederam, se estabelece no cenário dos estudos da linguagem como uma agenda de investigação que inova, ao trazer para os seus estudos outras áreas do conhecimento humano, não explorando apenas o que concerne ao arcabouço linguístico. Desse modo, a LC não se apresenta como um aparato teórico constituído com a finalidade de dar nomes a conceituações já existentes.

Distintivamente, a LC é caracterizada como uma ciência interdisciplinar que visa a modificar, ao dar novo ânimo, teorias já existentes. O diferencial promovido pelo rompimento da LC com padrões vigentes advém exatamente de sua rejeição ao paradigma clássico de categorização, em que um elemento poderia pertencer a uma dada categoria somente se possuísse todas as condições suficientes e requeridas para ser colocada em grupos estanques e fechados.

Na década de 50, Wittgenstein foi um dos responsáveis por chamar a atenção dos estudiosos para a questão da categorização mais flexível e ajustada com a realidade de fato. Nesse sentido, o autor distancia-se da visão de base aristotélica que não associava o uso de um termo do léxico às condições e à intencionalidade de quem os profere.

Wittgenstein (1953, p.39), ao asseverar que “o significado de uma palavra é o seu uso na linguagem”, nos conduz à compreensão de que são os limites advindos dos contextos de uso que fazem de um conceito algo passível à utilização pelos usuários. Essa afirmação põe em dúvida o modelo de categorização clássica e possibilita, ainda, a apreensão do conceito

de semelhanças de famílias, visto que, para Wittgenstein, tanto a aproximação – parentesco – quanto a disparidade – diferença – são dados que não se podem negar ao se propor a categorização de um elemento. Nesses termos, conceptualizar um mundo como algo compartimentado é enaltecer apenas as diferenças, sem que se considere que essas mesmas diferenças, a depender do lugar e do emprego do termo, podem se tornar fluidas ou mesmo, de certo modo, similares.

A discussão a respeito do conceito dos jogos de linguagem, tendo como fundamentação o olhar sobre o emprego dos termos e estruturas na vida real, as quais podem, por sua vez, parecer iguais, mas que, na realidade, carregam em si sentidos diversos a serem desvelados nas aplicações nos mais diversos contextos por seus usuários, foi abraçada por Rosch *et al.* (1976). Nessa obra, ao se utilizarem da teoria proposta por Wittgenstein, no que tange à semelhança de família, examinaram se a apreensão das cores focais era algo que estava balizado no plano linguístico ou no plano cognitivo, que antecede a própria elaboração linguística, isto é, no plano cognitivo pré-linguístico.

Rosch e seu grupo puderam, então, descobrir, ao pesquisarem falantes de uma língua de Papua Nova Guiné em idade pré-escolar, que as cores focais, se comparadas a outras, possuem um maior grau de saliência, tornando-se, portanto, mais fáceis de serem fixadas na memória de longo prazo e resgatadas de maneira mais fidedigna na memória de curso prazo (cf. ROSCH *et al.*, 1976). Seus estudos resultaram na constatação de que a organização categorial opera em níveis distintos, possibilitando, assim, a defesa de uma teoria dos protótipos que preconize os exemplos mais representativos de cada categoria com um ponto de referência cognitiva. Assim, ao propor uma redefinição do que constitui, de fato, uma categoria tomando por base o elemento mais exemplar, ou seja, o protótipo, e os demais elementos que figuram em torno do protótipo, a estudiosa proporciona um novo olhar com relação ao que ficou conhecido como categorização.

Tendo em vista que o trabalho de pesquisa de Rosch *et al.* (1976) tomou por escopo cores, frutas, móveis, armas, formas, veículos e pássaros, isto é, elementos mais palpáveis de apreensão por nossos sentidos, alguns questionamentos acerca do membro mais prototípico de cada categoria fizeram com que o conceito fosse ajustado, apontando para os efeitos de prototipicidade, os quais podem ser concebidos como uma manifestação imagética que se dá no plano cognitivo e que não têm por obrigatoriedade a equivalência com o elemento central de uma categoria, podendo, contudo, encontrar compatibilidade com um ou mais de um membro de alguma categoria. O ajuste na teoria dos protótipos encontrou mais correspondência com a teoria de semelhanças de famílias proposta por Wittgenstein, tendo em

vista que não se torna mais necessário que se eleja um elemento que melhor represente uma dada categoria, algo bastante dificultoso, quando se precisa fazer menção a categorias que se dão num maior nível de abstração, como, por exemplo, os sentimentos.

A proposta teórica cognitivista trouxe para o campo dos estudos de linguagem muitas propostas úteis às análises linguísticas, como a Teoria da Metáfora Conceptual, a Teoria da Gramática de Construções, os Modelos Cognitivos Idealizados. Vale mencionar que apenas alguns serão utilizados em nosso trabalho, portanto, serão explanados na sequência. A partir do final dos anos 70, a LC se desenvolveu como um novo modelo teórico nos ramos dos estudos linguísticos, sobretudo, com os estudos desenvolvidos por Lakoff e Johnson (1980), Lakoff (1987) e Langacker (1987; 1991). A característica central do paradigma cognitivista, que o afasta de paradigmas que o antecederam, como o estruturalista e o gerativista, reside no fato de que “a linguagem humana é parte integrante da cognição humana” (LANGACKER, 1987, p. 12), isto é, não constitui um fenômeno separado de outros processos balizados na cognição.

Na LC, o tratamento da relação linguagem X mundo real é observado sob uma perspectiva filosófica, denominada por Lakoff (1987) de experiencialismo, ou realismo experiencial, em oposição ao objetivismo vigente no período. Acredita-se, no âmbito da visão objetivista de cognição, que as representações componentes da língua passam a possuir sentido por correspondência com o mundo material. Nesse sentido, o pensamento constituiria somente um ato de manipular mecanicamente símbolos abstratos, e agiria como se fosse um reflexo da realidade circundante.

O pensamento é compreendido, então, como um elemento abstrato e sem relação com o corpo humano e as limitações dele provenientes, seja de ordem física ou neurológica. Para o objetivismo, o pensamento é passível à divisão em partes tal como átomos, os quais podem ser orientados por regras ou combinações, numa instrução similar à da lógica matemática (cf. NASCIMENTO, 2006).

Em contrapartida, o experiencialismo tem como crença a ideia de que o pensamento e o corpo humano estão atrelados. Em outras palavras, o sistema conceptual humano é decorrente da experiencição do homem com o mundo em que vive, sendo, por conseguinte, o significado oriundo dessa experiência.

O sistema conceptual centra-se, assim, em nossa vivência físico-social. Ademais, para o experiencialismo, o pensamento é produto da imaginação, uma vez que somos capazes de conceptualizar, por meio de metáforas ou metonímias, elementos em nível abstrato, que se encontram até mesmo para além de nossa experiência sensório-motora. Tendo em vista que

tanto a metáfora quanto a metonímia encontram-se fundamentadas na experiência humana, sobretudo corporal, a nossa capacidade de imaginar está, também, pautada, ainda que de modo indireto, nas vivências.

Desse modo, ao categorizarmos tudo aquilo que não espelha o mundo natural, utilizamos, portanto, a capacidade do homem de imaginar. O olhar proposto pela abordagem experiencialista rejeita a ideia de um pensamento atomista. Contrariamente, compreende o pensamento como possuidor de características gestálticas. Em outros termos, cada conceito apresenta uma formação que transborda a compreensão de uma mera junção de “átomos” conceptualizados que se unem por meio de um regime organizacional de caráter generalizante.

O sucesso do processamento cognitivo está atrelado justamente à formação geral do sistema conceptual. O pensamento é, assim, mais complexo que um mecanismo capaz de manipular símbolos em nível de abstração.

Assim sendo, os estudiosos precursores da LC tiveram como uma de suas atenções iniciais a categorização, que, segundo Roschet *al.* (1976), possui estreita relação com o fato de que

[o]bjetos básicos para um indivíduo, subcultura ou cultura devem resultar da interação entre a estrutura potencial fornecida pelo mundo e as ênfases e o estado de conhecimento específicos das pessoas que estão categorizando. No entanto, o ambiente impõe restrições às categorizações³ (ROSCH *et al.*, 1976, p. 430).

Assim, podemos compreender que, embora o próprio meio estabeleça limites e, conseqüentemente, aponte a natureza das categorias produzidas pelo homem, tais categorias são, em parte, estabelecidas pelo próprio caráter da interação entre os envolvidos no processo de experientiação. Esse fator sugere, exatamente, uma ligação direta com uma cognição de base corporificada.

Partindo, portanto, do pressuposto de que a realidade é, em sua essência, formada por elementos que portam diferenças entre si, visto que não há dois elementos exatamente iguais, nem mesmo um corpo humano é simétrico em sua totalidade ou dois pássaros são iguais, a ação de categorizar permite que organizemos, em nosso pensamento, uma realidade que é, na verdade, desorganizada. A categorização ocorre por conta de duas operações cognitivas

³Basic objects for an individual, subculture, or culture must result from interaction between potential structure provided by the world and the particular emphases and state of knowledge of the people who are categorizing. However, the environment places constraints on categorizations.

preponderantes: generalização e discriminação. A primeira diz respeito ao ato de identificar as propriedades semelhantes entre os seres. Já a última está relacionada ao ato de identificar as disparidades entre tais seres.

Na perspectiva tradicional, a categorização ocorre de modo compartimentado, em que podemos agrupar seres que partilham do mesmo conjunto de traços. Sendo assim, podemos compreender essa perspectiva como um modelo balizado em compartimentos. Entretanto, esse tipo de modelo não dá conta de organizar o nosso mundo real.

Distintamente do modelo de categorização dos compartimentos, surge, por meio de experimentos advindos da psicologia cognitiva, a classificação baseada em protótipos. Segundo Langacker (1987), os estudos promovidos por tal ramo da psicologia constataram que as categorias são, na realidade, em geral, organizadas tomando como princípio os exemplares prototípicos.

Esses exemplares constituem o senso comum das pessoas a respeito de um elemento e ocorrem, normalmente, na nossa experiencição com o mundo. Assim, os seres que contêm todos os traços determinantes de uma categoria constituem os chamados elementos prototípicos. Contrariamente, os elementos com menos traços são os menos prototípicos. Fazer parte, portanto, de uma categoria não é uma questão de ser ou não ser considerado um elemento ou outro, mas é, sobretudo, uma questão de pertencimento escalar, isto é, em grau.

Ao portar, em si mesmo, traços de uma categoria, menor a possibilidade de tal elemento ser alocado nela. Categorizar com base em protótipos cobre, de modo bem mais efetivo, até mesmo a descrição linguística. Como sabemos, em vários paradigmas linguísticos, as teorias são fundamentadas em oposições bastante discretas e, de maneira geral, um tanto rígidas, tais como as dicotomias *semântica x pragmática*, *conotação x denotação*, *sincronia x diacronia* etc..

Entretanto, por nos fundamentarmos em uma perspectiva funcional de linguagem, acreditamos que não haja dicotomias perfeitas ou, como postula Langacker (1987, p. 18), essas dicotomias são falsas. Para o estudioso, a aceitação total dessa oposição binária aponta para problemas de cunho conceptual e, ainda, na falta de instanciações em que se note a transformação do que é um conceito e do que é outro. Assim, para Langacker (*op. cit.*), essas falsas dicotomias são formadas por uma observação calcada em exemplos representativos situados nas pontas de um *continuum*, sem que se observem casos que se encontram no meio desse curso.

Contrariamente, na LC, a língua é, em si, um grande *continuum* em que seus elementos componentes “caminham” juntos, uma vez que não se estabelecem limites precisos

entre eles. Na LC, mantém-se, em primeiro plano, a ideia de que o papel central da linguagem é estabelecer sentidos, não possibilitando, assim, a segregação entre léxico e gramática, posto que esta última é, acima de tudo, significativa e simbólica.

1.1.1 A Gramática Cognitiva

Cognitive Grammar, de Ronald Langacker, teve o início de sua elaboração na década de 70. Inicialmente, o trabalho recebeu o nome de *Space Grammar*. A grande motivação de Langacker para a execução de sua obra foi a existência de um debate linguístico entre os defensores da Semântica Gerativa e os da Semântica Interpretativa que, na verdade, já não rendia frutos para os estudos linguísticos. Para Langacker (2007), tornava-se necessário, portanto, um novo modo de conceber a linguagem.

Essa nova maneira, entretanto, que, por algum tempo, se encontrava na periferia dos estudos da linguagem recebe um novo *status* e torna-se, de algum modo, mais aceitável em seu meio. Com isso, a proposta instaurada por Langacker, a princípio de modo independente, passa a integrar o trabalho da LC, algo que não é de se surpreender, tendo em vista a noção fundante da teoria em pauta de que a gramática, na realidade, “reflete nossa experiência básica de movimentação, de percepção e de ação sobre o mundo” (LANGACKER, 2008, p. 4). Sob a ótica da LC, o que, de fato, deve ser considerado é a possibilidade e a habilidade que temos de conceptualizar uma mesma cena de modos diversos, e isso acaba por refletir na organização da gramática, orientando, assim, a escolha de uma ou de outra forma no emprego da língua.

A gramática cognitiva faz a fundamental – e muito controversa – afirmação de que a gramática é simbólica por natureza. Detalhadamente, esse modelo cognitivo sustenta que a gramática e o léxico formam um *continuum* que se baliza em conjuntos de estruturas simbólicas.

Dessa forma, um dos conceitos basilares da gramática cognitiva é o de *construal* ou, numa tradução livre, “conceptualização do pensamento”, o que diz respeito ao modo como determinada cena é conceptualizada ou construída na mente de um usuário da língua. Nos

termos de Langacker, “o termo *construal* se refere à nossa habilidade manifesta de conceber e retratar a mesma situação de modos alternados” (LANGACKER, 2008, p. 43)⁴.

Nesse sentido, o significado não é identificado por meio de conceitos, mas por meio de conceptualização. Assim, uma maneira simples e rápida de esclarecer a diferença de sentido nas construções “Mara comeu pizza e esfiha” e “Mara não só comeu pizza, mas também esfiha” abarca uma alteração na proeminência relativa dos elementos postos na situação linguística.

Isso se deve ao fato de que, embora os dois enunciados intentem explicitar adição, seu conteúdo semântico é conceptualizado/construído de maneira diferente pelos usuários da língua e, por conseguinte, por seus interlocutores. Langacker (2008) cunha quatro grandes categorias de operações de conceptualização⁵ do pensamento, a saber, especificidade, focalização, proeminência e perspectiva.

Com relação à noção de proeminência, Langacker (2008) sinaliza a existência de dois padrões de relações conceptuais associados a essa operação: *base/ perfil* e *trajetor/ marco*.

1.1.1.1 O aparato cognitivo e a proposta de Langacker

Operações de retenção de atenção fazem parte da noção de foco (LANGACKER, 2008, p. 57-60). Na relação prótase–apódose, por exemplo, o conteúdo informacional com maior teor de importância encontra-se na apódose, tendo em vista que a prótase serve como gatilho ou informação de base para a conceptualização do conteúdo a ser verbalizado.

Desse modo, em termos cognitivos visuais e espaciais, temos a informação mais importante como figura e a informação que baliza essa figura como sendo fundo. Como na LC não encontramos um fracionamento entre os níveis gramaticais, a relação figura–fundo pode aparecer tanto em construções lexicais quanto em construções sintáticas ou mesmo discursivas. Nesse sentido, com o desdobramento do discurso, a todo o momento, construções são construídas e assimiladas pelos usuários da língua tendo por base o plano de fundo das construções que já apareceram anteriormente no plano discursivo. Sobre a relação plano de frente (*figura*) e plano de fundo (*fundo*), Langacker (2008, p. 58) assevera que

⁴ The term **construal** refers to our manifest ability to conceive and portray the same situation in alternate ways.

⁵ Ou *construal operations*.

[p]odemos, seguramente, falar de plano de frente e plano de fundo para qualquer caso em que uma concepção preceda e, de algum modo, facilite a emergência de outro. Em sentido amplo, podemos dizer que expressões evocam conhecimento prévio como base de sua compreensão (LANGACKER, 2008, p. 58)⁶.

Consideramos a compreensão do conceito de foco, bem como dos conceitos de figura e fundo, bastante pertinente para o estudo das construções correlatas aditivas. Acreditamos nisso pelo fato de que, por meio dos construtos cognitivos de figura e fundo, podemos ampliar nosso olhar para outras noções cognitivas que, além de se atentarem para a construção em que o foco da atenção fica capturado, observam, ainda, como ocorre o movimento de direcionalidade desse foco de atenção nas construções e nas suas relações.

Em 1986, Langacker, em um texto inaugural, fundamenta sua *Gramática Cognitiva*, declarando que a gramática de uma língua nada mais é que uma composição de construtos simbólicos associados a domínios cognitivos. A esse respeito o estudioso disserta que a

gramática cognitiva tem uma visão não-padrão da semântica linguística e da estrutura gramatical. O significado é equiparado à conceptualização. As estruturas semânticas são caracterizadas em relação a domínios cognitivos e derivam a sua importância por construir o conteúdo destes domínios em uma especificação. A gramática não é um nível distinto de representação linguística, mas se reduz, em vez disso, a estruturação e simbolização do conteúdo conceptual. Todas as unidades gramaticais são simbólicas: as categorias básicas (por exemplo, substantivo e verbo) são tomadas para serem nocionalmente definíveis e as regras gramaticais são analisadas como unidades simbólicas que são esquemáticas e complexas. Estes conceitos permitem uma reveladora explicação sobre a composição gramatical com notáveis vantagens descritivas (LANGACKER, 1986, p. 1)⁷.

Ao tomar as formas simbólicas como partes constitutivas da gramática, o autor, na verdade, traz à baila uma proposta de análise gramatical que se baliza em construções. Isso fornece subsídios para uma análise bastante distinta dos moldes tradicionais, uma vez que

⁶ We can reasonably speak of background and foreground for any case where one conception precedes and in some way facilitates the emergence of another. In this broad sense, we can say that expressions invoke background knowledge as the basis for their understanding (Langacker, 2008, p. 58).

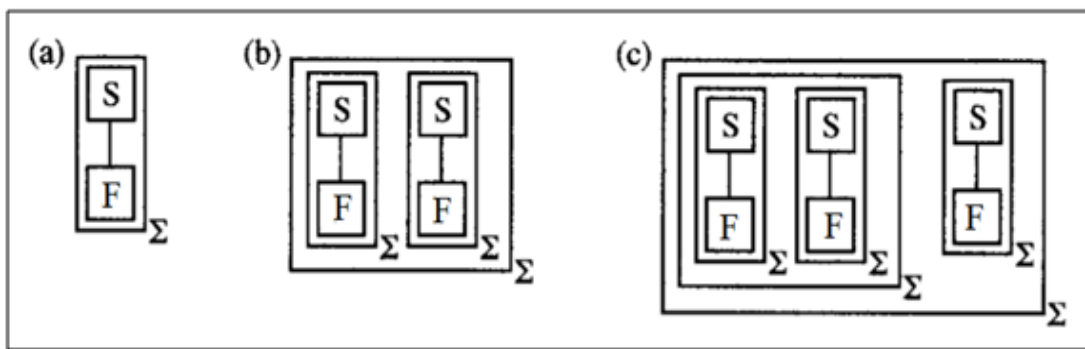
⁷ Cognitive grammar takes a nonstandard view of linguistic semantics and grammatical structure. Meaning is equated with conceptualization. Semantic structures are characterized relative to cognitive domains, and derive their value by construing the content of these domains in a specific fashion. Grammar is not a distinct level of linguistic representation, but reduces instead to the structuring and symbolization of conceptual content. All grammatical units are symbolic: Basic categories (e.g., noun and verb) are held to be notionally definable, and grammatical rules are analyzed as symbolic units that are both complex and schematic. These concepts permit a revealing account of grammatical composition with notable descriptive advantages.

concebe essa gramática como uma junção de padrões simbólicos, os quais se esquematizam em dois polos: semântico e fonológico. Esses polos podem, por sua vez, combinar-se de um modo ainda mais complexo, formando, então, construções que se iniciam no campo da palavra e terminam no campo do discurso.

Vale elucidarmos, entretanto, que, quando o estudioso se refere ao polo fonológico, não se tem por objetivo abarcar somente fonemas em seu esquema, mas formas veiculadoras ou não de conteúdo proposicional. Tais formas dizem respeito à materialização do ato comunicativo, tendo em mente, ainda, o escrito, o prosódico e o gestual, lembrando da não ocorrência de nenhum tipo de marcação de caráter fonético ou fonológico (LANGACKER, 2008, p.23).

Na figura 1, uma adaptação da esquematização das possíveis relações entre os polos proposta por Langacker (2008, p. 15):

Figura 1 – Esquematização das possíveis relações entre os polos



Fonte: Langacker, 2008 (adaptado)

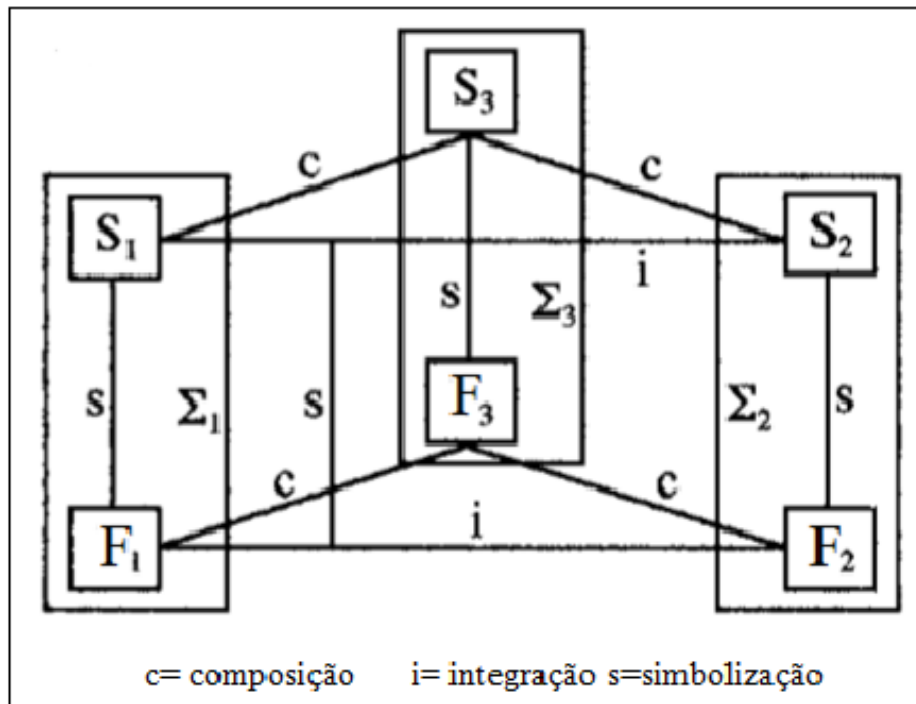
Na figura 1, notamos o agrupamento das estruturas simbólicas (Σ) cunhadas por Langacker (2008), em que o polo semântico equivale a (S) e o polo fonológico equivale a (F). Em outras palavras, a estrutura simbólica(Σ), de caráter, portanto, bipolar, consiste no pareamento de uma estrutura semântica (S) e uma estrutura fonológica (F), o que, numa representação formulaica⁸, poderia ser representado por: [[S]/[F]]_Σ. A cada junção simbólica de duas ou mais estruturas simples ou de nível mais baixo, chega-se a uma estrutura mais complexa, elaborada ou de nível mais elevado. Ainda, dando continuidade ao desenvolvimento da hipótese construcional⁹, Langacker (2008, p.162) apresenta maneiras distintas da relação

⁸ Em organizações desse tipo, uma barra (/) é usada para indicar um relacionamento simbólico (LANGACKER, 2008, p. 15).

⁹ Langacker (2008, p. 162) apresenta a natureza geral das construções, as quais, segundo ele, devem ser compreendidas como produtos de junções de estruturas simbólicas.

entre o polo semântico e o polo fonológico, as quais se apresentam como composição, integração e simbolização (figura 2):

Figura 2 – Esquema de combinação das estruturas simbólicas



Fonte: Langacker, 2008 (adaptado)

A figura 2, adaptada de Langacker (2008, p. 162), ilustra que estruturas simbólicas se combinam umas com as outras para compor estruturas simbólicas mais elaboradas. De modo formulaico, depreendemos do esquema: $[\Sigma_1] + [\Sigma_2] = [\Sigma_3]$. Com respeito a um nível particular de organização, nós podemos dizer que as estruturas componentes $[\Sigma_1]$ e $[\Sigma_2]$ são integradas para formar a estrutura composta $[\Sigma_3]$.

Em cada polo, as duas estruturas componentes participam nas relações de integração (i) com outra e relações de composição (c) com respeito à estrutura composta. Além disso, a integração de F_1 , F_2 e F_3 simboliza a integração de S_1 , S_2 e S_3 . Composição é, em termos gerais, uma questão de combinar estruturas componentes segundo as correspondências existentes entre seus elementos nos polos semântico e fonológico.

Algo bastante importante a ser compreendido é que a estrutura composta não é somente a síntese das estruturas componentes em que está fundamentada nos dois polos. A

estrutura composta é uma entidade com propriedades emergentes não oriundas ou preditíveis dos componentes e das correspondências entre eles.

Correspondências “horizontais” constituem a relação de integração, que liga as estruturas componentes. Em contrapartida, correspondências “verticais” constituem a relação de composição, que liga, por sua vez, as estruturas componentes à estrutura composta.

Na figura 2, vemos, então, três estruturas que constituem uma junção simbólica, as quais, num nível mais elevado do esquema poderiam se unir a outras estruturas simbólicas para formular junções simbólicas mais complexas, como, por exemplo, $[\Sigma_3] + [\Sigma_4] = [\Sigma_5]$, tendo em vista que “expressões que apresentam qualquer grau de complexidade simbólica podem ser reunidas progressivamente: palavras, frases, orações, sentenças e até mesmo discursos”¹⁰ (LANGACKER, 2008, p. 161).

Quanto às estruturas componentes, Langacker (2008, p. 164) assevera que

[c]omo uma questão geral, estruturas componentes devem ser pensadas como recursos extraídos – junto com outros – para chegar à expressão composta. Enquanto eles motivam a estrutura composta em graus variados e podem fornecer a maior parte do seu conteúdo, eles não devem ser pensados como blocos de construção que precisam ser empilhados juntos para formar o todo composto (LANGACKER, 2008, p. 164)¹¹.

Assim, as estruturas em um conjunto simbólico complexo definem um caminho composicional que pode ser de qualquer comprimento. De acordo com Langacker (2008, p. 167), os conjuntos simbólicos podem ser específicos ou, até mesmo, esquemáticos. Os específicos constituem expressões linguísticas, tais como palavras, sintagmas, orações; ao passo que os mais esquemáticos são compreendidos na gramática cognitiva como esquemas construcionais. Esses provêm os alicerces para a composição semântica e gramatical.

Uma expressão é composicional na medida em que sua estrutura composta se afasta de maneira regular e previsível de suas estruturas componentes. A composicionalidade é uma característica essencial da linguagem. Tal característica nos permite criar e compreender um vasto arcabouço de novas expressões. Desse modo, é necessário que tenhamos clareza a respeito de sua natureza e de suas limitações.

¹⁰ (...) expressions exhibiting any degree of symbolic complexity can be progressively assembled: words, phrases, clauses, sentences, even discourses.

¹¹As a general matter, component structures should be thought of as resources drawn on—along with others—in arriving at the composite expression. While they motivate the composite structure to varying degrees, and may supply most of its content, they should not be thought of as building blocks that need only be stacked together to form the composite whole (LANGACKER, 2008, p. 164).

A *Gramática Cognitiva* é fundamentada por Langacker (2008), portanto, pela reunião de pesquisas a respeito da relação entre questões semânticas, corpo e cognição. Quanto a isso, o teórico assevera que

[e]mbora seja um fenômeno mental, a conceptualização está balizada na realidade física: ela consiste na atividade do cérebro, que funciona como uma parte integrante do corpo, o qual funciona como uma parte integrante do mundo. Os sentidos linguísticos também estão fundados na interação social, sendo negociados por interlocutores que têm por base a avaliação mútua de seus conhecimentos, pensamentos e intenções (LANGACKER, 2008, p. 4)¹².

Nesse sentido, percebemos que a proposta de estudo de gramática da Langacker (1986; 1987; 1991; 2008) congrega não apenas noções já espalhadas na análise de material linguístico, mas também noções de outros campos do conhecimento, sobretudo do domínio das ciências humanas. A razão disso reside no fato de que sua proposta de gramática objetiva analisar, de modo mais sistemático, instâncias linguísticas marginais e idiossincrasias e não só, como de costume na tradição, materializações linguísticas cristalizadas e estabilizadas em termos de variação ou mudança.

No âmbito dos modelos cognitivos de gramática, a *Gramática Cognitiva*, proposta por Langacker (2008), se coloca como o modelo mais elaborado e influente de análises linguísticas. O sucesso da Gramática Cognitiva se sustenta em três pilares. O primeiro diz respeito ao fato de ela se encontrar em uma perspectiva nãoformalista, trazendo a semântica para o centro de suas análises. O segundo reside na ideia de assumir a importância da integração entre gramática e discurso, orientando seu olhar para a língua em uso. O terceiro pilar, por fim, é o fato de esse modelo de gramática se afirmar como uma teoria que possibilita sua aplicação a qualquer fenômeno presente na gramática e, sobretudo, em qualquer língua.

Na proposta de Langacker (2008), portanto, a gramática consiste em padrões estabelecidos convencionalmente para unir conjuntos simbólicos. Assim, como postula a gramática cognitiva, esses mesmos padrões são conjuntos simbólicos, precisamente análogos às expressões complexas que eles caracterizam exceto por serem esquemáticas, além de específicas. Eles são, ainda, chamados de esquemas construcionais, tendo em vista que são tanto construções quanto esquemas.

¹² Though it is a mental phenomenon, conceptualization is grounded in physical reality: it consists in activity of the brain, which functions as an integral part of the body, which functions as an integral part of the world. Linguistic meanings are also grounded in social interaction, being negotiated by interlocutors based on mutual assessment of their knowledge, thoughts, and intentions.

Ao tratar da temática, Langacker (2008, p. 168) aponta, ainda, que “eles são adquiridos por meio de um processo de esquematização, sendo abstraídos das expressões que ocorrem como representações esqueléticas de traços organizacionais partilhados. Uma vez aprendido, um esquema serve como modelo para lidar com novas expressões do mesmo padrão”¹³.

A gramática cognitiva encara a gramática como simbólica por natureza e, portanto, significativa. Devido a isso, ela propõe uma organização fundamentalmente diferente, em que a gramática – atrelada ao léxico – consiste tão somente de conjuntos simbólicos. Nesse sentido, padrões de composição gramatical são concebidos como conjuntos esquemáticos, ou seja, como esquemas construcionais. Do mesmo modo, os padrões de composição semântica são simplesmente os polos semânticos desses conjuntos. Isso faz com que eles não se componham como elementos divergentes da gramática, mas como uma vertente inerente e indispensável dela.

A maneira como projetamos a gramática depende da nossa visão acerca do significado linguístico. Isso ocorre devido ao fato de que os sentidos habitam nas mentes dos falantes que produzem e compreendem as expressões. Assim, os significados emergem, dinamicamente, no discurso e na interação verbal.

A gramática cognitiva acomoda tanto a perspectiva cognitiva quanto a interativa. Assim, ao invés de serem fixos e predeterminados, os significados são negociados de maneira ativa pelos interlocutores na base do contexto físico, linguístico, social e cultural (LANGACKER, 2008, p. 28).

Há importantes papéis dos processos mentais na semântica e na gramática. De acordo com Langacker (2008, p. 29), quando falamos, nós conceptualizamos não apenas aquilo sobre o que estamos falando, mas também o contexto em todas as suas dimensões. Essa capacidade inclui nossa avaliação do conhecimento e das intenções do nosso interlocutor. Os significados são convencionais e, assim, residem mais no nível social que no individual.

Consoante Langacker (2004, p. 21), uma estrutura simbólica pode, como já mencionado, ser compreendida, portanto, como um pareamento entre uma forma (estrutura fonológica) e um significado (no sentido mais amplo, uma conceptualização). Em geral, todas as construções postuladas como válidas pela gramática portam em si algum tipo de significado, ainda que esquemático.

¹³ They are acquired through a process of schematization, being abstracted from occurring expressions as skeletal representations of shared organizational features. Once learned, a schema serves as a template for dealing with novel expressions on the same pattern (LANGACKER, 2008, p. 168).

Devemos observar, entretanto, que sua concepção de forma refere-se apenas ao quesito fonológico e que aquilo que se considera como forma gramatical é, para o autor, na verdade, um conjunto de esquemas simbólicos. Em outros termos, o gramatical é, para o estudioso, um conjunto de padrões abstratos de simbolização que são imanes em expressões complexas particulares.

Langacker (2004, p. 22) chama a atenção para o fato de que, no enquadre da gramática cognitiva, nada é postulado, a menos que seja diretamente manifestado em expressões reais, capazes de emergir de dados pelos fenômenos cognitivos básicos de abstração (esquemática) e/ ou categorização. Assim, a gramática cognitiva recebe o rótulo de cognitiva no sentido de que, na medida do possível, analisa a estrutura linguística em termos de sistemas e habilidades mais básicas, tais como percepção, foco de atenção e categorização, das quais não se pode dissociar.

1.1.1.2 Trajetor e marco

Consoante Langacker (2004, p. 27), independentemente da língua, nós temos a habilidade de focalizar um elemento na interação de modo seletivo. Sendo assim, ao enfocarmos um dado elemento na interação e observar seus traços, os demais participantes da cena recebem, automaticamente, um *status* de foco secundário, tornando-se, então, plano periférico dessa cena.

Quando alguma relação discursiva é perfilada, os participantes – em termos de estrutura sintática – são dispostos na estrutura frasal de acordo com os graus de proeminência. Em geral, há um elemento que adquire o foco primário, recebendo o nome de *trajetor*. Há, ainda, em geral, um elemento com foco secundário. A esse elemento, dá-se o nome de *marco*.

Em outras palavras, no momento em que uma relação é perfilada, graus variados de proeminência são atribuídos aos seus participantes. O participante mais proeminente é chamado trajetor, o qual é constituído como uma entidade local, avaliada ou descrita.

Trajedor e marco se constituem como relações conceptuais. Uma vez concebidos dessa forma, o trajetor pode, dentro da relação perfilada, ser caracterizado como o foco primário, ao passo que o participante com foco secundário, isto é, menos proeminente, é o marco. O marco é, portanto, o elemento mais fixo e englobante da cena.

Em termos mais precisos, de acordo com Langacker (2004, p. 27), “o trajecto é a entidade a qual a expressão busca localizar, rastrear, avaliar ou caracterizar, e um marco (quando presente) é uma outra entidade saliente evocada para esse fim”¹⁴. O estudioso postula que o alinhamento trajecto e marco são úteis para uma descrição semântica viável.

Langacker (2004, p. 28) sugere, ainda, que, para compreensão mais precisa da viabilidade da utilização do alinhamento trajecto e marco para a análise linguística, devemos considerar a natureza das construções gramaticais. A esse respeito, o autor define construção como “um conjunto simbólico que compreende um grupo de estruturas simbólicas *componentes* e uma estrutura simbólica *composta*, ligadas por *correspondências*”¹⁵. Construções são, assim, conjuntos simbólicos. O objetivo da análise gramatical é descrever tais conjuntos em detalhes claros e precisos.

A gramática é significativa. Ela reside em padrões esquematizados de estruturação e simbolização conceptual. A semântica conceptual acredita que não se pode descrever a gramática de maneira profunda sem uma caracterização explícita das estruturas conceptuais que ela incorpora (LANGACKER, 2008, p. 27).

As noções de trajecto e marco partem, segundo Langacker (2004, p. 29), da unificação conceitual alcançada na Gramática Cognitiva, tendo como premissa a ideia de que padrões gramaticais (ou “regras”) possuem a mesma natureza básica das expressões que os instanciam. Visto que se trata de expressões, consistem em conjuntos de estruturas simbólicas, exceto pelo fato de que alguns ou todos os seus elementos são esquemáticos ao invés de específicos. Desse modo, padrões gramaticais podem ser descritos como esquemas construcionais, os quais servem de modelos que governam a formação de novas expressões.

1.1.1.3 Espaço Discursivo Corrente

Eventos de uso são bipolares, uma vez que abarcam tanto a atividade de conceptualização quanto a de vocalização (cf. LANGACKER, 2001). A GC defende a ideia de que qualquer aspecto de um evento de uso, ou mesmo uma sequência de eventos, é capaz de emergir como uma unidade linguística, caso seja de uma semelhança recorrente. No caso

¹⁴ The trajector is the entity the expression seeks to locate, track, assess, or characterize, and a landmark (when present) is another salient entity evoked for this purpose.

¹⁵ (...) a symbolic assembly comprising a set of *component* symbolic structures and a *composite* symbolic structure, linked by *correspondences*.

das construções correlatas, por exemplo, é uma questão de expectativa discursiva o fato de que uma prótase será seguida de uma apódose.

Em virtude disso, útil para a análise e compreensão dos efeitos de sentido da CCA é a noção de Espaço Discursivo Corrente (EDC) (LANGACKER, 2008). Consoante Langacker (2008, p. 281), o EDC é definido como um conglomerado de todo material que se crê ser compartilhado entre os conceptualizadores como um conteúdo norteador para um fluxo discursivo em uma conjuntura dada.

Na concepção de Langacker (2008, p. 59), portanto, o EDC é um espaço mental que compreende o todo presumido a ser compartilhado pelo falante e pelo ouvinte como a base para discurso em um dado momento. Em outras palavras, o EDC é definido como um espaço mental que compreende os elementos e as relações construídas como sendo partilhadas entre os interlocutores como uma espécie de alicerce para a comunicação em um dado momento no fluxo do discurso, durante eventos de uso.

Ainda, no que tange ao EDC, Langacker (2001, p. 145) assevera que

[a]lém do contexto de fala, o EDC inclui um corpo de linguagem presumido um corpo de linguagem presumido a ser partilhado e racionalmente acessível. Isso também inclui a apreensão do falante e do ouvinte no discurso em acontecimento: uma série de eventos subsequentes que deveriam ser antecipados. Qualquer faceta disso pode ser usada ou aludida no enunciado atual (LANGACKER, 2001, p. 145)¹⁶.

Partindo da base, cada sentença construída pelo usuário atualiza o EDC de algum modo. Assim, o EDC também figura como estrutura da informação. Essa informação, por sua vez, deve ser compreendida como algo dado ou novo. Caso ela já tenha sido introduzida, ou seja, dada, no plano do discurso, tal conteúdo informacional pode ser deixado de maneira implícita.

Quando uma nova proposição é introduzida no discurso, a porção que parte do que já foi previamente estabelecido é chamada de FOCO, o qual inclui a seleção inicial de conteúdo conceptual para a apresentação linguística. FOCO da atenção é um forte tipo de primeiro plano (LANGACKER, 2008, p. 66). Assim, o modo como um significado se relaciona a outros associados a seus componentes, em sucessivos níveis de organização, é denominado caminho composicional, como já abordado no capítulo de fundamentação teórica.

¹⁶ Besides the context of speech, the CDS includes a body of knowledge presumed to be shared and reasonably accessible. It also includes the speaker's and hearer's apprehension of the ongoing discourse itself: a series of previous usage events, as well as subsequent events that might be anticipated. Any facet of this can be drawn upon or alluded to in the current utterance.

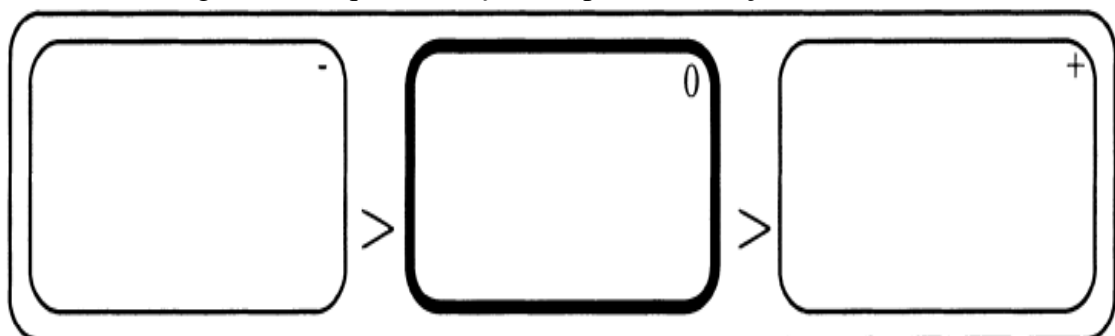
Nesse sentido, o EDC se constitui como estável e conta com vasto conhecimento prévio. Entretanto, à proporção que o discurso flui, esse conteúdo é, constantemente, remodelado. A qualquer instante, o EDC subsidia a base para a compreensão da sentença seguinte no plano discursivo, a qual altera, portanto, não apenas o seu conteúdo, mas também o seu FOCO.

Ainda segundo Langacker (2008, p. 281), somente determinadas partes dos EDCs são recrutadas para a interpretação de um enunciado específico. Essas partes constituem um *frame* discursivo, ou seja, um escopo de interesse em um dado ponto da interação. Com o desenvolvimento do discurso, os interactantes negociam uma gama de enquadres discursivos os quais tomam forma por meio da atualização do enquadre anterior. Ao produto que emerge dessa atualização do *frame* anterior com base no significado decorrente da decodificação da expressão em uso, Langacker (2008) deu o nome de *frame* discursivo corrente.

Com base nos dados extraídos de nosso *corpus*, podemos compreender que construções linguísticas podem atuar como verdadeiros gatilhos para modificar o EDC de modos bastante particulares. Cada um desses gatilhos desencadeia algum tipo de instrução que envolve o enfoque da atenção dentro de um *frame* perante do sujeito cognoscente.

Um discurso se fundamenta, portanto, na sucessão de *frames*, e cada um desses representa a cena a ser conceptualizada e performadas pelos sujeitos de consciência em um dado momento do plano discursivo. A figura 3, extraída de Langacker (2001, p. 151), ilustra uma sequência de *frames* em um discurso, cada um correspondendo a uma atualização no EDC.

Figura 3 – Sequência de *frames* para atualização do EDC



Fonte: Langacker, 2001.

Para Langacker (2001, p. 163), estruturas linguísticas manipulam o EDC. Com o desenvolvimento do discurso, as expressões emergentes de modo sucessivo são úteis para atualizar o EDC. Quando os *frames* de atenção correspondem a cláusulas, a maior caracterização do EDC toma por base uma organização de cláusula por cláusula.

Langacker (2001, p. 163) acredita, ainda, que a atualização do EDC ocorre em numerosas escalas de tempo, correspondendo a diferentes níveis de organização estrutural e conceptual. Segundo Langacker (2001, p. 153), quando a prótase e a apódase se combinam para formar uma expressão composta de nível mais alto, por exemplo, o perfil que prevalece é o da apódase. Assim, de acordo com o autor (*op. cit.*, p. 154), a dimensão da organização linguística envolve a apresentação da informação em “pacotes” coerentes e de tamanho digerível.

1.2 A Estrutura Informacional

Consoante Lambrecht (1994), há uma diferença essencial para a compreensão da estrutura da informação (ou estrutura informacional): a distinção entre a informação veiculada pela expressão de uma sentença e o sentido contido nela. Com relação à estrutura informacional, Lambrecht (1994, p. 5) a define como

[a]quele componente da gramática sentencial no qual proposições como representações conceptuais de estados de coisas se combinam com estruturas léxico-gramaticais de acordo com os estados mentais de interlocutores que usam e interpretam essas estruturas como unidades de informação em determinados contextos discursivos (LAMBRECHT, 2014, p. 5)¹⁷.

Para Lambrecht (1994), portanto, as construções de estrutura informacional são, em geral, construções sintáticas que formam um todo proposicional e não frases soltas ou palavras desconexas. Isso porque, para o autor, a estrutura informacional está relacionada aos significados complexos veiculados pelas sentenças.

Esse entendimento é importante para este trabalho e será desmembrado ao longo do capítulo. Entretanto, faz-se necessário mencionar que, como o termo *sentido* pode ser

¹⁷ That component of sentence grammar in which propositions as conceptual representations of states of affairs are paired with lexicogrammatical structures in accordance with the mental states of interlocutors who use and interpret these structures as units of information in given discourse contexts.

compreendido de diversas maneiras, valemo-nos da definição do termo tal como é proposto por Langacker (2008, p. 42):

O sentido de uma expressão pressupõe um extenso, multifacetado **substrato conceptual** que o suporta, o modela e o faz coerente. Entre as facetas desse substrato estão (i) as concepções evocadas ou criadas por meio do discurso prévio; (ii) engajamento no próprio evento discursivo, como parte da interação social dos interlocutores. (iii) apreensão do contexto físico, social e cultural; e (iv) qualquer domínio do conhecimento que possa ser relevante (LANGACKER, 2008, p. 42)¹⁸.

Desse modo, para o autor citado, o significado linguístico reside no processo de conceptualização, o qual, por sua vez, é dinâmico, interativo, imagético e imaginativo. Assim, o sentido de uma expressão não é apenas o conteúdo conceptual que ela evoca, visto que algo bastante relevante também é o modo como esse conteúdo é construído.

De acordo com Langacker (1987), o polo da estrutura simbólica, o qual representa uma unidade linguística é composto por três componentes: a estrutura da informação, o gerenciamento da fala e a situação objetiva. A respeito desse último componente, podemos compreendê-lo como conteúdo proposicional ou, em outras palavras, como o valor semântico do enunciado (LEVINSON, 1983). Lambrecht (1994) busca analisar a informação e, para isso, o sentido (ou conteúdo) proposicional necessita ser levado em consideração.

O trabalho de Lambrecht (1994) faz parte da *Semântica de Frames*, proposta por Fillmore (1982), a qual tem como ponto de partida o pressuposto de que o sentido das expressões linguísticas está ligado a um *frame*, que se baliza no conhecimento de mundo. Lambrecht reconhece o quão importante é o gerenciamento da fala, que, por sua vez, encapsula elementos relacionados à manutenção e à retomada de turno. Tal componente, entretanto, não entra na compreensão da estrutura da informação.

Dessa maneira, torna-se viável a identificação de um sentido maior da unidade linguística, a qual é composta pelos elementos mencionados, entre eles o próprio *sentido*. Torna-se possível identificar, ainda, um sentido tido como proposicional, correspondente à situação objetiva ou à ação de descrever elementos no mundo conceptual, ou seja, das representações mentais.

¹⁸ An expression's meaning presupposes an extensive, multifaceted **conceptual substrate** that supports it, shapes it, and renders it coherent. Among the facets of this substrate are (i) the conceptions evoked or created through the previous discourse; (ii) engagement in the speech event itself, as part of the interlocutors' social interaction; (iii) apprehension of the physical, social, and cultural context; and (iv) any domains of knowledge that might prove relevant.

Consoante Lambrecht (1994), a compreensão do conceito de informação está ancorada no modo como se entende o sentido. Nesses termos, para o autor, o sentido de uma sentença é um papel que se encontra nas expressões linguísticas e que é imutável.

Esse sentido pode ser expresso seja por itens lexicais individuais, seja pelas relações entre eles. Em contrapartida, a carga informacional de uma sentença só se estabelece de maneira relacional. A decodificação da informação também depende do estado mental dos interlocutores. Sendo assim, uma porção de sentido proposicional dirá respeito a um ou outro modo de informação, podendo ou não depender da conjuntura comunicativa na qual está inserida.

De acordo com Lambrecht (*op. cit.*), um modo simples de descrever a informação é afirmar que, na ação de informar algo a seu interlocutor, o usuário da língua influencia a concepção de mundo de seu ouvinte, isto é, influencia a representação mental do ouvinte acerca do mundo. Tal concepção é constituída pelas crenças gerais do ouvinte ou está fundada naquilo em que ele acredita que diz respeito à própria asserção.

Assim, leva-se em consideração que o pensamento do interlocutor não é vazio, à espera de novas proposições. Pelo contrário, cada informação proposta é inserida em um armazenamento já existente na memória, a qual tem seu estado induzido à mudança constantemente.

A mudança a que nos referimos acontece por meio dos acréscimos feitos por parte de um usuário da língua à representação existente na mente do outro. Vale ressaltar, porém, que, ao influenciar a representação mental de seu interlocutor a respeito de algo, gerando mudanças por acréscimos, o locutor está, na realidade, transformando apenas uma pequena “fatia” da representação total que já se encontra armazenada na memória.

A “fatia maleável” à mudança, por assim dizer, está associada à relevância da quantidade de informação a ser transmitida. A informação até então veiculada tem somente sua transmissão concretizada se o seu conteúdo for “inédito” no plano da memória, isto é, se o seu teor ainda não estiver armazenado na memória do interlocutor.

Dessa maneira, chegamos à compreensão de que não existe *informação nova* sem a pré-existência de uma *informação velha*. Para evitar, entretanto, uma possível confusão com a ideia de constituinte novo e constituinte velho, Lambrecht opta por usar as expressões *pressuposição pragmática* para se referir à *informação velha* e *asserção pragmática* para se referir à *informação nova*.

Lambrecht (1994) propõe, a partir disso, três grupos conceituais que fazem parte da análise da estrutura da informação:

- Pressuposição pragmática e asserção pragmática;
- Identificabilidade e ativação;
- Tópico e foco.

Embora esses grupos conceituais caracterizem categorias independentes, estão estreitamente relacionados a traços característicos estruturais das sentenças. Como explicitaremos ao longo das subseções seguintes, o valor da informação veiculada por um enunciado está intimamente atrelado ao equilíbrio entre pressuposição e asserção, à observação da identificabilidade e da ativação dos referentes e, ainda, à ativação dos referentes. Vale esclarecer, entretanto, que, para fins didáticos e melhor organização de nosso trabalho, comentários a respeito dos conceitos de pressuposição pragmática e de asserção pragmática serão tecidos na seção (1.3), destinada à Pressuposição.

1.2.1 Identificabilidade e ativação

No âmbito do estudo da estrutura da informação, na perspectiva proposta por Lambrecht (1994), faz-se preciso levar em consideração o conhecimento dos referentes do discurso no pensamento dos interlocutores e também das formas linguísticas que simbolizam as representações mentais. Ainda, segundo o autor mencionado, os *referentes do discurso* podem ser não só proposições, mas também entidades, visto que quando da adição no grupo das pressuposições no discurso, a representação mental da proposição pode ser estocada ao lado das representações das entidades. Os argumentos necessitam ser argumentos de um predicado.

Ao objetivar realizar uma asserção que envolva uma entidade a qual considera desconhecida na mente do interlocutor e a qual não se pode retomar por recursos de referenciação, o usuário da língua conduz, portanto, sua audiência à elaboração mental de uma representação da entidade, usando descrições linguísticas. Essas descrições podem, ainda, ser retomadas no discurso por dêixis.

Podemos pensar, assim, nessa nova elaboração discursiva como a formação de um novo estoque de referências no plano do discurso. A esse novo estoque, podem ser acrescentados

outros elementos de informação durante o uso da língua (cf. HEIM, 1982; LAMBRECHT, 1994).

Lambrecht (1994) recorre à categoria cognitiva da identificabilidade, utilizando o termo cunhado por Chafe (1976), para explicar a distinção entre a entidade que o usuário considera de conhecimento do interlocutor, ao ser recrutada para o plano discursivo, e também as que considera como não existentes na mente do seu par. Consoante Chafe (1976), o vocábulo “identificável” cobre a designação de referentes para os quais há uma representação na mente do interlocutor.

Pensamento similar possui Lambrecht (1994), ao argumentar que, no que tange à expressão linguística da distinção cognitiva em pauta, o mais urgente é que o interlocutor consiga identificar o referente desejado pelo locutor em meio a tantos outros em seu uso linguístico. Isso ocorre porque um locutor, ao formular seu discurso, acredita ter em comum com seu interlocutor um grupo de representações. Assim, num primeiro instante, esse locutor pode supor que o conhecimento do interlocutor pode ser considerado como tudo o que está sendo processado no momento da comunicação. Entretanto, devido ao vasto conhecimento estocado na mente dos interactantes, suposições desse tipo são insustentáveis.

Chafe (1976; 1987) elucida que a informação transmitida em uma língua dita natural diz respeito tanto ao *conhecimento*, o qual se relaciona à identificabilidade, quanto à *consciência*, a qual se relaciona à ativação. Em outros termos, para que o interlocutor seja capaz de processar pressuposições veiculadas por uma sentença, não é preciso que ele conheça apenas o repertório de proposições pressupostas.

Tendo como premissa a ideia de que há grande quantidade de informação em nossa mente e que apenas uma parte mínima dessa informação fica evidenciada na consciência, isto é, ativa a cada instante, Chafe (1987, p. 22) defende que um elemento identificável ou, como postula Lambrecht (1994), referente pode ser encontrado entre um dos três estados de ativação, a saber, *ativado*, *semi-ativado* ou *inativo*. Em outras palavras, com o objetivo de transmitir a ideia da existência de graus de ativação, Chafe (1987, p. 25) propõe uma organização tripartida, composta por referentes ativos, referentes inativos e referentes semi-ativos, os quais são também denominados referentes acessíveis.

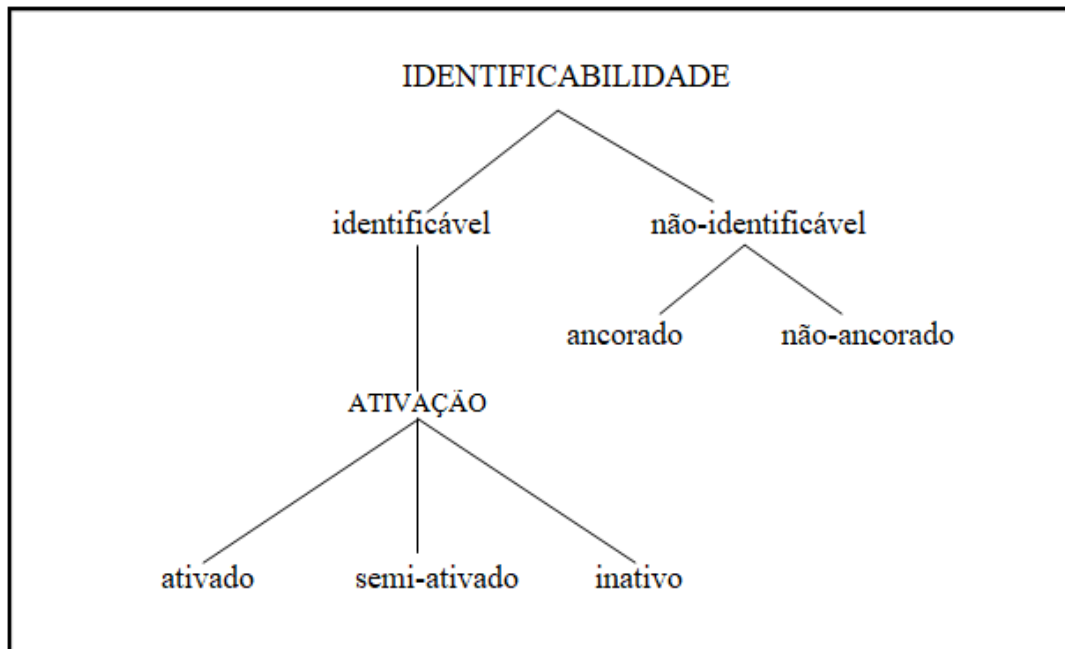
Ativado é o referente que se encontra realçado no foco da consciência de uma pessoa em um dado momento. Já *semi-ativado* – também conhecido como *acessível* – diz-se do referente que se encontra em zona periférica na consciência ou daquele do qual a pessoa tem conhecimento como conhecimento de fundo. Finalmente, um referente *inativo* pode ser definido como o que está na memória de longo prazo.

A mente do interlocutor, ao dar realce a outro item, em geral, cessa a ativação do elemento anteriormente ativado, isso porque se desloca o foco da atenção. Entretanto, caso o referente do discurso não seja passível à identificabilidade, ele poderá ser classificado como ancorado e não ancorado (PRINCE, 1981).

Consoante Prince (1981), uma entidade do discurso é considerada ancorada quando o sintagma nominal que representa estiver atrelado a alguma outra entidade do discurso. Essa associação pode ser estabelecida por meio de outro sintagma nominal.

A figura 4, a seguir, sintetiza os estados de conhecimento e consciência dos referentes do discurso nas mentes dos usuários da língua no momento da interlocução:

Figura 4 – Síntese dos estados de conhecimento e consciência dos referentes



Fonte: O autor, 2019.

O debate sobre as manifestações dos estados cognitivos dos referentes traz à baila uma das ideias fundantes da LC, a saber, o pensamento de que o modelo clássico de categorização deve ser substituído. Isso porque ele se baliza em critérios de condições necessárias e suficientes, quando o mais coerente seria um paradigma pautado em exemplos tidos como mais típicos e categorias difusas (cf. LAKOFF, 1987). No que tange à relação entre expressões linguísticas e ativação, que poder ser explicada, metaforicamente, como ideias sendo mais ou menos ativadas na mente do falante, Chafe (1987, p. 26) disserta que

[a]queles conceitos que já estão ativos para o falante, e que o falante julga ativos também para o ouvinte, são verbalizados de uma maneira especial, tendo propriedades que têm sido frequentemente discutidas em termos de informações “antigas” ou “dadas”. A coisa geral a dizer é que os conceitos dados são falados com uma pronúncia atenuada. A atenuação envolve, no mínimo, estresse fraco. Tipicamente, embora nem sempre, envolve ou pronominalização ou omissão da verbalização por completo (CHAFE, 1987, p. 26)¹⁹.

Vale ressaltar que o *status* da ativação de um dado referente é transitório. Isso porque, de acordo com o desenrolar do processo de comunicação, os referentes que não são mais utilizados, gradualmente, passam a um estado de semi-ativos e, por fim, de inativos.

1.2.2 Tópico e foco

Ordinariamente, tópico é uma característica de textos ou conversas. Segundo a teoria da Estrutura da Informação (LAMBRECHT, 1994), a noção de tópico definida como sendo o elemento que primeiro aparece em uma sentença, tal como proposta por Halliday (1967), é problemática.

Todos os aspectos de sentido de uma sentença possuem efeitos pragmáticos no sentido de que eles contribuem para um relevante contexto para a interpretação. Tópico e foco são conceitos pragmáticos. A literatura sobre o tema em questão não apresenta uniformidade em sua terminologia. Em nosso estudo, entretanto, o tópico pode aparecer como primeiro elemento, mas não é regra.

Lambrecht (1994, p. 118) usa o termo tópico apenas no nível da sentença. É o assunto de uma sentença, isto é, aquilo sobre o que trata a sentença. É um assunto de interesse corrente. O tópico é dado em relação ao foco, e esse segundo elemento representa a nova informação predicada sobre o primeiro. A parte do foco de uma sentença pode conter material que possui alto grau de dado referencial.

¹⁹ Those concepts which are already active for the speaker, and which the speaker judges to be active for the hearer as well, are verbalized in a special way, having properties which have often been discussed in terms of ‘old’ or ‘given’ information. The general thing to say is that given concepts are spoken with an attenuated pronunciation. The attenuation involves, at the very least, weak stress. Typically, though not always, it involves either pronominalization or omission from verbalization altogether.

O autor mencionado sinaliza que nem sempre é possível identificar um constituinte de uma sentença como seu tópico, tendo em vista que o próprio tópico não precisa ser sequer mencionado na sentença, desde que seja conceptualizado como o plano de fundo da cena. Em outras palavras, podemos compreender que o tópico de uma sentença e sua pressuposição pragmática não necessariamente coincidem. O tópico cria expectativa a respeito de uma sentença de elaboração relevante em termos de informação.

De acordo com Lambrecht (1994), tópico pode ser compreendido, então, como uma relação construída de forma pragmática na sentença. A essa relação, damos o nome de *aboutness*, a qual se estabelece entre uma proposição e uma entidade do discurso.

Uma proposição é dada como “sendo sobre” uma entidade, caso veicule uma informação relevante sobre essa entidade, ou seja, a proposição tem por finalidade alargar o conhecimento do interlocutor a respeito da entidade em questão. É uma vez que essa ideia está associada ao “Princípio da Relevância”²⁰ (STRAWSON, 1950; SPERBER; WILSON, 1995), para ser tida como tópico, a entidade deve ser relevante para uma proposição dada. Vale lembrar que a nova informação é, portanto, oferecida a respeito do tópico.

Como consenso, as possíveis condições de dado do tópico são: pressuposição; familiaridade; especificidade; referencialidade; foco da atenção (cf. LAMBRECHT, 1994). Por meio disso, podemos compreender, portanto, que os referentes veiculados pelo tópico devem possuir uma representação existente na memória do interlocutor, isto é, seus referentes precisam ser familiares.

Nesse sentido, o tópico deve ser compreendido como uma entidade ancorada no discurso. Em outros termos, o tópico deve poder ser, necessariamente, retomado como um referente que se ancora no discurso. Ainda, sendo um referente, o tópico necessita ser identificável e possuir um grau de ativação.

Compreender tópico segundo a Pragmática, sobretudo nas relações de *aboutness* e *relevância*, é vislumbrar o entendimento de que nem sempre é possível determinar tópico tomando por base a estruturação sintática. Isso porque nem a ordem linear dos termos da oração, nem as relações gramaticais constituem indicadores de tópicos passíveis de confiança, visto que noções discursivas também devem ser levadas em conta como fatores importantes para o sistema de análise.

²⁰ Ao comunicar-se, a compreensão dos enunciados é construída *pari passu* ao processo de interpretação e nunca de maneira prévia. Nesse sentido, pelo fato de a comunicação humana ser baseada em diálogos contextualizados e não em enunciados estanques, o “Princípio da Relevância” busca elucidar de que maneira a informação é representada na mente e processada de modo inferencial em situações comunicativas intencionais (STRAWSON, 1950; SPERBER; WILSON, 1995).

De modo semelhante, a noção de foco também possui ressalvas. Normalmente, o foco é tomado como aquilo que complementa o tópico, algo que é sugerido pela relação existente entre o *tema* e o *rema* informacional.

O foco como sendo uma novidade informativa é um vasto campo de investigação. No decorrer dos estudos de linguagem, os termos tópico e foco têm sido muito usados para descrever proeminências prosódicas de função semântico-pragmática (cf. ROOTH, 1996). A noção de foco ainda está longe de ser consensual (KADMON, 2000, p. 252).

Em termos semântico-pragmáticos, o conceito de foco está, em geral, associado à noção de informação nova, de novidade. Em outras palavras, a ideia de foco está ligada à informação que, de alguma maneira, estabelece relação de contraste com a informação antecedente, ou seja, que já existe no contexto balizado no *ground*.

A respeito desse último elemento mencionado, Langacker (2008, p. 78) afirma que

[o] termo *ground* é usado para o falante e o ouvinte, o evento de fala do qual eles participam e suas imediatas circunstâncias (ex. o tempo e lugar de fala). Como a “plataforma” para apreender o conteúdo evocado, o *ground* entra no sentido de cada expressão, mesmo quando construída com máxima subjetividade (LANGACKER, 2008, p. 78)²¹.

É justamente o equilíbrio entre as informações dispostas no discurso que condiciona a dinâmica do processo discursivo. Tal pensamento vai ao encontro do que assevera Peregrin (1995, p. 56), quando o autor afirma que o foco, assim como o tópico, constitui um dos dois aspectos de “um único padrão de articulação que é básico para toda sentença”²². De acordo com Barbosa (2005, p. 341), o foco é um traço que pode ser de ordem fonológica ou sintática que demarca relevo, saliência ou contraste de um constituinte que fica em destaque em relação ao restante do enunciado no plano discursivo.

Na definição proposta por Lambrecht (1994), foco é a parte da informação que o usuário da língua, proponente do enunciado, no plano discursivo, assume não ser partilhada por si e pelo seu interlocutor. Lambrecht (1994, p. 207) define foco, portanto, como “o elemento da informação por meio do qual a pressuposição e a asserção diferem uma da outra”²³. O foco de uma sentença constitui a parte mais importante da asserção pragmática. A

²¹ The term **ground** is used for the speaker and hearer, the speech event in which they participate, and their immediate circumstances (e.g. the time and place of speaking). As the “platform” for apprehending the content evoked, the ground enters into the meaning of every expression, even when construed with maximal subjectivity (LANGACKER, 2008, p. 78).

²² “Two aspects of a single articulation pattern which is basic for every sentence”.

²³ The element of information whereby the presupposition and the assertion differ from each other (LAMBRECHT, 1994, p. 207).

relação de foco é, segundo Lambrecht (1994, p. 209), aquela que constitui, por fim, a nova informação.

Assim, nessa perspectiva, foco é encarado como a parte da sentença a qual veicula uma nova informação a respeito do tópico. Contudo, essa definição é difusa, posto que nem todas as sentenças portam, em sua estrutura, um tópico.

Vemos, então, que tópico e foco são categorias linguísticas no sentido de que sua expressão e interpretação não podem ser reduzidas a princípios gerais que governam a interação humana ou a outras habilidades cognitivas/ pragmáticas que são independentes da linguagem. Para Gundel (1999), a relação tópico – foco é um componente essencial da representação semântica/ conceptual associada a sentenças de língua natural pela gramática, tendo em vista que é básica para a função da linguagem que diz respeito ao processamento da informação.

Em nosso trabalho, o foco deve ser compreendido como o elemento da informação que incide sobre a diferenciação entre pressuposição e asserção. Desse modo, o foco é a fração da sentença – inserida em um dado contexto de uso – a respeito da qual o usuário da língua acredita que seu interlocutor não tenha conhecimento ou consciência no momento da interação. O foco é, então, o componente pragmaticamente não recuperável da oração ou dotado de imprevisibilidade. É por meio dele que a proposição se torna uma asserção.

1.2.3 Funções principais da estrutura da informação

Nesta subseção, discorreremos, em linhas gerais, sobre as quatro funções (ou categorias) principais da estrutura da informação segundo Lambrecht (1994), a saber:

- Função tópico-comentário:

A asserção tem por intento dar a predicação a uma propriedade de um determinado referente já empregado no discurso, isto é, de um tópico.

- Função identificacional:

A asserção objetiva identificar o argumento que falta a uma proposição aberta pressuposta. Nesse sentido, visa a estabelecer uma relação entre um argumento e uma proposição já evocadas.

- Função de reportar (noticiar) um evento:

A proposição que exprime a função em questão é, de certo modo, alheia ao contexto situacional. Contudo, isso não significa que a exposição não necessite de conhecimento compartilhado ente os interlocutores, visto que o locutor deve supor, ainda que minimamente, que o referente ao qual ele faz menção deva ser identificável por seu interlocutor.

- Função apresentacional:

Tem por finalidade introduzir referentes ainda não ativados no discurso. Em termos pragmáticos, tanto a função apresentacional quanto a função de reportar um evento servem para introduzir um novo dado no discurso. Entretanto, na primeira, o novo dado introduzido é uma *entidade*, ou seja, um novo referente no discurso; ao passo que, na última, o elemento novo é um evento, algo que necessariamente envolve uma entidade.

Segundo Lambrecht (1994), em diversas línguas do mundo, uma mesma construção gramatical é utilizada tanto para expressar a função apresentacional quanto para a função de reportar um evento. Dessa forma, essas duas funções são consideradas construções “téticas”, uma vez que os julgamentos veiculados por elas são denominados *julgamentos simples*.

Nesses tipos de estruturas, há uma afirmação de um fato ou de um estado de coisas e não uma predicação de uma propriedade de alguma entidade. Sendo assim, as construções téticas têm como característica central a veiculação de algo novo, o que as diferencia das construções de tópico-comentário (ou categoriais).

As funções pragmáticas aqui apresentadas foram cunhadas tomando por base uma análise de estruturas de tópico. Ademais, essas construções também podem receber uma análise complementar no que tange às construções de foco. Assim, as funções *tópico-comentário*, *identificacional*, bem como a de *reportar um evento/apresentacional* podem ser identificadas, respectivamente, pela nomenclatura “estrutura com foco no predicado”, “estrutura com foco no argumento” e “estrutura com foco em toda a sentença”, por terem, respectivamente, o foco recaindo sobre o predicado, o argumento e sobre a sentença como um todo.

1.3 A Pressuposição

A temática da pressuposição foi primeiramente observada por Frege (1892), o qual tinha por intento explicar a distinção entre sentido e referência. Russell (1905), por sua vez, em discordância dos estudos de seu antecessor, propõe uma teoria de definidas descrições fundamentadas em condições de verdade para o estudo das asserções ancoradas em pressupostos.

Strawson (1950), seguindo a tendência proposta por Frege (1892) e Russell (1905), observa que a pressuposição é um tipo de inferência decorrente de convenções relativas ao uso de expressões referenciais. Brevemente, percebemos que as visões de Frege (1892) e de Strawson (1950), embora localizadas em diferentes pontos da linha do tempo, se aproximam, ao passo que a visão de Russell (1905) é bastante divergente dentro do que podemos considerar como o panorama filosófico a respeito da pressuposição, o qual busca dar conta de fenômeno numa visão essencialmente semântica e relacionada ao significado ou uso de sentenças.

Assim, nos anos 50, filósofos da linguagem começaram a atentar para problemas da linguagem em uso, considerando-a, de acordo com Marmaridou (2000, p. 122), “a real fonte de significância”²⁴. Se, por um lado, a Filosofia tem por interesse questões como a origem das expressões de referência e referenciação; por outro, na Linguística, a pressuposição tem sido muito útil para as pesquisas fundamentadas na semântica e na pragmática. Acresce-se, ainda, a esse fato que, como aponta Marmaridou (2000, p. 118), a pressuposição tem se tornado tema de interesse não só da Linguística, mas também da Filosofia.

Por volta dos anos 70, surge, na literatura linguística, um debate sobre a compreensão do que era considerado como pressuposição semântica, presente no cenário dos estudos da linguagem desde os anos 50, e aquilo que passou a ser chamado de pressuposição pragmática, a qual emerge da pragmática das sentenças ou, em outras palavras, surge do conhecimento de mundo compartilhado pelos interlocutores.

Entretanto, o modelo não foi bem aceito por se compreender, naquele momento, que os pressupostos eram fenômenos híbridos que, muitas vezes, não estavam relacionados ou eram expressos por uma grande variedade de categorias e estruturas linguísticas (MARMARIDOU, 2000, p. 128). Mais tarde, a discussão sobre pressuposição se resumiu aos quadros da semântica cognitiva e da pragmática cognitiva, os quais fornecem subsídios pautados para uma investigação do tema voltado para a sua importância comunicativa e sua estrutura cognitiva.

²⁴ “(...) the real source of meaningfulness”.

Nos estudos de semântica cognitiva a respeito do tema, por exemplo, podemos destacar trabalhos como Fillmore (1985), Fauconnier (1985; 1997), Lakoff (1987), Marmaridou (2000), Evans e Green (2006) e Kockelman (2010). Segundo Marmaridou (2000, p. 117), embora pressuposições “sejam inferências que emergem a partir do uso de categorias lexicais ou gramaticais específicas, não estão ligadas a elas regularmente, nem essas categorias se relacionam com as outras de modo sistemático”²⁵.

Como aponta Marmaridou (2000, p. 117), o termo *pressuposição* tem sido amplamente tomado para dar conta de uma gama de fatos linguísticos associados a questões semânticas e pragmáticas, que, com frequência, incidem sobre a compreensão dos enunciados por parte dos interlocutores. Em outras palavras, a pressuposição pode ser compreendida como um tipo de inferência a qual está intimamente atrelada a expressões linguísticas, sendo sensível ainda a fatores contextuais.

Segundo Green (1989, p. 71), a noção que baliza o pressuposto é a de proposição de cuja verdade não se tem dúvida em um enunciado e sem a qual o enunciado não pode ser tido como verdadeiro. De acordo com Fauconnier (1985, p. 108), as pressuposições trazem imbuídas em si um tipo de estrutura cognitiva particular que as fazem “desonestas ao incitar o ouvinte a sentir que já são, de alguma forma, dadas e, portanto, difíceis de questionar ou refutar”²⁶.

Nesse sentido, as pressuposições podem ser sinteticamente compreendidas como assunções ou inferências que se constroem no interior de expressões linguísticas. Também as pressuposições são muito recrutadas na prática discursiva por portarem a capacidade de transmitir conteúdo ideológico, servindo a propósitos persuasivos (cf. SBISÀ, 1999).

Observemos as assunções formuladas com base nas que estão contidas em Marmaridou (2000):

- (A) Tiago, que é um rapaz inteligente, se arrependeu de ter falado rapidamente quando lhe foi dada a palavra;
- (B) Há apenas uma entidade – Tiago – identificável para os interlocutores;
- (C) Tiago é um rapaz inteligente;
- (D) Tiago falou rapidamente quando lhe foi dada a palavra;
- (E) Tiago falou quando recebeu a palavra.

²⁵ (...) are inferences arising the use of specific lexical or grammatical categories, they are not attached to them regularly, nor do these categories relate to each other in any systematic way.

²⁶ (...) devious in making the hearer feel they are already somehow given and therefore difficult to question or refute.

De acordo com o que propõe Marmaridou (2000, p. 124), (B), (C), (D) e (E) constituem pressupostos de fundo os quais o usuário da língua emprega para balizar a sua fala em (A) para o seu interlocutor, de modo que ele a tome como verdadeira. Essas assunções emergem do uso de algumas expressões, tais como o nome próprio “Tiago”, em (B); o uso da forma verbal relacional “é” em parceria com o predicativo do sujeito “um rapaz inteligente” em (C); o emprego da forma verbal factiva “falou” em D; e o uso da oração subordinada adverbial temporal iniciada por “quando” em (E) (STRAWSON, 1950; KIPARSKY; KIPARSKY, 1971; FREGE, 1952; MARMARIDOU, 2000).

A essas expressões, consoante Levinson (1983, p. 182), damos o nome de “gatilhos de pressuposição”²⁷, os quais são recrutados pelo falante para inserir, em seu discurso, informações já dadas ou mesmo inquestionáveis e não abertas à discussão (MARMARIDOU, 2000, p. 124). A partir daí, fica a critério do interlocutor identificar, no plano discursivo, aquilo que se configura como pressuposto e questionar, em caso do desejo ou necessidade, o seu conteúdo proposicional; muito embora, por ter sido apresentado como certo, o interlocutor não esteja “autorizado”, na interação, a realização executar tal atitude.

Torna-se possível dizer, portanto, com base na psicologia gestáltica, que há, nos exemplos apresentados, uma relação de figura e fundo. Podemos, também, tomar como figura o fato de que “Tiago está arrependido de algo”, conteúdo esse que é passível de questionamentos, refutações, negações, sendo mais proeminente. Em contrapartida, os pressupostos balizadores da cena do “arrependimento” de Tiago compõem o fundo, contra o qual a figura pode ser depreendida, sendo menos proeminente.

De acordo com Marmaridou (2000, p. 124), “em termos de comunicação, a figura recebe atenção imediata e é informacionalmente focal, enquanto o fundo permanece na sombra e não é, portanto, aberto a questionamentos”²⁸. Assim, podemos compreender que as relações de figura e fundo são, na verdade, extremamente necessárias para a comunicação e experienciadas a todo tempo pelos interactantes no uso da língua.

Nessa linha de raciocínio, vale ressaltar que, em alguns casos, o próprio conhecimento prévio que os interlocutores possuem a respeito do assunto em pauta no momento de interlocução pode interferir ou mesmo bloquear, de algum modo, pressupostos que seriam

²⁷ *Presupposition triggers.*

²⁸ In communication terms, the figure receives immediate attention and is informationally focal, whereas the ground remains in the shade and is hence not open to questioning.

ativados com o emprego de determinados gatilhos, tal como podemos verificar nos exemplos formulados com base em Marmaridou (2000):

(F) Tiago não terá que se arrepender de ter falado rapidamente.

(G) Tiago falou rapidamente.

Fica evidente que (G) é pressuposto de (F) somente se for de conhecimento dos atores da cena discursiva que Tiago não passará por um período de arrependimento por ter feito algo tão ou mais importante do que falar paulatinamente ao invés de, praticamente, “se atropelar nas próprias palavras” quando lhe foi dada a oportunidade. Nesses termos, o sentido contido em (F) será o de que Tiago não sentirá arrependimento por ter falado rapidamente porque ou a oportunidade em questão não era tão boa como se pensava ou porque ele fez algo melhor do que se utilizar da palavra de modo mais demorado.

Em contrapartida, é possível que se tenha outra compreensão de (F) que não pressuponha (G), na qual Tiago não se arrependerá de ter falado rapidamente porque, na realidade, ele falou de maneira normal, natural. Esse entendimento, assim como o anterior, só se torna viável no caso de ser do conhecimento dos interlocutores ou mesmo da audiência de Tiago, no momento em que discursava, qual é seu modo de fala e seus trejeitos peculiares.

Assim, fica evidenciado que os pressupostos de (F) estão ancorados muito mais no conhecimento de mundo dos interlocutores, num estado de coisas e em fatos pragmáticos que nas condições de verdade de (F). Isso sugere, justamente, uma natureza pragmática da pressuposição.

De uma maneira geral, percebemos que pressupostos são inviáveis em materializações linguísticas em que assunções de fundo – prévias – sobre o mundo ou uma situação particular não sejam congruentes com seu conteúdo proposicional. É certo, também, que, embora uma pressuposição costume ser ativada ou, em outros termos, “engatilhada”, por uma expressão linguística, ela se estabelece se e somente se o conhecimento de mundo dos interlocutores assim a permitir.

Por volta dos anos 60 e 70, os desenvolvimentos da pesquisa linguística trataram a temática da pressuposição nos mais variados quadros teóricos da semântica e da pragmática, fomentando o crescimento de debates em torno da questão. A esse respeito, Fillmore (1985, p. 248) disserta que, aos debatedores, interessava

[s]e a noção de pressuposição poderia ser cuidadosamente definida para identificar qualquer coisa “conhecível”; se eram palavras, sentenças, discursos, proposições ou pessoas que faziam a pressuposição; se (...) era para ser explicada dentro da teoria da semântica, ou como um problema da linguística pragmática, ou nem tudo²⁹.

Na realidade, o olhar semântico para a pressuposição tinha como cerne de seus estudos tanto o valor de verdade das proposições quanto a verdade contida em sentenças simples, complexas ou coordenadas, bem como a questão semântica estrutural de alguns gatilhos de pressuposição em específico. Já na perspectiva pragmática, os estudos se voltam justamente para a inadequação de uma semântica preocupada com o valor de verdade para explicar o pressuposto, voltando sua atenção, ainda, para os parâmetros pragmáticos que incidem sobre a sobrevivência ou fracasso da pressuposição em contextos específicos de uso (cf. MARMARIDOU, 2000).

Devemos ressaltar, entretanto, que embora os vários quadros teóricos mencionados não sugiram uma explanação contundente para a atualidade e para os nossos intentos de pesquisa a respeito da pressuposição, eles oferecem valiosas observações com vistas à sua compreensão. São justamente essas observações que, de algum modo, culminaram numa abordagem cognitiva para tratamento do tema.

Podemos pensar a pressuposição, portanto, como sendo um fenômeno legitimamente atrelado tanto a componentes semânticos quanto pragmáticos da língua. No entanto, devemos observar também que muitas tentativas falhas de alocar o fenômeno como pertencente a quadros teóricos de maneira estanque emergiram nos variados estudos linguísticos a respeito do tema.

Se, por um lado, ao ser aplicado a dados variados, o enquadre teórico da Semântica se mostrou inadequado (LEVINSON, 1983), por outro lado, a visão da pressuposição, no aparato da Pragmática, acabou por ser reducionista ao resumir o fenômeno em questão às condições de felicidade ou a aspectos dos atos de fala (AUSTIN, 1962). É certo que seja em um campo de estudos, seja em outro, o que fica bastante evidenciado é o fato de que o fenômeno da pressuposição sugere a ligação a algum tipo de informação que parece ser dada, ou mesmo retratada como dada, em situações discursivas peculiares, em que o que ousamos chamar neste ponto de “construções-gatilho”, por assim dizer, são ativadas, sobretudo, com intentos discursivo-sociais específicos.

²⁹ Whether the notion of presupposition could be carefully enough defined to identify anything knowable; whether it was words, sentences, utterances, propositions, or people who did the presupposing; whether [it] (...) was to be accounted for within a theory of semantics, or as a matter of linguistic pragmatics, or not all.

Sendo assim, cremos que um recorte cuja visão seja orientada tanto pelo viés gramatical quanto cognitivo de análise da língua torna-se o mais conveniente para o estudo da pressuposição (MARMARIDOU, 2000, p. 140-141). Na realidade, os enquadres semântico e pragmático permitem-nos compreender que as proposições pressupostas estão disponíveis aos interlocutores como blocos de informação que são recrutados nos desdobramentos da interação. A pressuposição é, então, necessária para a dinâmica do discurso, visto que auxilia, inclusive, na organização dos papéis sociais dos interlocutores (FILLMORE, 1985; LAKOFF, 1987; MARMARIDOU, 2000).

Para Marmaridou (2000, p. 1), a pragmática estuda “a emergência do sentido no uso da língua”³⁰. Em outras palavras, para a autora, o sentido pragmático é interno e corporificado, o que não significa dizer que fatores externos devam ser negligenciados.

Não obstante, fatores externos, para a autora, são os primeiros a ser processados (ou internalizados) pelos usuários da língua em seu arcabouço social, antes até que tais fatores se tornem amalgamados, isto é, entrincheirados como modelos construcionais para o sentido pragmático. A esse respeito, Marmaridou (2000, p. 62-63) argumenta que

[o] uso da linguagem é favorável ao entrincheiramento conceptual, o último visto como ativação automática da estrutural neural e conceptualizações da experiência. Nesse sentido, a experiência se torna internalizada pelos meios de uso da língua (MARMARIDOU, 2000, p. 62-63)³¹.

Nesses termos, podemos entender que, para Marmaridou (2000), o sentido pragmático é visto como sendo temporário, presente apenas se a língua for usada com vistas a organizar, estruturar a realidade como uma experiência significativa. O modo de compreensão a respeito do sentido pragmático acaba por contradizer a assunção geral de que tal questão está associada à internalização na memória e, portanto, entrincheirada.

De acordo com Fillmore (1977), ao aprenderem uma língua, os falantes tendem a associar certas cenas da experiência a certos *frames* linguísticos. A noção de cena à qual nos referimos aqui não se restringe apenas ao visual, incluindo, ainda, “qualquer tipo de segmento coerente, grande ou pequeno, de crenças, ações, experiências ou imaginações humanas”³² (FILLMORE, 1977, p. 63).

³⁰ The emergence of meaning in language use (MARMARIDOU, 2000, p. 1).

³¹ The use of language may be said to be conducive to conceptual entrenchment, the latter viewed as the automatic co-activation of neural structure and conceptualizations of experience. In this sense, experience becomes internalized by means of language use (MARMARIDOU, 2000, p. 62-63).

³² “(...) any kind of coherent segment, large or small, of human beliefs, actions, experiences of imaginings”.

Já um *frame* pode ser compreendido como “qualquer sistema de escolhas linguísticas (incluindo palavras, regras, estruturas e categorias) as quais podem ser associadas a instâncias de cenas prototípicas³³” (MARMARIDOU, 2000, p. 142). Vale salientar que cenas e *frames* são mutuamente ativados e recuperáveis em termos de aplicação na prática linguística. Com relação à compreensão de *frames*, Fillmore (2006, p. 373) conceitua que

[c]om o termo “frame” eu tenho em mente um sistema de conceitos relacionados de tal forma que, para entender qualquer um deles, é necessário entender toda a estrutura em que se insere; quando uma coisa nesta estrutura é introduzida em um texto, ou em uma conversa, todas as outras são automaticamente disponibilizadas. Eu pretendo que a palavra “frame”, como aqui usada, signifique um termo geral para se referir ao conjunto de conceitos conhecidos na literatura como: “esquema”, “script”, “cenário”, “andaime ideacional”, “modelo cognitivo” ou “teoria popular”. (FILLMORE, 2006, p. 373)³⁴

No âmbito dessa aplicação linguística, há, ainda, os Modelos Cognitivos Idealizados ou MCIs, se constituindo como modelos cognitivos que são idealizados e que, portanto, não têm por obrigação se ajustar perfeitamente ao mundo externo. No que tange aos MCIs, Lakoff (1987, p. 118) postula que

[u]samos modelos cognitivos para tentar entender o mundo. Em particular, nós usamos para teorizar sobre o mundo, na construção de teorias científicas como também em teorias do tipo que todos nós construímos. É comum para tais teorias não serem consistentes umas com as outras. O *status* cognitivo de tais modelos permite isso. (...) Também nos permite compreender fenômenos como analiticidade e pressuposição, os quais não fazem sentido em explicações do significado em que a cognição não é considerada³⁵.

É justamente por essa capacidade múltipla que os MCIs podem ser tomados pelos falantes para conduzir seus interlocutores sobre como compreender ou não uma situação discursiva. Isso fica bastante evidenciado no excerto que segue:

³³ “(...) any system of linguistic choices (including words, rules, structures and categories) that can get associated with prototypical instances of scenes”.

³⁴ By the term ‘frame’ I have in mind any system of concepts related in such a way that to understand any one of them you have to understand the whole structure in which it fits; when one of the things in such a structure is introduced into a text, or into a conversation, all of the others are automatically made available. I intend the word ‘frame’ as used here to be a general cover term for the set of concepts variously known, in the literature on natural language understanding, as ‘schema’, ‘script’, ‘scenario’, ‘ideational scaffolding’, ‘cognitive model’, or ‘folk theory’.

³⁵ We use cognitive models in trying to understand the world. In particular, we use them in theorizing about the world, in the construction of scientific theories as well as in theories of the sort we all make up. It is common for such theories not to be consistent with one another. The cognitive status of such models permits this. (...) It also permits us to make sense of phenomena such as analyticity and presupposition, which don’t make sense in accounts of meaning where cognition is not considered.

- (3) Houve uma estratégia armada para que eles não pudessem entrar na cidade de Caracas. Estamos muito agradecidos aos senadores que vieram ao nosso país. É importante que vejam não só a situação dos presos políticos, mas também das filas, do sequestro dos poderes, da ingovernabilidade e da institucionalidade. (06/2015)

Em (3), a primeira parte do enunciado, dita prótase, pressupõe que já era esperado que o interlocutor tivesse conhecimento da importância da verificação da situação proposta pelo autor acerca dos presos políticos. Na realidade, o que o falante está comunicando em (3) é que o MCI evocado pela forma verbal “vejam” + “não só” é de um valor de verdade pré-existente ao ato da comunicação em questão. Com isso, o falante ancora seu discurso em uma base irrevogável e inquestionável para seu interlocutor, de modo que, mesmo que o fato pressuposto não seja de conhecimento do interlocutor, ainda assim, não pode ser posto em xeque, devido à inserção de um espaço mental com um valor de verdade que surgiu de acordo com a progressão do discurso (FAUCONNIER, 1994). Com relação aos espaços mentais, tomando por base Fauconnier (1994; 1997), Gervasio (2016a, p. 20) disserta que espaços

são, na realidade, domínios (*mappings*) conceituais. Esses domínios portam em si representações mentais que possibilitam a estrutura cognitiva interação com a estrutura gramatical. Assim, há o estabelecimento da projeção de elementos que se relacionam em diferentes domínios. Há um espaço denominado “Base”, o qual comporta em seu interior a interação comunicativa. É partindo, em geral, do espaço “Base” que outros espaços são configurados, a fim de que novas informações emergentes do contexto comunicativo sejam alojadas. (...) Os espaços mentais são construídos por meio de indicadores linguísticos, os quais são denominados “construtores de espaços mentais” (*spacebuilders*). Esses construtores de espaços são, na verdade, mecanismos existentes na língua que, ao serem utilizados, abrem um novo espaço mental ou promovem deslocamento da cena para um espaço que já existe.

Observamos, assim, como atesta Marmaridou (2000, p. 146), que não somente os MCIs, mas também os espaços mentais são configurações construídas semântica e pragmaticamente que se dão de maneira simultânea. Além disso, o sentido emerge na superfície do discurso em andamento e de modo interativo.

Na realidade, no caso das pressuposições, para Marmaridou (2000), o MCI é construído em termos de expressões que servem como verdadeiros gatilhos. Nesse sentido, segundo a autora, pelo fato de os MCIs serem, cognitivamente, plano de fundo ou primeiro plano, eles funcionam como gatilhos capazes de criar ou de cancelar pressuposições. Nesses termos, Marmaridou (2000) propõe que cenários cognitivos ou MCIs são partes do processo de inferência, os quais são mais característicos da comunicação ostensiva do que da ativação automática de fragmentos do sentido.

Percebemos, assim, que Marmaridou (2000) traz uma abordagem do uso da língua e de aspectos sociais e cognitivos do sentido pragmático como sendo frutos de estruturas cognitivas e, ainda, de conceptualizações formuladas tendo por alicerce a experiencição corpórea e social do indivíduo. Segundo a autora, então, os aspectos socioculturais do evento comunicativo exercem influência crucial sobre o cálculo das inferências. Na concepção de Marmaridou (2000, p. 118), urge

[r]evelar como mecanismos cognitivos contribuem para a internalização de aspectos da realidade como construída por meio do discurso do falante de um modo que confira poder a seu papel comunicativo (MARMARIDOU, 2000, p. 118)³⁶.

Com base no que temos por intentos na presente pesquisa, somos incitados a concordar com Burton-Roberts (1989), quando o autor afirma que, diferentemente da asserção, a qual pode pôr uma proposição em questão no decorrer do discurso em xeque, na pressuposição, essa situação não ocorre. Isso porque, ao ancorar sua proposição em um pressuposto, o falante se coloca em uma posição confortável em relação a seu interlocutor, uma vez que seu discurso, assim formado, acaba determinando o modo como esse interlocutor procederá em face do conteúdo veiculado.

Do mesmo modo, ao balizar seu discurso em pressupostos, esse falante faz com seu interlocutor o compreenda como sendo o orador portador de uma série de contribuições as quais devem ser tidas como importantes ou dignas de ser seguidas e, portanto, com tamanho valor de verdade para seu interlocutor.

Ao observarmos a temática da pressuposição incluindo os MCIs e os espaços mentais, podemos compreender que o material pressuposto pode ser visto, em termos gestálticos, como plano de fundo sobre o qual o material linguístico informacional, introduzido no discurso por meio da asserção, é posto em primeiro plano, sendo, portanto, uma figura (LAKOFF, 1987, p. 133).

1.3.1 Pressuposição pragmática e asserção pragmática

³⁶ To reveal how cognitive mechanisms contribute to the internalization of aspects of reality as constructed through the speaker's discourse in a way that confers power on her communicative role (MARMARIDOU, 2000, p. 118).

Como já apresentado, uma informação veiculada por uma proposição é, em geral, fruto da junção de elementos dados e novos, uma vez que o novo se estabelece como tal em relação a algo velho. Essa característica nos conduz à compreensão de que sentenças carregam algum traço linguístico, seja ele de ordem gramatical ou lexical, que traduz o pressuposto que o locutor crê a respeito da informação estocada na mente de seu interlocutor. cremos que seja esse o caso das construções correlatas aditivas, em que os elementos *não só X/ não somente X/ não apenas X*, componentes da primeira parte das construções correlatas aditivas, acabam por refletir que a informação apresentada na prótase já é de conhecimento do interlocutor.

Assim sendo, há uma espécie de base (*ground*) ou gatilho linguístico (*trigger*) para que uma nova informação possa ser veiculada. Compreendemos, então, que a pressuposição necessita aparecer, em termos formais, na sentença, uma vez que a suposição apenas aludida, sem manifestação formal no plano da sentença, não é interessante para o estudo da estrutura da informação.

Em síntese, a pressuposição pragmática à qual fazemos menção no domínio da informação deve ser compreendida como o conteúdo lexicogramatical portado em uma sentença que o usuário da língua acredita já ser de conhecimento de seu interlocutor. Essa sentença necessita ser, portanto, plenamente recuperável em termos contextuais na situação comunicativa. Pressuposição pragmática, segundo Hilpert (2014, p. 105), tomando por base Lambrecht (1994, p. 52), pode ser compreendida como “o conjunto de proposições léxico-gramaticalmente evocadas em uma sentença que o falante assume que o ouvinte já sabe ou está pronto para tomar como certo no momento em que a sentença é proferida”³⁷. A título de maior compreensão, pode-se observar o excerto (4):

- (4) Se petistas ou esquerdistas têm alguma dúvida se o crime aconteceu ou não, perguntem, então, ao Ministério da Fazenda. O que vai acima é uma confissão. E uma confissão que **não** diz respeito **apenas** ao mandato anterior de Dilma, **mas também** a este, que está em curso. Acorda, Rodrigo Janot! (11/2015)

Em (4), o proponente do texto acredita que seu interlocutor tenha conhecimento do teor/ conteúdo da confissão previamente apresentada na estrutura de seu texto. Para ratificar sua pressuposição, o usuário retoma parte do conteúdo dessa confissão, desmembrando-a, a ponto de afirmar que ela não se volta apenas ao primeiro mandato da então presidenta do Brasil, Dilma Vana Rousseff – informação já compartilhada –, mas também ao mandato

³⁷ The set of propositions lexicogramatically evoked in a sentence which the speaker assumes the hearer already knows or is ready to take for granted at the time the sentence is uttered.

corrente no período de elaboração da mensagem – informação que o proponente do texto crê que seja inédita.

Já a asserção pragmática, no estudo da estrutura da informação, deve ser compreendida como o conteúdo veiculado por uma sentença do qual se tem expectativa que o interlocutor tome conhecimento como culminância do ato de interagir. Seria, assim, o produto do processo interacional. Com relação à asserção pragmática, Hilpert (2014, p. 106), ao se fundamentar em Lambrecht (1994, p. 52) a define como “a proposição expressa por uma sentença que se espera que o ouvinte saiba ou tome por garantido como resultado de ouvir a sentença proferida”³⁸.

Vale mencionarmos que a pressuposição e a asserção aparecem na mesma sentença, tendo, por conseguinte, uma relação de coexistência. Assim, a asserção estabelece uma relação entre um grupo de conteúdos pressupostos e um não pressuposto. O conteúdo não pressuposto, entretanto, possui uma relação de sobreposição ou adição com os conteúdos pressupostos.

A diferença entre a pressuposição pragmática e a asserção pragmática está relacionada à forma linguística ou, em outras palavras, a construções. Construções de estrutura informacional são compostas de muitas partes, as quais são, por sua vez, convencionalmente associadas ou à informação velha ou à informação nova. Para Hilpert (2014, p. 106), isso é vantajoso para o processamento de linguagem, visto que os sujeitos cognoscentes são capazes de reconhecer uma construção de estrutura da informação. Desse modo, os interlocutores reconhecem, de imediato, que porções dessa construção veicularão informações novas às quais devem estar mais atentos.

Sinteticamente, a asserção deve ser compreendida como uma junção de dois grupos de conteúdos. Devemos compreender, ainda, que, embora a pressuposição não possa coincidir com a asserção, a última pode consistir no relacionamento entre duas ou mais pressuposições (cf. LAMBRECHT, 1994).

³⁸ The proposition expressed by a sentence which the hearer is expected to know or take for granted as a result of hearing the sentence uttered.

2 A CORRELAÇÃO

Neste capítulo, percorreremos alguns trabalhos da literatura da tradição gramatical e da linguística. Nossa finalidade é discorrer sobre como cada um deles aborda a temática da correlação *lato sensu*, e não somente no que tange à correlação aditiva, objeto primário de nossa pesquisa.

Compilamos trabalhos variados e de diferentes abordagens teóricas sobre o tema. Para tanto, tomamos, como ponto de partida, obras mais tradicionais e, portanto, de base mais formal, seguindo em direção a pesquisas linguísticas e, sobretudo, de caráter mais funcional, alicerçadas por uma abordagem gramatical emergente do uso da língua.

2.1 O tratamento tradicional

Na abordagem adotada pelos gramáticos tradicionais, os processos de articulação de cláusulas existentes são apenas o de coordenação e o de subordinação, ditos, portanto, processos canônicos. Para essa tradição gramatical, a correlação estaria, então, alocada em um segundo plano.

Oiticica, em sua obra inaugural sobre o tema, *Teoria da Correlação* (1952), assevera que o processo da correlação “sempre andou confundido com o da subordinação em todas as gramáticas brasileiras ou estrangeiras” (OITICICA, 1952, p. 13). Segundo Oiticica (1952), as orações coordenadas devem ser compreendidas como estruturas autônomas, unidas por conjunções explícitas ou não, ao passo que as orações subordinadas devem ser consideradas dependentes, atreladas a uma oração principal por apenas uma conjunção. Nesse sentido, o estudioso delimita o campo de atuação dos processos canônicos de organização do período e enfatiza o procedimento sintático distinto que une as estruturas correlatas: a existência, entre elas, de dois elementos de conexão, isto é, conectivos distribuídos em forma de par.

Pauliukonis (1995, p. 12) aponta que, embora Oiticica (1952) tenha se amparado em uma posição sintática para definir o escopo da correlação, tal como se depreende de sua afirmação de que “em lugar da conjunção única e aparecem dois termos conectivos” (OITICICA, 1952, p. 21), o autor elucida a existência da interdependência semântica entre as duas cláusulas, em que se situa justamente o vigor, a força da correlação. A esse respeito, o

estudioso assevera que, na correlação, “os pensamentos estão conexos, neste caso, por dois termos que sempre, além disso, devem ser claros” (OITICICA, 1952, p. 21).

Em outras palavras, entre as orações correlatas, há o estabelecimento de uma ligação direta entre o primeiro termo que evoca o segundo termo da enunciação. Segundo Pauliukonis (1995), na relação entre as partes da correlação pode-se perceber certo equilíbrio e é justamente desse equilíbrio que se abstrai a ideia de correlação.

Mesmo com os apontamentos precursores de Oiticica (1952) a respeito das correlatas, as estruturas de correlação são, em geral, associadas ao procedimento sintático de subordinação. Segundo Rodrigues (2007), embora haja, frequentemente, uma associação da correlação à subordinação, os autores mais tradicionais não mencionam de maneira explícita a classificação “orações correlatas”.

Ainda de acordo com a estudiosa, os autores costumam falar da existência de orações que se conectam a outras por meio de conectores que aparecem em forma de par. Com isso, o expediente correlativo acaba também por ser confundido, às vezes, com a coordenação.

A exemplo disso, temos autores como Rocha Lima (2003, p. 261), que, ao discorrer sobre as orações coordenadas aditivas, elucida que as estruturas correlativas do tipo *não só... mas também/ não só... mas ainda/ não só... senão também/ não só... senão que* podem dar mais ênfase à coordenação. Rocha Lima (1998, p. 259-284) refere-se, então, indiretamente, à correlação como “fórmulas correlativas” e “expressões correlativas”.

Em Bechara (1987), não encontramos menções diretas nem indiretas com relação à correlação. Já em Cunha (1990, p. 539), assim como em Cunha e Cintra (1985, p. 578-601), ao tratarem das orações comparativas, consecutivas e proporcionais, vemos menções indiretas à correlação, ao afirmarem que as orações citadas podem figurar em forma de correlação com um membro presente na oração principal.

Luft (2002, p. 45-88), ao dissertar sobre a composição do período, apresenta como orações correlatas aditivas as que se compõem pelo par *não só... mas também*, fazendo assim uma explicitação da nomenclatura das cláusulas correlatas e dissertando, ainda, sobre as orações correlatas comparativas e consecutivas. Luft (2002, p. 62) chama a atenção, também, para o fato de que, para alguns gramáticos, as orações proporcionais são estruturas correlativas.

Semelhantemente, Kury (2002, p. 62-109) explana sobre as orações consecutivas e proporcionais como sendo formulações gramaticais correlatas. O autor menciona, ainda que de maneira indireta, que reconhece casos de orações aditivas com correlação, palavra ou locução correlativa, ao dissertar sobre as orações comparativas e, também, sobre a existência

de orações comparativas quantitativas, donde a correlação se estabelece com um termo intensivo, presente na oração principal.

Analisando as obras mencionadas, observamos que os autores tradicionais não consideram a correlação como um processo de organização do período com características próprias e que difere dos processos canônicos de coordenação e de subordinação. Como disserta Azeredo (1979, p. 01), a razão para isso pode ser encontrada no fato de que boa parte dos gramáticos brasileiros compreende a correlação, assim como a justaposição, como úteis “apenas para materializar certas relações fundamentalmente coordenativas ou subordinativas”. Rosário (2012) acredita que a razão para a não inclusão da correlação e da justaposição como processos de articulação de orações em separado dos canônicos nos compêndios gramaticais, embora possuam traços bastante específicos, reside na influência sofrida pela NGB.

Em obra antecedente à NGB, Rocha Lima (1959, p. 259) tomava como sendo quatro as estruturas existentes para a organização do período, a saber, coordenação, subordinação, justaposição e correlação. A respeito desse último modo de organização, o autor alega que “neste processo sintático de características absolutamente próprias, não há independência das orações componentes do período como na coordenação, nem subdependência, como subordinação. Existe, a rigor, paradependência” (ROCHA LIMA, 1959, p. 259). Desse modo, para Rocha Lima (1959, p 259), a correlação é formada por especificidades que a diferem tanto da coordenação quanto da subordinação.

Já na versão revista de sua gramática, Rocha Lima (2003), provavelmente sob a égide da NGB, abandona sua divisão tetrapartida, por assim dizer, dos processos sintáticos de organização do período. Na versão atual de seu trabalho, o estudioso passa a acatar apenas os processos de coordenação e de subordinação, ou seja, os procedimentos canônicos de estruturação sintática.

Garcia (2006, p. 42-55), em *Comunicação em prosa moderna*, admite que existem dois processos sintáticos, os quais ele toma como universais, a saber, a coordenação e a subordinação. Quanto à justaposição e à correlação, o autor acrescenta que tais processos são ensinados no Brasil como variantes dos processos principais elencados por ele.

Garcia (2006) assevera, ainda, que a correlação implica um enlace de estruturas sintáticas. O autor, por fim, sinaliza que, caso esse enlace entre as partes da correlação não ocorra de forma correta, devido a uma possível distância entre os termos, pode haver uma ausência de paralelismo e, conseqüentemente, uma ruptura da correlação.

Chediak (1960), na época de elaboração da NGB, lamentou o fato de o anteprojeto ter excluído a correlação e a justaposição como procedimentos sintáticos para estruturação do

período. Opinião semelhante adota Melo (1970), apresentando uma compreensão bastante distante do grupodos gramáticos tradicionais, não parecendo acatar o que rege a NGB. Quanto a isso, o autor assevera que “apesar das objeções ponderosas, continuo a admitir um terceiro processo sintático, a correlação, em que se observa interdependência das funções (MELO, 1970, p. 170).

Melo (1970, p. 170) argumenta dizendo, ainda, que seu olhar divergente da NGB com relação ao tema não traz problemas do ponto de vista didático, visto que tal categorização é um traço doutrinário, chegando a afirmar que a NGB “não pode pretender ser mais uma nomenclatura sugerida”. Sendo bastante enfático, Melo (1970, p. 237) critica, também, em sua obra, autores que acatam a “doutrina careada pela NGB” em seus trabalhos, embora saibam que a correlação é procedimento sintático diferente dos demais. Razão para isso, segundo Melo (1970), residiria no fato de que ou os gramáticos tradicionais já estivessem mesmo convencidos do que preconiza a NGB, ou talvez tenham passado por um processo de conversão, para que seus trabalhos ganhassem o *status* de adequação às normas, o que explicaria o motivo para agruparem as orações correlativas no rol das orações subordinadas adverbiais.

Assim, Melo (1970) toma a correlação como um processo de estruturação sintática que não se enquadra simplesmente sob o rótulo da coordenação ou da subordinação. Para ele, a correlação constitui um processo mais complexo, amplo, em que existe uma relação de interdependência entre as partes constituintes do período, uma vez que um termo de uma sentença tem sua completude em correlação com outro termo, que se encontra alocado em outra sentença. Autores com posturas similares à de Melo (1970), são Castilho (2004) e Rodrigues (2007), os quais, tomando também por base o trabalho de Oiticica (1952), consideram a correlação um processo sintático divergente da coordenação e da subordinação. As concepções de Castilho (2004) e Rodrigues (2007) no que tangem à correlação serão detalhadas na seção 2.2.

2.2 A perspectiva dos estudos linguísticos

No campo dos estudos de linguagem, sempre houve muito debate a respeito de qual abordagem teórica é melhor ou mais adequada para a compreensão dos fenômenos na língua. Se, por um lado, há estudiosos do formalismo e do funcionalismo que discutem na tentativa

de comprovar a eficácia de seus diferentes olhares analíticos, há, por outro lado, linguistas que compreendem que tal comparação é desnecessária e impraticável, visto que, na realidade, essas duas abordagens são complementares ao auxiliar a Linguística a entender seus fenômenos.

O lançamento do *Curso de Linguística Geral*, em 1916, constitui um importante marco na Linguística moderna. Segundo Harris e Tablot (1989), a mensagem crucial das discussões apresentadas na obra de Saussure está balizada na premissa de que a língua deve ser reconhecida como uma estrutura composta por partes essenciais que também não passam de estruturas. Consoante os autores, a ideia de que a estrutura da língua é um todo constituído por partes é de extrema importância para o estruturalismo saussureano. A gramática que emerge de teorias de base formal é, nesse sentido, composta por uma noção de língua vista como um sistema de valores em que cada elemento linguístico se define com base em relações sintagmáticas com outros elementos do sistema e não com base em seu conteúdo, havendo, por conseguinte, relações de caráter mnemônico virtual (HARRIS; TABLOT, 1989, p. 210-215).

Os estudos de base formal dão ênfase, principalmente, à fonética, à fonologia, à morfologia e à sintaxe. Em outras palavras, tratam de traços internos da língua e da relação entre seus constituintes. Assim, tem-se uma gramática preocupada com a manutenção de uma compreensão de língua que tem seus fundamentos organizados com base em justificativas que partem da própria estrutura.

Diferentemente do que se tem no âmbito formal, na esfera da gramática funcional, a língua não é vista como um mero conglomerado de orações, mas, sobretudo, como um instrumento de interação social. Do mesmo modo, ao contrário do Formalismo, em que as descrições analíticas e gramaticais são feitas fora de contextos de uso real da língua, no Funcionalismo, as descrições são elaboradas, como já mencionado, levando em consideração os contextos de produção.

Numa visão formal da *gramática*, a língua é vista como um conjunto de estruturas que possuem entre si algum tipo de relação. Não obstante, sob uma perspectiva funcional da *gramática*, a língua é tomada como uma grande rede de relação em que as construções que se manifestam na superfície da língua nos variados contextos de uso funcionam como instanciações ou materializações linguísticas de interpretação dessas relações. Desse modo, tem-se, no Funcionalismo, uma gramática organizada em torno do discurso e não em torno da frase, como sugerem abordagens formais, entendendo, portanto, a gramática como um

conjunto de regularidades fixadas e definidas pela comunidade linguística como as formas ritualizadas de uso, ou seja, aquelas que se tomam rotineiras e se constituem como valor de troca e interação entre os usuários (OLIVEIRA; WILSON, 2012, p. 239).

Vemos, assim, que a *gramática* na perspectiva funcional se ocupa de explicar o que há de regular nas línguas naturais, tendo por premissa basilar a ideia de que a relação existente entre o uso da língua e sua estrutura não é de arbitrariedade. Na abordagem gramatical funcional, não se toma a descrição da estrutura de uma construção linguística como suficientemente capaz de determinar as propriedades, sejam fonológicas ou semânticas da expressão, visto que se compreende que uma descrição cabível precisa incluir fatores extralinguísticos, sobretudo, no que tange às propriedades pragmáticas e discursivo-funcionais de uma construção gramatical. A ideia de *gramática*, no Funcionalismo, compreende contexto de uso; para tanto, vale-se de aspectos balizados no social e no cultural de usuários da língua. Valemo-nos, nesse ponto, das palavras de Neves (1994, p. 119), quando a autora assevera que

[u]ma gramática funcional destina-se, pois, a revelar, pelo estudo das sequências linguísticas, os significados que estão codificados por essas sequências. O fato de ser “funcional” significa que ela está baseada no significado, mas o fato de ser “gramática” significa que ela é uma interpretação das formas linguísticas. A análise linguística, num primeiro nível, permite mostrar como e por que o texto significa o que significa, e, num segundo nível, permite dizer por que o texto é ou não é um texto efetivo, pelos propósitos que tem.

Em outras palavras, na pesquisa funcionalista, governa a questão de que a estrutura gramatical da língua é afetada pelo uso linguístico nos contextos reais de comunicação, assim como se observa na descrição analítica e etnográfica presente na obra *Coral Gardens And Their Magic* (1935), do antropólogo Bronislaw Malinowski, a respeito de grupos de nativos observados. Em seu livro, pode-se dizer que Malinowski chama a atenção – com um olhar que muito se assemelha ao de um linguista funcionalista da atualidade – para o fato de que valores semânticos e pragmáticos devem ser levados em consideração para a mais clara compreensão dos dados utilizados na análise linguística, visto que a *gramática* deve ser compreendida como sendo moldada pelas representações e pelos processos cognitivos tais como categorização, organização conceptual e analogia, que se dão no fazer interativo dos seus usuários (cf. MALINOWSKI, 1935).

Posto isso, observamos que diferença entre a abordagem formalista e afuncionalistadeve-se, em síntese, ao modo de observação da linguagem, isso porque os

primeiros tomam a linguagem como mera elaboração mental, ao passo que os últimos a tomam como algo decorrente da interação entre seus usuários, isto é, como um fenômeno social (cf. LEECH, 1983). Em uma gramática de base funcional, a língua é tomada como um sistema de significações, ou seja, como um sistema semântico, em que a acepção de “semântica” não se resume ao significado dos termos, mas como algo capaz de concatenar significados da língua (HALLIDAY; HASSAN, 1989; HALLIDAY, 1994). Essa ideia vai ao encontro do que postula Firth (1968, p 13) ao afirmar que

[o] significado de qualquer instância específica do discurso cotidiano está intimamente interligado não apenas ao ambiente de visões e sons particulares, mas está profundamente interligado aos processos vivos das pessoas que se mantêm na sociedade³⁹.

Por meio do fragmento de Firth (1968), entendemos, portanto, que não se deve observar a gramática como estrutura autônoma, desvinculada da biologia humana e do mundo, tal como se apregoam nas vertentes de base formal. Pelo contrário, compreendemos, de modo claro, com base na discussão promovida pelo autor, que, mesmo categorias gramaticais são dependentes do contexto, justamente por se falar em uma gramática maleável, e não composta de regras fixas e imutáveis.

Posto isso, ao contrapormos o formalismo ao funcionalismo linguístico, podemos perceber que o conceito de *correlação* varia conforme a perspectiva teórica assumida com vistas à análise linguística. Em outras palavras, a noção de *correlação* atravessa diferentes abordagens teóricas que, nem sempre, são convergentes. Seja no campo dos estudos mais tradicionais da linguística, seja no âmbito dos mais recentes, encontramos, portanto, divergências a respeito da compreensão e difusão do termo.

De acordo com Mignon (2009, p. 13), embora os termos *correlação* e *correlativo* figurem nos mais variados manuais de gramática e sejam, com frequência, utilizados em pesquisas que versem sobre a oração complexa, a maioria dos dicionários especializados em linguística não apresenta verbetes voltados para o tema. Do mesmo modo, o autor, analisando a história do termo *correlação* na gramática francesa, assinala que há uma instabilidade nocional no que diz respeito ao entendimento da correlação. Isso gera, segundo o estudioso, uma flutuação no conteúdo das definições, a qual já figura, há bastante tempo, na trajetória dos estudos linguísticos.

³⁹The meaning of any particular instance of everyday speech is intimately interlocked not only with an environment of particular sights and sounds, but deeply embedded in the living processes of persons maintaining themselves in society.

A esse respeito, Mignon (2009) ainda afirma que

[n]o decorrer da história da gramática francesa, parece que essa desordem terminológica está ligada à utilização intermitente da correlação nas diferentes etapas pelas quais se construiu uma sintaxe da frase complexa, e que os contornos da correlação ficam ainda mais difusos em seus empregos mais recentes, porque eles se apoiam em um agregado de heranças heterogêneas (MIGNON, 2009, p. 13)⁴⁰.

Na correlação, a verdade veiculada nos enunciados se estabelece por meio da relação de interdependência existente entre as duas partes da construção. O adjetivo *correlativo* aparece, pela primeira vez, segundo Mignon (2009, p. 16), na terminologia gramatical do século XVIII, no mesmo momento em que uma proposta de sintaxe da estrutura complexa tomava forma. O termo passa então a ocupar um lugar notável nos estudos da época, tendo em vista a possibilidade de ser utilizado tanto para dar conta das relações existentes no âmbito das frases simples quanto das proposições complexas – orações complexas (cf. DU MARSAIS, 1778; MIGNON, 2009).

Na perspectiva tradicional francesa, como atestado em Du Marsais (1778), por exemplo, um período é dito correlativo

[q]uando o sentido de uma proposição coloca a mente na situação de assumir o significado de outra proposição, dizemos que essas proposições são relativas, e que uma é correlativa da outra. Então essas proposições são ligadas entre si pelas conjunções ou pelos termos relativos. As relações mútuas que essas proposições possuem, portanto, entre si, formam um significado total que os lógicos chamam de proposição composta; e aquelas que formam o todo são, cada uma, proposições parciais (DU MARSAIS, 1778, p. 186)⁴¹.

Desse modo, para o autor mencionado, as proposições são tomadas como correlativas em função de sua incompletude particular, tendo sua completude de sentido atrelada a outra parte componente do enunciado. Pensamento similar pode ser encontrado em Marouzeau (1951, p. 63-64), que, ao discorrer em seu dicionário de terminologia que a noção de *correlação* nasceu da noção de *correlativo*, afirma que “dois termos são correlativos de uma

⁴⁰ À travers l’histoire de la grammaire française, il apparaît que ce désordre terminologique est lié à l’utilisation intermittente de la corrélation dans les différentes étapes par lesquelles s’est construite une syntaxe de la phrase complexe, et que les contours de la corrélation restent encore flous dans ses emplois les plus récents parce qu’ils s’appuient sur un agrégat d’héritages hétérogènes.

⁴¹ Quand le sens d’une proposition met l’esprit dans la situation d’exiger ou de supposer le sens d’une autre proposition, nous disons que ces propositions sont relatives, et que l’une est la corrélatrice de l’autre. Alors ces propositions sont liées entr’elles par de conjonctions ou par des termes relatifs. Les rapports mutuels que ces propositions ont alors entr’elles, forment un sens total que les logiciens appellent *proposition composée*; et ces propositions qui forment le tout, sont chacune de propositions partielles.

maneira geral, quando estão em uma relação de dependência; chama-se, mais especialmente, de *correlativo* aquele que é antecedente do segundo, dito *relativo*”⁴².

Vale ressaltar, entretanto, que essa definição do correlativo como aquele que “antecede”, isto é, como o primeiro elemento na ordem discursiva, refere-se a línguas como francês ou mesmo como português, por exemplo. Isso porque seja em francês, seja em português, a correlação se estabelece por meio de dípticos correlativos, do tipo “não só... mas também” ou “tanto... que”, o que não se aplica ao latim e ao russo, por exemplo (cf. FRUYT, 2005).

A noção de correlação como dependência mútua se trata de uma relação de anterioridade estritamente lógica. É algo conceptualmente estabelecido (MIGNON, 2009, p. 17).

Mignon (2009), ao tecer considerações sobre o que postula Du Marsais (1778), afirma que as proposições correlativas se estabelecem por uma relação de mútua dependência em termos de sentido e que sua articulação não se baliza em hierarquia gramatical. Em outros termos, podemos compreender que, para Mignon (2009), na correlação, não há hierarquização sintática, mas hierarquização semântica na entrega das proposições, pensamento também encontrado em Gervasio (2016b).

Mignon (2009), apresentando um panorama da hierarquização das proposições nas gramáticas escolares francesas do século XIX, sobretudo em termos de correlação e de subordinação, afirma que a temática das correlatas ficou por muito tempo esquecida nos manuais gramaticais – mesmo nos que versassem sobre a oração complexa – por questões de dificuldade explanatória. Ainda segundo (MIGNON, 2009, p. 20), é também no decorrer do século XIX, com a introdução progressiva da noção do que de fato constitui a subordinação por questões de ordem estritamente pedagógicas, que passa a existir um novo olhar a respeito da constituição da sentença por parte daqueles que rejeitavam a noção de correlação (MIGNON, 2009, p. 20).

Consoante Chervel (1977, P. 232-234), tomando por base outros trabalhos da época, nas sentenças correlativas, duas proposições se encontram em estado de dependência mútua, de maneira que, se cortarmos a primeira parte do enunciado, a segunda, por consequência, deixa de ter sentido. O mesmo ocorre de modo recíproco. Dessa maneira, para o autor (*op. cit.*), a ideia da mutualidade é fundante na correlação.

⁴² Deux termes sont dits corrélatifs d’une manière générale quand ils sont entre eux dans un rapport de dépendance; plus spécialement on appelle *corrélatif* celui qui est l’antécédent du second, dit *relatif*.

No século XX, com a retomada do interesse por uma gramática descritiva, as reflexões sobre a dependência existente na análise de proposições passam a trazer de volta, progressivamente, a noção de correlação. Entretanto, alguns estudos da época, ao abordarem o tema, tratam-na apenas como “estrutura em díptico” (cf. MINARD, 1936; HAUNDRY, 1973; 1997).

Há, ainda, os que compreendem a correlação como um caso particular de anáfora, tal como podemos depreender de Joffre (2004), quando o estudioso alega que

[n]ão existe divisão irremediavelmente intransponível entre a anáfora e a correlação. A correlação não é, a nosso ver, nada além de uma anáfora mais fortemente marcada que não sai do escopo sintático delimitado pela sentença, ao passo que o que é considerado anáfora é mais maleável e pode ser transfrástico (JOFFRE, 2004, p. 136)⁴³.

Similarmente, segundo Allaire (1977), em sua tese sobre os sistemas correlativos no francês moderno, os termos *correlação* e *correlativo* quase nunca figuram nos índices dos compêndios gramaticais. Esse fato denuncia, na visão da autora, uma falha conceitual, em razão de a correlação ter sido, por muito tempo, apresentada sob a rubrica de um dos tipos de subordinação circunstancial, ao exprimir ideias de consequência, hipótese e comparação.

Devido a essa falha, Allaire (1977) chama a atenção para a necessidade de uma descrição sintática categoricamente estrutural sobre a correlação. Quanto a isso, a estudiosa diz que

[m]anteremos aqui o termo “correlação”, embora ele faça parte, nesse sentido, de uma antiga terminologia. Por essa palavra, a tradição designa relações de interdependência que, no eixo horizontal da cadeia falada, colocam, em relação ao arranjo, duas sequências verbais. No entanto, numa terminologia linguisticamente rigorosa, as correlações são estabelecidas no eixo paradigmático definindo diferencialmente o *status* formal dos elementos da linguagem. É, portanto, de interrelações que devemos falar aqui, mas se hesitarmos em adotar esse novo termo é porque ele ainda não é consagrado pelo uso (ALLAIRE, 1997, p. 5)⁴⁴.

⁴³ Il n'existe pas de cloison irrémédiablement infranchissable entre l'anaphore et la corrélation. La corrélation n'est, à notre avis, qu'une anaphore plus fortement signalée qui ne sort pas du cadre syntaxique délimité par la phrase, alors que ce qui est considéré comme anaphore est plus souple et peut être transphrastique.

⁴⁴ Nous garderons ici le terme de « corrélation » bien qu'il appartienne en ce sens à une terminologie vieillie. Par ce mot, la tradition désigne en effet des relations d'interdépendance qui sur l'axe horizontal de la chaîne parlée, mettent en rapport d'agencement deux séquences verbales. Or, dans une terminologie linguistiquement rigoureuse, les corrélations s'établissent sur l'axe paradigmatic, définissant différentiellement le statut formel des éléments de la langue. C'est donc d'interrelations qu'il faudrait ici parler, mais si nous hésitons à adopter ce terme tout neuf, c'est qu'il n'est pas encore consacré par l'usage (Allaire, 1977 : 5).

Assim, podemos compreender que, para Allaire (1977), a estrutura correlata é binária, em que há uma combinação tema-rema. Observamos, também, que, na sequência em que figura o par correlato, a asserção não se estabelece por apenas uma proposição tida como principal ou em um *status* superior, mas, na verdade, por duas partes da oração complexa e, sobretudo, pela conexão vigorante entre essas partes.

Para Fruyt (2005), numa análise feita com base na língua latina, a correlação não passa de um caso particular de subordinação. O latinista assinala, ainda, que a correlação, embora ele a aborde no grupo de composição das sentenças complexas, deve ser considerada como um tipo de estruturação da sentença complexa que se associaria às duas formas fundamentais de organização do período, que, segundo o estudioso, seriam a coordenação (ou justaposição) e a subordinação.

Raciocínio similar pode ser encontrado em Bonnard (1982), quando o autor propõe a ideia de que a correlação é, na realidade, um meio termo num *continuum* entre a parataxe e a hipotaxe. Para ele, a correlação atuaria, nesse *continuum*, transformando uma subordinação *stricto sensu* em um, por ele denominado, sistema correlativo subordinante, bem como coordenação simples em uma coordenação de correlação.

Consoante Castilho (2004, p. 143), nas construções correlatas, há uma relação de correspondência entre os elementos presentes nas orações. Para ele, cada elemento gramatical de uma primeira cláusula corresponde a outro elemento gramatical de uma segunda cláusula, de modo que, sem a correspondência, o arranjo sintático tornaria gramatical e incompreensível.

Rodrigues (2007) elucida a falta de consenso entre os estudiosos a respeito da temática da correlação, em virtude da dificuldade de reconhecerem estruturas tidas pela tradição como orações subordinadas adverbiais como sendo, na verdade, estruturas de correlação. Rodrigues (2007) reitera sua concepção tomando a correlação como um processo sintático que diverge dos processos canônicos, caracterizando-a como um procedimento sintático em que há a presença de duas orações dependentes entre si para seu sentido completo, existindo, portanto, relação de interdependência, consubstanciada pelos pares correlatos.

Em trabalho mais atual, Rodrigues (2014) reitera sua tese de que não há um consenso entre os estudiosos no reconhecimento de certas estruturas adverbiais como construções correlatas. A autora postula, portanto, que a correlação é um processo sintático peculiar e não um tipo pertencente ao domínio da coordenação ou da subordinação. Dessa forma, no âmbito das correlatas, é o caráter interdependente que faz com que nenhuma das orações possa existir sem a outra.

No decorrer de seu texto, Rodrigues (2014) ressalta, ainda, que, embora os conectores correlatos apareçam em pares, a impossibilidade de inversão da ordem das orações dispostas em um período contribui para a diferenciação entre os processos sintáticos de coordenação e de subordinação. O estudo apresenta, também, a observação de que a correlação tende a ocorrer com mais frequência em textos argumentativos. Em síntese, o artigo ratifica o pensamento de sua autora, já exposto em estudos anteriores – como Rodrigues (2001; 2007) – de que a correlação é, na realidade, um procedimento sintático em que uma oração estabelece uma relação de interdependência com a outra no nível estrutural.

Divergentemente, Câmara Jr. (1981), aproximando seu raciocínio do que preconizam os autores tradicionais, compreende a correlação como um subtipo ora da coordenação, ora da subordinação. O autor compreende a correlação como sendo “uma construção sintática de duas partes relacionadas entre si, de tal sorte que a enunciação de uma dita prótase, prepara a enunciação de outra, dita apódase” (CÂMARA JR., 1981, p. 87).

Em outras palavras, embora o autor reconheça uma estrutura própria na correlação, para ele, ela não deve ser considerada um processo sintático diferente dos demais. Partilhamos do que acredita Módolo (1999) de que a razão pela qual Câmara Jr. (1981) se posiciona dessa forma reside no fato de que seus estudos estavam fundamentados numa perspectiva estruturalista de análise da língua.

Como sabemos, o Estruturalismo, ao dar ênfase à segmentação do texto em unidades gramaticais que devem estar organizadas de maneira hierárquica, não possui uma sintaxe que possibilite digressões semânticas. Assim sendo, para cumprir uma sintaxe preocupada com uma organização estrutural sintagmática dentro da oração, balizada em um caminho de critérios estritamente mórficos, Câmara Jr. (1981) deixa a noção de correlação sem muitos desdobramentos. Para cumprir, então, o binarismo típico das dicotomias do Estruturalismo de Saussure (1916), Câmara Jr. (1981) aloca a correlação como um procedimento sintático entre as orações coordenadas e as orações subordinadas.

Módolo (1999) realça que Oiticica (1952), em sua obra a respeito do tema da correlação, teve um olhar funcionalista à frente de seu tempo, tendo em vista que sua obra foi publicada nos anos 50, ou seja, bem antes de o Funcionalismo ter se instaurado como linha teórica nos estudos de linguagem. Assim como Pauliukonis (1995), Módolo (1999) avalia o trabalho de Oiticica (1952) como um estudo preocupado com questões voltadas para a semântica, sendo esse componente um dos alicerces para sua explicitação sobre a correlação de orações.

Módolo (1999), situado em numa perspectiva que considera a relação forma X função, disserta que

a linha mestra para entender a correlação é perceber que, em primeiro lugar, as orações se correlacionam funcionalmente, resultando depois uma disposição sintática, em que um termo da primeira oração encadeia-se com outro termo da segunda oração. Essa parece ser a posição de Oiticica (MÓDOLO, 1999, p. 7)

Com base no que se observa até esse ponto, podemos discorrer que alguns estudiosos, por influência dos estudos advindos da tradição, tomam a correlação como um procedimento de organização sintática pertencente aos processos canônicos de coordenação e de subordinação. Contudo, autores fundamentados numa perspectiva que vislumbra os fenômenos para além da forma linguística, suportam a ideia da correlação como um terceiro expediente sintático, com características próprias, carecendo, portanto, de considerações em separado dos demais processos de estruturação sintática.

Raposo (2013), ao discorrer sobre a estrutura interna da coordenação e sobre os tipos de conjunções coordenativas, aloca a correlação como um subtipo da coordenação. Segundo essa obra, portanto, existe um tipo de coordenação denominado “coordenação correlativa”, visto que “formam, na realidade, um único grupo semanticamente coeso; ou seja, constituem uma só conjunção ou locução, de natureza complexa” (RAPOSO, 2013, p. 1777-1778). A respeito da complexidade dessa “coordenação correlativa”, Raposo (2013) explana, em nota de rodapé, que as duas partes da conjunção correlativa constituem o que a linguística denomina “constituente descontínuo”, tendo em vista que os “membros estão separados um do outro por outros elementos da frase na qual ocorrem” (RAPOSO, 2013, p. 1778).

Ainda segundo Raposo (2013), a “coordenação correlativa” é composta por dois tipos de conectores: “conjunção coordenativa correlativa por redobro” (cobrindo casos como “nem... nem”; “ou... ou” etc) e “locução conjuncional coordenativa correlativa adverbial” (dando conta de casos como “não só... mas também”; “não só... como (também)” etc.). Para o autor, embora considerados elementos de coordenação, essas conjunções ou locuções correlativas constroem uma “unidade estrutural” e promovem, entre os termos que coordenam, uma relação de interdependência, não podendo, por conseguinte, nenhuma de suas partes sofrer omissão (cf. RAPOSO, 2013).

Barreto (1992), num trabalho que tenciona mapear os traços e processos de estabelecimento das conjunções no decorrer da história da língua portuguesa, discorre que

haveria conectores interfrásticos. Esses, além de promoverem relações de coordenação e de subordinação, se dividiriam entre duas cláusulas, apresentando, ainda, interdependência.

A essa categoria de itens, Barreto (1992, p. 18) denomina “correlação conjuncional”. Quanto a esse grupo, a autora assevera que eles podem ser tanto de ordem coordenada, quanto subordinada, cobrindo as noções de adição, disjunção/ alternância, proporção, modo, consequência e comparação.

Em trabalho mais recente, Barreto (1999) sintetiza seu pensamento a respeito da correlação conjuncional, dizendo que os padrões correlativos existentes no português são constituídos à maneira da correlação presente no latim. Desse modo, a correlação portuguesa é formada a partir das mesmas classes gramaticais, a fim de exprimir os mesmos matizes semânticos (BARRETO, 1999, p. 438).

De acordo com Mouret (2005), em um trabalho elaborado sob a perspectiva gerativa, em francês, haveria dois tipos de construções coordenadas: as coordenadas simples e as coordenadas correlativas. Numa pesquisa em que se propõe a examinar as propriedades sintáticas do modelo de coordenação correlativa existente na língua francesa, o estudioso aponta que a maior parte das análises existentes com relação à temática é elaborada com base em dados próprios da língua inglesa ou que privilegiam generalizações translinguísticas. Assim, o autor critica a não especificidade de trabalhos sobre o tema, sobretudo, em língua francesa.

Apontando alguns dados tradicionais de gramática, o autor assevera que o subtipo de coordenação que constitui seu objeto de interesse é pouco descrito nessas obras. Para Mouret (2005, p. 68), então, essa lacuna sobre o tema favorece o estabelecimento de argumentos frágeis, compostos com base em dados de *corpora* escritos, que, segundo o autor, acabam não sendo, em grande número, suficientes para fundamentar tais argumentos de maneira satisfatória.

Mouret (2005) acredita que a correlação deve ser assim compreendida por partilhar, na verdade, segundo ele, propriedades gerais da coordenação. Em contrapartida, o estudioso admite que as coordenadas correlativas estão sujeitas a restrições que não são partilhadas pelas coordenadas simples (MOURET, 2005, p. 68).

O linguista admite, ainda, que casos que, em termos cognitivo-funcionais, consideraríamos como correlatas não espelhadas (do tipo “por um lado... por outro...”), são, na verdade, meras estruturas de coordenação com dois termos. Esses casos, para ele, podem existir por razões interpretativas e devem ser analisados como casos de coordenação com “estruturas binárias recursivas à direita e/ou à esquerda” (MOURET, 2005, p. 73).

Deixando claro, ainda, que uma análise semântico-pragmática sobre o tema excede os objetivos de seu estudo, diferentemente da postura que assumimos em nossa pesquisa, Mouret (2005) finaliza seu trabalho afirmando que as construções em que figura a correlação devem ser encaradas como possuidoras de um subtipo das conjunções coordenativas de um modo geral. Do mesmo modo, o autor afirma, por fim, que casos de correlação em que aparecem advérbios são, na realidade, casos em que os itens correlativos formam, na língua francesa, um constituinte com o primeiro termo da estrutura coordenada.

Pensamento um tanto divergente pode ser encontrado em Hendriks (2004), na ocasião em que a pesquisadora, embora trate das estruturas de coordenação sob uma perspectiva comparativista e encapsule entre elas as estruturas correlatas, afirma que os itens correlativos devem ser tratados como sendo formas adverbiais que modificam a coordenação como um todo. Na realidade, a proposta de Hendriks (2004), também partilhada por Johannessen (2005), consiste, mais precisamente, em aproximar construções correlatas das construções introduzidas por advérbios considerados focalizadores.

Isso se torna possível em razão de, segundo eles, os pares correlativos modificarem a semântica da coordenação que é tomada como um argumento. Também, segundo os autores, nas línguas comparadas, elementos tratados na gramática de usos como correlativos apresentam a característica de mobilidade típica dos advérbios (cf. HENDRIKS, 2004; JOHANNESSEN, 2005).

Rosário (2012), alicerçando sua pesquisa de doutoramento nos pilares do Funcionalismo norte-americano, principalmente no que diz respeito aos postulados givonianos, discorre sobre o caso das construções correlatas aditivas, contrastando-as com as construções coordenadas aditivas. O trabalho de Rosário (2012) é desenvolvido sob uma ótica sincrônica.

No decorrer da análise de seu *corpus*, composto de textos de cunho político do século XXI, o autor afirma que as construções compostas por *correlatores* – termo que ele mesmo cunhou em alusão aos já difundidos vocábulos *coordenadores* e *subordinadores* (ROSÁRIO 2012, p. 3) – são mais marcadas em relação às construções coordenadas de uma maneira geral. Segundo Rosário (2012), isso se dá em razão de que, além de serem mais complexas que as coordenadas em termos estruturais, as construções correlatas aparecem distribuídas em forma de par.

Fundamentando todo o seu trabalho com instâncias reais de uso da língua, Rosário (2012) sugere que as construções correlatas aditivas devam ser observadas sob o ponto de

vista semântico-pragmático. O modo de observação de Rosário (2012) é semelhante, de algum modo, com o que propomos em nosso trabalho.

O autor afirma, então, que ao lançar mão, por exemplo, de correlatores aditivos do tipo *não só... mas também*, no discurso, o usuário tenciona, acima de qualquer outra coisa, quebrar a expectativa de seu interlocutor a respeito de um fato. O estudioso afirma, então, que os correlatores não somente acrescentam um enunciado ao outro, tal como ocorre no uso do coordenador *e* nas construções coordenadas aditivas.

Para o estudioso, as construções encabeçadas pelos pares correlatos aditivos são bem menos prototípicas do que as articuladas pelo aditivo *e*. Rosário (2012), portanto, assim como outros autores que mantêm seu olhar analítico sob questões que excedem a própria cláusula, chega à conclusão de que os correlatores aditivos merecem receber um *status* diferenciado dos processos canônicos de coordenação e subordinação.

Em trabalho mais recente, Rosário (2016), tomando por base uma pesquisa de cunho teórico e bibliográfico, nos traz a visão de autores tanto tradicionais quanto modernos no que diz respeito à relação de (in)dependência entre orações. Rosário, então, observa que os critérios semânticos e sintáticos estão presentes na maioria das definições frente ao conceito de dependência e elucida, ainda, que associar coordenação à ideia de independência e subordinação à noção de dependência é responsável por gerar, muitas vezes, imprecisões de ordem teórica, visto que tal associação estabelece uma ótica mal definida.

O artigo propõe, portanto, uma investigação da questão da (in)dependência sintática/semântica sob a ótica da prototipia, o que permite um olhar mais amplo sobre instanciações de difícil classificação, ao levar em consideração a existência de uma fluidez no contínuo categorial e o fato de que a língua está em constante mudança. De modo bastante esclarecedor, o artigo, embora não trate especificamente da temática das correlatas, assevera que a abordagem tradicional, no que tange à integração de orações, é dicotômica e simplista.

O autor encontra sustentação para suas afirmações pelo fato de que, de modo oposto à pesquisa funcionalista, a tradição não preconiza a interação entre discurso e gramática. O pensamento esboçado por Rosário (2016) quanto à correlação na integração de orações é bastante caro para nós.

A tradição, portanto, resume, segundo o autor, o tema apenas ao critério de dependência/independência sintática, incorrendo em uma delimitação falha para possíveis análises. Rosário (2016) nos ajuda, então, a compreender, mais uma vez, a sua ótica a respeito dos processos de conexão de oração existentes.

Acosta (2016), ao analisar, em seu trabalho, o uso das construções correlatas alternativas em um *corpus* composto por textos escritos, teve como objetivo principal mostrar que ela é uma construção diferente da construção coordenada, por apresentar diferenças não só estruturais, mas também pragmáticas. A autora, então, observou, assim como outros autores elencados por ela, que a alternância com o elemento de conexão *ou* é a forma não-marcada da construção alternativa.

Em contrapartida, no decorrer de sua análise, a autora confirmou a assunção de que a construção com *ou...ou* é a forma marcada para expressão da alternância. Isso se deve, consoante Acosta (2016), ao fato de que a construção com *ou* pode expressar tanto uma alternância inclusiva quanto a exclusiva, ao passo que a construção em que figura *ou...ou* expressa apenas a exclusão e é, por isso, menos produtiva.

Acosta (2016) constatou, ainda, que existem outras formas de construções alternativas em uso no PB para além do que apresenta a perspectiva canônica. Para a autora, as correlatas, tal como postulam Rosário (2012) e outros autores, merecem ser consideradas um procedimento sintático distinto dos elencados pela tradição. A postura de Acosta (2016) quanto à análise das correlatas também é abonada por nós.

Pensamento similar encontramos em Gervasio (2016b), que se dedicou a estudar as construções correlatas aditivas em dois *corpora* escritos e em duas sincronias distintas, a saber, os séculos XIX e XX, no PE e no PB, contrastando, ainda, seus resultados com os encontrados em Rosário (2012), a respeito do século XXI.

Tendo como fundamentação teórica os princípios basilares da LFCU, Gervasio (2016b, p. 87) assevera que, na correlação aditiva estabelecida pelo padrão *não só... mas também*, há uma espécie de moldura construcional genérica e, portanto, mais esquemática. Gervasio (2016b) destaca, também, que, nas construções correlatas aditivas, um dos enunciados acaba por receber relevo ao ser veiculado na apódase.

Gervasio (2016b) disserta que provavelmente em razão de um processo denominado *analogização*⁴⁵, entre os séculos XIX e XX, surgiram novos padrões correlativos para exprimir a noção de adição, o que implica aumento na rede dos padrões para a expressão da adição. Do mesmo modo, a análise proposta pelo autor aponta que as construções correlatas aditivas manifestam-se mais frequentemente nos textos provenientes do século XIX do que no século seguinte.

⁴⁵Consoante Gervasio (2016b, p. 29), o processo de analogização, tradicionalmente tratado como “analogia”, está, assim como o processo de neanálise (reanálise), estritamente relacionado “a processos de inferência tanto de caráter metonímico quanto metafórico. O mecanismo de analogização, embora não propicie formas novas, está ligado a mudanças com base no uso de padrões exemplares existentes na língua”.

Em síntese, com ênfase no uso, em Gervasio (2016b), tomamos contato com uma compreensão detalhada da construção correlata aditiva como um processo divergente da coordenação aditiva. O estudioso também acredita, por fim, que as correlatas devem receber um tratamento diferenciado do que normalmente é dado ao tema nas obras tradicionais, indo ao encontro do que preconizam autores como Rodrigues (2001; 2007; 2014), Rosário (2012; 2016) e Acosta (2016) e também do que acreditamos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como vimos explanando no decorrer da pesquisa, temos como objetivo central realizar um trabalho com vistas à investigação dos empregos da CCA, sob uma perspectiva cognitivista fundamentada no uso. O exame da CCA empregada nos contextos eleitos permitiu a apreensão do seu papel semântico-sintático e, ainda, discursivo-pragmático na formação da mensagem do gênero editorial.

A análise que compõe o nosso trabalho é de natureza predominantemente qualitativa. Embora tenhamos usado 50 dados e, por conseguinte, descoberto o mais prototípico, nosso estudo não foi submetido a modelos estatísticos. No percurso de análise, averiguamos algumas das aplicações possíveis da CCA em produções escritas, na atual sincronia, a saber, século XXI. Este capítulo se estabelece a partir da apresentação dos procedimentos metodológicos adotados, tanto no levantamento de dados e na constituição de nosso *corpus*, quanto na análise dos dados que o compõem.

Nesse sentido, optamos por subdividir o presente capítulo em quatro seções. A primeira (3.1) trata do caráter expositivo-argumentativo do gênero editorial de uma maneira geral. A segunda (3.2) traz breves descrições a respeito do editorial da *Revista Veja* online. A terceira (3.3) arrola a composição e a caracterização do *corpus*. Já a quarta seção (3.4), por fim, elenca a coleta de dados e os aspectos observados no decorrer da análise da presente pesquisa.

3.1 O caráter expositivo-argumentativo do gênero editorial

O ato de informar baliza o jornalismo. Do mesmo modo, a ação de argumentar, quando bem executada, favorece a opinião, uma vez que, como postula Beltrão (1980, p. 14), se constitui como uma “função psicológica pela qual o ser humano, informado de ideias, fatos ou situações conflitantes, exprime a respeito de seu juízo”.

Nesses termos, podemos compreender que a maneira como os argumentos são propostos e dispostos no interior do texto implicam o modo de manifestação da subjetividade e, ainda, de recepção do produto textual. No texto cujo objetivo central é informar, o processo de reflexão pelo qual o leitor passa é determinante para sua condução ao

convencimento frente à informação a ele apresentada. Isso ocorre porque a persuasão presente nos textos argumentativos tem como fundamentação, em geral, o prestígio de quem os elabora, ratificado pelo veículo de publicação (cf. ESPINOSA, 2001).

Como bem sinalizam Pereira e Bastos (1995, p. 31), na imprensa, há a presença de diversos posicionamentos e uma “articulação de diferentes mundos” e, por conseguinte, urge a necessidade de que argumentos das mais variadas ordens sejam recrutados para alicerçar teses e opiniões. Para tanto, no texto jornalístico, o escritor busca estabelecer com seu leitor uma relação de fidelidade e identificação. Segundo os pesquisadores, é de sua importância construir um espaço comum a partir do qual a relação autor-leitor passe a ser bem-sucedida (PEREIRA; BASTOS, 1995, p. 31). Nesse processo de construção de um espaço em que a relação com os leitores se dê da forma mais adequada possível, os escritores usam os mais variados gêneros textuais.

Falar de gêneros logo nos remete aos estudos de Bakhtin (1997), uma vez que o estudioso, embora não tenha sido o primeiro a abordar a temática, foi precursor ao se ocupar das orientações de base teórica no que tange ao assunto, ampliando, por conseguinte, o olhar dos pesquisadores que sucedem seus estudos. Tomando, portanto, gêneros como tipos relativamente estáveis no plano conteudístico, composicional e estilístico, Bakhtin (1997, p. 284) assevera que

[c]ada esfera conhece seus gêneros, apropriados à sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos. Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e dadas condições, específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal, geram um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico (BAKHTIN, 1997, p. 284).

Ao possuírem propósitos comunicativos, os gêneros veiculam eventos deflagradores. Como aponta Alves Filho (2011, p. 41), “tanto um evento deflagrador faz emergir diversos gêneros como um mesmo gênero pode ser deflagrado por eventos diferentes”. O editorial, por exemplo, segundo Alves Filho (2011, p. 37), tem como propósito comunicativo central “criticar e avaliar atores sociais e instituições da vida pública”. Assumindo essa concepção como verdadeira, devemos admitir que cada gênero possui um conjunto previsível de termos possíveis de serem veiculados.

Devido a isso, ao tomarmos contato com determinado tema como sendo típico de um gênero, criamos alguma expectativa com relação ao caráter composicional do texto (ALVES

FILHO, 2011, p. 44). Consoante Fiorin (2006), o tema baliza o sentido de um determinado gênero.

A exemplo disso, encontramos como temas, em geral, no editorial, como aponta Alves Filho (2011, p. 46), “acontecimentos políticos, econômicos e sociais de grande relevância social”. Possivelmente, por essa razão, o caráter expositivo-argumentativo seja tão marcante nesse gênero. Reside, nesse fato, a justificativa da nossa escolha para a constituição de nosso *corpus*.

O editorial, em geral, não é assinado, como apontam Pereira e Rocha (2006), por não expressar precisamente a opinião do articulista que o escreve, mas a da instituição que ele, na verdade, representa. O editorial está direcionado a um leitor que se identifica com a linha ideológica daquela publicação, haja vista que o discurso ideológico do articulista reflete, na realidade, a opinião jornalística da empresa em que sua escrita ganha vida.

Swales (1990), respeitado pesquisador do domínio dos gêneros, centrou-se no traço empírico da linguagem, compreendida como fruto da interação em ambientes sociais próprios. A respeito dos gêneros, o autor disserta que

[u]m gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos membros compartilham algum conjunto de propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros experientes da comunidade discursiva semelhante e, portanto, constituem a razão para o gênero. Essa lógica molda a estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe a escolha de conteúdo e estilo. O propósito comunicativo é tanto um critério privilegiado quanto um que opera para manter o escopo de um gênero, como aqui concebido, estreitamente focado na ação retórica comparável. Além do propósito, exemplares de um gênero exibem vários padrões de similaridade em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público-alvo. Se todas as expectativas de alta probabilidade forem realizadas, o exemplar será visto como protótipo pela comunidade de discurso semelhante. Os nomes dos gêneros herdados e produzidos por comunidades discursivas e importados por outros constituem uma comunicação etnográfica valiosa, mas normalmente precisam de validação adicional (SWALES, 1990, p. 58).⁴⁶

Assim, os produtos textuais não só escritos, mas também orais, podem ser tomados como eventos que possuem propósitos comunicativos específicos. Como os eventos, os

⁴⁶A genre comprises a class of communicative events, the members of which share some set of communicative purposes. These purposes are recognized by the expert members of the parent discourse community and thereby constitute the rationale for the genre. This rationale shapes the schematic structure of the discourse and influences and constrains choice of content and style. Communicative purpose is both a privileged criterion and one that operates to keep the scope of a genre as here conceived narrowly focused on comparable rhetorical action. In addition to purpose, exemplars of a genre exhibit various patterns of similarity in terms of structure, style, content and intended audience. If all high probability expectations are realized, the exemplar will be viewed as prototypical by the parent discourse community. The genre names inherited and produced by discourse communities and imported by others constitute valuable ethnographic communication, but typically need further validation.

gêneros se estabelecem em situações reais da vida e se compõem por meio dos traços constitutivos de sua composição, propósitos e estilo (SWALES, 1990, p. 58).

Tomando por base os postulados de Swales (1990), reconhecemos o editorial como um gênero opinativo próprio da comunidade discursiva jornalística. Em outras palavras, o editorial é um gênero textual do âmbito midiático. De acordo com Pereira e Rocha (2006), os gêneros de cunho opinativo oferecem dados e possibilitam que o jornalista expresse sua opinião e posicionamento sobre os acontecimentos, de modo a persuadir o leitor de que a posição exposta pelo autor – editor, no caso dos editoriais – é a mais apropriada. Melo (1985), estudioso dos gêneros do domínio jornalístico, destaca que esses gêneros são categorizados segundo os critérios, a saber:

o primeiro, agrupando os gêneros em categorias que correspondem à intencionalidade determinante dos relatos através de que se configuram (...). O segundo critério busca identificar os gêneros a partir da natureza estrutural dos relatos observáveis nos processos jornalísticos. Não se referindo apenas à estrutura do texto ou das imagens e sons que representam e reproduzem a realidade, e sim, à articulação que existe do ponto de vista processual entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e à apreensão pela coletividade (leitura) (MELO, 1985, p. 47-48).

Seguindo, portanto, a sua proposta de categorização, os gêneros jornalísticos podem ser organizados em dois grandes grupos. O primeiro grupo diz respeito aos gêneros informativos, os quais se constituem de reportagem, nota, notícia e entrevista, ao passo que o segundo diz respeito aos gêneros opinativos, que, por sua vez, se compõem de editorial, artigo de opinião, resenha/ crítica, carta do leitor, comentário, coluna e crônica.

O editorial constitui, de fato, um gênero textual de bastante interesse dos pesquisadores não só do domínio jornalístico como também do linguístico. Contudo, quando se fala em editorial, remete-se, comumente, ao material exposto no jornal e não ao produto presente na revista. Melo (1985), ao tratar do gênero editorial, postula que

[e]ditorial é o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento. Todavia, a sua natureza de porta voz da instituição jornalística precisa ser melhor compreendida e delimitada (MELO, 1985, p. 79).

Nesse sentido, no interior de sua definição, Melo (1985) elucida que o editorial se constitui como uma espécie de rede capaz de concatenar, em geral, visões políticas, uma vez que procura preservar uma harmonia em termos semânticos, a fim de agregar os diversos

segmentos do dia-a-dia. Assim, na visão do estudioso, o editorial é um produto da esfera jornalística que se destina à coletividade.

Segundo Beltrão (1980, p. 55-58), há cinco critérios de classificação do editorial, os quais estão na base de seu processo de argumentação. O primeiro diz respeito à *morfologia*, o qual se divide em artigo de fundo (editorial principal), *suelto* (pequena análise sobre um fato da atualidade) e nota (breve registro de uma ocorrência, capaz de antecipar suas consequências ao leitor). O segundo consiste na *topicalidade*, o qual pode ser preventivo (quando focaliza aspectos novos, capazes de produzir mudanças), de ação (quando apreende o impacto de uma ocorrência) e de consequência (quando visualiza repercussões e efeitos). O terceiro critério se refere ao *conteúdo*, que pode ser informativo (ao esclarecer), normativo (ao exortar) e ilustrativo (ao educar). O quarto é o *estilo*, que pode ser intelectual (racionalizante) e emocional (sensibilizante). Por fim, o quinto e último critério está centrado na *natureza*, que pode se manifestar como promocional (quando se mostra coerente com a linha da empresa), circunstancial (ao parecer oportunista, imediatista) e polêmico (demonstrando ser contestador, provocador).

Pichelli, Pedro e Carvalho (2006) afirmam que, para ter sua leitura garantida, o editorial necessita ser claro e breve. Segundo os autores, o gênero textual em questão deve tratar, ainda, de uma única ideia, a qual é posta também em um lugar de autoridade, devendo, também, ser repetida e enfatizada. Isso se deve ao fato de que, como sugere Melo (1985), no bojo do discurso do editorial, há uma expressão das articulações por meio de um equilíbrio semântico na apresentação dos acontecimentos com vistas à neutralidade.

3.2 O editorial da *Revista Veja*

Ao trabalharmos com a *Revista Veja* online, disponível na página <https://veja.abril.com.br>, consideramos necessário comentar sobre sua localização em termos do suporte no qual é veiculada. Desse modo, julgamos importante demarcar, neste ponto, que, por ser um produto textual apresentado no universo digital, um editorial dessa natureza tende a sofrer mudanças das mais diversas ordens, eventualmente, tanto no que tange aos aspectos estruturais quanto aos linguísticos. Além disso, consideramos que, para começarmos um estudo linguístico, precisamos compreender a natureza do enunciado, as peculiaridades do

gênero em que esses enunciados são produzidos e, ainda, a pluralidade do discurso que se materializa por meio de tal gênero.

Nossa opção pelos editoriais da *Revista Veja* em sua versão digital se justifica, também, pelo fato de concordarmos com Rabaça e Barbosa (1978, p. 267-268), quando os autores afirmam que o discurso jornalístico deve cuidar do acontecimento e da opinião sobre o acontecimento. Para os autores mencionados, o jornalismo deve ter, então, “por objeto de apuração, o processamento e a transmissão periódica” de informação, sobretudo, do momento atual, voltada para a população ou “para determinados segmentos desse público”, por meio de difusão da coletividade.

Semelhantemente, de acordo com Moretzsohn (2002, p. 55),

[o]s princípios básicos do jornalismo baseiam-se na idéia de ‘esclarecer os cidadãos’, relacionada a critérios de objetividade que dizem respeito ao suposto poder de ‘verdade’ contido nos próprios fatos. Embora muito criticada, essa idéia sobrevive ainda hoje, não apenas nos manuais de redação, nas declarações de princípios dos jornais e mesmo em alguns estudos acadêmicos, mas também em documentos que pretendem pontificar sobre a humanidade como um todo (MORETZSOHN, 2002, p. 55).

Ainda, nossa escolha pelo gênero editorial se justifica pela profusão da linguagem que caracteriza o gênero opinativo em questão, bem como por suas condições de produção e instância enunciativa. Consoante Melo (1985, p. 79), o gênero editorial “expressa a opinião da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento”.

Entendemos, além disso, que o discurso jornalístico pode se estabelecer por intermédio de veículos variados de difusão coletiva, a saber, jornal, revista, rádio, televisão e internet, dispostos nos mais diversos gêneros textuais. Isso é possível porque a matéria do artigo jornalístico é, também, o acontecimento e a informação sobre esse acontecimento.

Veja é uma revista semanal brasileira de grande difusão. De acordo com informações extraídas de seu *site*, sua primeira edição é datada de 1968, tendo sido elaborada pelos jornalistas Mino Carta e Victor Civita, para a *Editora Abril*.

Sua tiragem ultrapassa o número de um milhão de exemplares. A revista traz à baila assuntos pertinentes ao dia a dia da sociedade brasileira – em sua maioria – e, em certos momentos, do mundo. Em geral, os temas são voltados para questões sociais, políticas, comportamentais, culturais e econômicas.

Veja é, atualmente, a revista de maior circulação do Brasil, tendo sido considerada a quarta revista semanal mais lida do mundo, perdendo as três primeiras posições do *ranking* apenas para publicações de língua estrangeira. O periódico é composto por seções fixas que

tratam de literatura, música e orientações práticas de assuntos variados. Traz, ainda, ecologia, religião e tecnologia com frequência. A redação é, em sua maioria, constituída de jornalistas, embora nem todas as matérias sejam assinadas. Também, tal como a edição impressa, há, ainda, edições regionais, como *Veja Rio* e *Veja São Paulo*, que trazem programações culturais entre outros assuntos de interesses das cidades.

Os editoriais, em geral, apresentam uma redação que parece trazer um norteador para o leitor a respeito das matérias ou mesmo sobre o “tom” da edição. Entretanto, nos editoriais da *Veja*, os temas tratados são de interesse geral ou fazem referência a fatos que se deram próximos à edição da revista.

Diferentemente dos editoriais de muitas outras revistas do mesmo gênero, em que há uma tentativa de estabelecimento de proximidade com o leitor por meio da escrita, na *Revista Veja*, a linguagem utilizada pelos redatores se assemelha ao estilo de escrita próprio dos editoriais de jornais. Segundo Vieira (2009, p. 123), nesses tipos de editoriais, há uma maior formalidade, evitando, portanto, o emprego de gírias ou mesmo de expressões que denotem intimidade na relação escritor-leitor.

Veja, por sua vez, é direcionada, como aponta Vieira (2009, p. 68), a um público variado de leitores (jovens, universitários, empresários, políticos, professores), devido à sua vasta gama de assuntos. Seus editoriais são, normalmente, assinados pelo diretor de cada edição.

O editorial da *Veja*, apresentado mais comumente sob o rótulo de *Carta ao Leitor*, constitui parte dos textos de caráter opinativo de cada edição, e seus produtores já possuem um público ao qual cada produto textual é direcionado, tendo por objetivo uma suposta atitude responsiva de seus interlocutores, muitas vezes, no plano social. Segundo Silva (2009, p. 90), o fato de *Veja* nomear seu editorial de *Carta ao Leitor* está estritamente relacionado à tentativa da revista de “descaracterizar esse texto como um posicionamento político, buscando defini-lo como simples ‘verdade’, mesmo que o seu sentido original fosse ser uma ‘carta’ ao ‘leitor’”.

Outra possível explicação é a de que *Carta ao Leitor* não é assinada, visto que sua autoria é constituída pela própria revista. Tal gênero tem características de um editorial, assumindo; entretanto, a interface de uma carta, o que faz com o que o texto soe mais familiar, a fim de que o leitor receba de maneira mais fluida seu discurso teórico. Tudo isso acaba por nos remeter a Bakhtin (1997), que, embora estivesse tratando dos textos orais, de maneira muito lúcida, assevera que

[d]e fato, o ouvinte que recebe e compreende a significação (linguística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude *responsiva ativa*: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso, às vezes já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor (BAKHTIN, 1997, p. 290).

Mesmo que o trecho citado esteja fazendo remissão a textos de base oral, como já comentado, acreditamos que ocorra o mesmo processo de espera responsiva dos supostos interlocutores no que tange a, praticamente, tudo o que aparece em uma edição jornalística. Isso ocorre desde a concordância com uma temática complexa veiculada no editorial a uma simples aceitação de uma disposição gráfica no campo visual do periódico.

Marcuschi (2003), ao propor um debate a respeito do suporte textual, sinaliza a importância de se levar em consideração o suporte como elemento interveniente no entendimento e na apreensão do gênero em termos de sentido. Quanto a isso, Marcuschi (2003, p. 11) descreve suporte como sendo “uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto”.

Em termos de *design*, no âmbito digital, são o conjunto de valores e o grupo de interesses do público leitor que vão orientar os editores da revista quanto a questões como tipografia, corpo do texto, largura das colunas, a entrelinha e as imagens que acompanham o texto e todos os demais elementos dispostos na interface da página (SCALZO, 2006, p. 67). Posto isso, em termos de estrutura/disposição gráfica, como pudemos observar durante nossa pesquisa, os editoriais, na *Veja*, constam nas páginas (nos *links*) iniciais da edição.

Em geral, os textos que compõem editoriais *Carta ao Leitor*, da *Veja*, aparecem publicados ao lado de quadros em que constam informações a respeito da equipe editorial da revista, sinalizando o estabelecimento de uma espécie de comunicação com o público alvo da revista. Posto isso, no próximo item, elencamos aspectos que julgamos necessários para caracterização e composição do *corpus* de nossa pesquisa.

3.3 Composição e caracterização do *corpus*

Para a composição de nosso *corpus*, fizemos a coleta dos dados, como já mencionado, na versão digital *Revista Veja*, disponível em página virtual abrigada na *web*. Elegemos, então, 57 textos, componentes de variadas edições da *Veja* online do século XXI.

Tomamos como editoriais os textos pertencentes ao gênero midiático que atendessem aos aspectos constitutivos do gênero em pauta, tal como proposto por Bakhtin (1997) – já explicitado por nós – no que diz respeito à organização composicional, ao conteúdo temático e ao estilo. Para levantamento e identificação dos editoriais durante a escolha dos textos, consideramos, ainda, as influências do suporte sobre o gênero, na perspectiva de Marcuschi (2003) e o propósito comunicativo dos textos, como analisa Swales (1990; 2004).

Mais precisamente, para constituição e organização dos textos que constituem o *corpus* de nossa pesquisa, procedemos do seguinte modo: na página virtual da *Revista Veja*, fizemos o levantamento dos textos que atendem aos critérios elencados por Melo (1985), Marcuschi (2003) e Vieira (2009) sobre o que poderia ser considerado um editorial. Não houve preocupação com as datas das edições, contanto que fossem do século XXI e compreendessem o período de 2013-2018, nem com os temas abordados em cada texto, mas com o propósito comunicativo do entorno textual em que figuravam as CCAs.

Mapeamos o período citado em razão da existência da tese de Rosário sobre correlatas aditivas, defendida no ano de 2012, composta pela análise de textos políticos, extraídos, no ano de 2009, do *site* da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Nesse sentido, o nosso trabalho é, essencialmente, sincrônico.

A nossa escolha do *corpus* se deve ao fato de vermos, constantemente, em manuais de redação, a orientação de que o editorial é um modelo a ser seguido para a produção de um texto expositivo-argumentativo de qualidade. A *Carta ao Leitor* é composta de estratégias discursivo-argumentativas que buscam envolver seus interlocutores, no caso, seus leitores, de modo a gerar neles o interesse pela leitura da revista, mantendo, ainda, uma relação de intertextualidade com os textos aos quais se reporta.

A *Carta ao Leitor* da *Veja* tem como finalidade primária da interação verbal a persuasão do leitor a respeito do fato de que a revista é sempre imparcial no que tange à apresentação dos acontecimentos. Para tanto, o articulista reporta seu público-leitor a outros enunciados que corroborem a ratificação da “autopropaganda” de neutralidade da revista por meio do recurso da intertextualidade.

Desse modo, fizemos a opção de investigar as CCAs no gênero mencionado por sabermos, tal como já atestado em Gervasio (2016b), que tais construções são bastante recorrentes em porções textuais de caráter expositivo-argumentativo. Nossa escolha também

se justifica pelo fato de concordarmos com Rosário (2012) sobre o fato de que as CCAs atuam a serviço da argumentação.

3.4 Coleta de dados e aspectos observados

Com relação aos critérios de seleção dos dados componentes do *corpus*, os quais são referenciados no texto com o mês e o ano da edição entre parênteses, consideramos os contextos em que expressamente aparece a ideia de adição, oracional ou suboracional, por meio da CCA. Em síntese, a coleta do material para análise teve como ponto de partida a possibilidade de observação da construção em pauta com centralidade no uso. Acreditamos que essa opção nos possibilita, de maneira mais clara, compreender os processos cognitivos, bem como semântico-pragmático-enunciativos subjacentes no emprego da CCA nos editoriais da *Veja*.

Já de posse dos dados componentes do *corpus*, passamos à leitura dos textos que o compõem com o objetivo de identificar possíveis ocorrências dos correlatores aditivos nos mais distintos contextos de uso e com as mais variadas temáticas. Ademais, tomando por base os itens correlatos apresentados nos trabalhos de Rosário (2012) e Gervasio (2016b), usamos a ferramenta de busca textual disponível na interface do site que aloca a versão digital da *Revista Veja*, a fim de que, dos textos escolhidos eleitos por nós, nenhuma CCA passasse sem que fosse notada por nossos olhos.

Assim, para uma melhor observação de como se distribui a CCA na superfície dos editoriais da *Veja*, submetemos, primeiramente, com base em Rosário (2012) e Gervasio (2016b), os padrões construcionais da CCA de uso mais frequente ao rastreador eletrônico disponível na página virtual da revista. Com isso, posteriormente, poderíamos ler os textos apontados pelo rastreador e eleitos por nós na íntegra, de modo a compreender, de fato, a função desempenhada pela CCA nos contextos.

Ainda, procedemos a uma busca das prótases mais recorrentes nos contextos de uso da língua ou apenas por uma de suas partes componentes. Para tanto, nos orientamos pelo que foi proposto, mais precisamente em Gervasio (2016b, p. 52), com vistas a termos ainda mais segurança sobre o nosso levantamento de dados, buscando por itens e construções como “não”; “só”; “somente”; “apenas”; “não só”; “não somente”; “não apenas”.

Assim, delimitamos a coleta de nossos dados, a fim de que pudéssemos apresentar uma análise com um gênero discursivo da atualidade e que compreendesse a produção dessas materializações linguísticas na atual sincronia. A utilização da ferramenta de busca da página da *Veja* nos gerou alguns problemas de coleta, devido ao elevado número de edições da revista e ao fato de que a ferramenta de busca rastreia a construção nas edições em sua totalidade, isto é, em todas as seções do periódico.

Ao obtermos muitas edições (desde 1968) em que pudemos verificar o emprego da CCA, decidimos refinar a nossa busca com vistas a alcançarmos um resultado uniforme e confiável, além de um trabalho de pesquisa mais tangível. Para tanto, elencamos os seguintes critérios para a presente análise:

- i) intervalo de tempo: nossa pesquisa se concentra em dados coletados no período entre 2013 e 2018, com o objetivo de demonstrarmos a atualidade do fenômeno;
- ii) excluímos dados em que a correlação se estabelece somente no nível semântico (mas não no formal) ou dados em que figure apenas uma parte do que constitui o par correlato, tal como vemos em (H) e (I), em que vemos a noção de inclusão, mesmo sem a primeira parte e a segunda parte do par correlato, respectivamente:

(H) “É uma bagunça indivisível, *mas também* viva e cheia de aspirações: embora não seja a aventura (...)”. (02/2018)

(I) “Só que nós, humanos, *não* jogamos *apenas* para ganhar, jogamos para pensar”. (09/2018)
- iii) validamos dados oriundos dos editoriais intitulados *Carta ao Leitor* ou de outros textos da revista que possuam a caracterização do que se espera de um editorial, nos termos de Melo (1985), Marcuschi (2005) e Vieira (2009), e que atendam, sobretudo, à caracterização dos próprios editoriais da *Veja*.

As considerações retratadas durante nossa pesquisa legitimam a necessidade de uma análise mais precisa da CCA. Para tanto, na análise de dados de nosso trabalho, observamos os seguintes aspectos:

- a) processos cognitivos e propriedades funcionais (semânticas, pragmáticas e discursivas) da CCA;
- b) contexto discursivo (cf. LANGACKER, 2008), com base no conteúdo das instancias de uso escolhidas, a fim de que se compreenda se a CCA está fomentando uma argumentação informativa (esclarecedora), normativa (exortadora) ou ilustrativa (educadora), e no estilo expresso, se intelectual (racionalizante) ou emocional (sensibilizante) (cf. BELTRÃO, 1980);
- c) matizes semânticos de possíveis adjetivos, conjunções, verbos e advérbios presentes na apresentação das informações, com vistas à apreensão de sentido dos elementos os quais, de fato, favorecem o êxito discursivo-pragmático dos enunciados com a CCA.

Desse modo, a análise dos dados de nossa pesquisa está pautada na observação dos parâmetros elencados. Tais aspectos receberão detalhamentos mais precisos, apropriadamente, ao longo do próprio percurso de análise.

Partindo do pressuposto de que estamos tratando de um fenômeno da língua que se estabelece em contextos discursivo-pragmáticos específicos, optamos por uma abordagem, mormente, qualitativa. Realizamos, portanto, uma eleição qualitativa dos editoriais. A questão principal é compreender o papel da correlata aditiva quanto à colaboração para a construção da ação concreta dos editoriais da *Veja*. Entretanto, usamos, por vezes, dados numéricos com vistas a tabular o quantitativo da CCA nos textos da revista.

Tabela 1 – Quantitativo geral das CCAs coletadas na *Veja*

Ano de Edição da Revista <i>Veja</i>	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total de Ocorrências
Número de Ocorrências	06	09	08	07	15	12	57

Fonte: O autor, 2019.

Apesar de o número de dados selecionados por ano, como podemos observar, ser diverso, essa opção metodológica não afetará nossa análise, uma vez que, como já mencionado, não constitui nosso propósito cotejar a ocorrência de uso das construções na *Veja*. Do mesmo modo, consideramos satisfatório o quantitativo para os nossos intentos de pesquisa.

Nossa opção pelo método qualitativo se fundamenta no fato de que o número de ocorrências da CCA nos contextos levantados não se mostra tão relevante se comparado à própria análise do fato linguístico em si. Nesse sentido, acreditamos que o percurso qualitativo seja mais adequado aos nossos propósitos metodológicos e, ainda, à análise e compreensão de nosso objeto de pesquisa. Apesar de os dados serem coletados a partir de produções escritas de língua em uso, nosso enfoque tem como premissa a imanência semântico-pragmática da construção, e não o número de ocorrências das instanciações de seu emprego.

Após a finalização do levantamento dos dados, concentramos nossos esforços em submeter as manifestações linguísticas que continham a CCA ao aparato teórico-metodológico da LC, alicerçados, sobretudo, nos postulados de Lambrecht (1994), Marmaridou (2000) e Langacker (2008). Por fim, propomos uma rede de atuação da CCA do PB.

4 A CORRELAÇÃO ADITIVA: UMA ANÁLISE CENTRADA NA COGNIÇÃO

Neste capítulo, tomando por orientação a fundamentação teórica apresentada no primeiro capítulo e os aspectos concernentes à linguagem utilizada nos textos componentes da revista *Veja*, sobretudo, em seu editorial, apresentados no terceiro capítulo, prodecemos, agora, à análise da CCA. Temos como objetivo depreender a sua força semântico-pragmática ao ser utilizada nos textos do veículo midiático em questão.

Em vista disso, apresentaremos apenas os excertos mais elucidativos do nosso objeto de pesquisa. Para fins didáticos e de organização, as seções em que o presente capítulo foi dividido são intituladas por grupos, conforme as formas assumidas pela CCA, já apontadas por Gervasio (2016b), como mais recorrentes nas edições das quais os dados foram extraídos, a saber:

- Grupo CCA 1: não só... mas/como (também);
- Grupo CCA 2: não somente... mas/como (também);
- Grupo CCA 3: não apenas... mas/como (também).

Há, ainda, um critério morfossintático envolvido para a nossa escolha por esse modo de organização: a presença dos elementos “só”, “somente” ou “apenas”, na prótase. Sendo assim, nossa opção pela distribuição de acordo com os grupos decorre, *a priori*, de questões de diferenças no plano formal. Nossa arrumação por grupos também encontra justificativa no critério de frequência de ocorrências – representado, na tabela 2, sob a forma de porcentagem – com que cada um dos grupos de CCA se fez presente nos editoriais coletados, de acordo com o recorte temporal pesquisado. Vale mencionarmos, ainda, a diferença entre os grupos em termos de frequência não foi tão alta:

Tabela 2 – Quantitativo geral das CCAs de acordo com cada grupo e ano de edição

Grupo	Ano de edição da revista <i>Veja</i>						Ocorrências por grupo	Porcentagem (%)
	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
CCA 1	03	04	04	03	06	03	23	40.36%
CCA 2	02	04	02	02	06	03	19	33.33%
CCA 3	01	01	02	02	03	06	15	26.31%
Total	06	09	08	07	15	12	57	100%

Fonte: O autor, 2019.

Além disso, embora toda nossa análise distribuída entre os grupos estabelecidos se aplique às propriedades da CCA de uma maneira geral, vale ressaltar que a escolha por esse modo de organização se apoia, também, no *princípio da não-sinonímia da forma gramatical*, segundo o qual diferenças sintáticas entre construções culminariam em diferenças em suas funções semântico-pragmáticas (cf. GOLDBERG, 1995). Ao tratar desse princípio, Goldberg (1995, p. 67) ressalta, ainda, que os aspectos pragmáticos a que ela faz menção envolvem elementos atrelados à estrutura informacional, tais como tópico, foco e aspectos estilísticos.

Em contrapartida, ainda que tenhamos organizado o caminho de análise levando em conta o princípio mencionado, vale ressaltar que temos por intuição que não existam diferenças substanciais no que concerne a questões de ordem semântica entre os grupos analisados. Devido a isso, é válido verificarmos se há diferença de significado sensível entre os grupos, uma vez que acreditamos que eles constituem, pelo que se tem evidenciado, casos de variação construcional (cf. CAPPELLE, 2006; HILPERT, 2014).

Usar o conceito de variação construcional, a ser comentado oportunamente, torna-se algo pertinente se em que levamos em consideração trabalhos como os de Gervasio (2016a; 2016b). Nesses estudos, ao tratar de diferentes construções, o autor discorre – ainda que sem o

rótulo da variação no nível da construção – sobre a possibilidade de instanciacões poderem se originar, por analogia, de um *type* mais generalizante e, portanto, mais esquemático de uma construção, sendo capazes de conviver, com suas formações, no estado atual da língua.

4.1 Grupo CCA 1: não só... mas/ como (também)

Na sequência, são analisados dados compostos pela CCA com a prótase instanciada pelo elemento “só”, conforme a finalidade organizacional já explicitada por nós.

- (5) (...) diz ele, “o Holocausto e os campos ainda não eram uma referência moral e universal”. O leitor que percorrer as mais de 800 páginas dos *Escritos Judaicos*, de Hannah Arendt (1906-1975), publicados em cuidadosos volumes da editora Amariyls, não deverá, portanto, espantar-se com a ausência **não só** do termo, **mas também** da baliza para a reflexão ética e política que o acontecimento em si se tornou nas últimas quatro décadas. (11/ 2016)
- (6) O cenário é de dificuldade **não só** para os emergentes, **mas também** para as grandes potências. Mas, se nós compararmos os fundamentos da economia, as instituições financeiras e de regulação econômica que o Brasil tem com outras economias mundiais, nós veremos que as projeções para o país são mais otimistas. (06/2015)
- (7) [O ministro do Supremo Tribunal Federal] Gilmar [Mendes] determinou a soltura do ex-presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, José Riva, conhecido como “o rei da ficha suja no Brasil”, que foi defendido por Rodrigo Mudrovitsch, **não só** professor do IDP [Instituto de Direito Público] **mas também** advogado do ministro em outra causa. (02/2018)
- (8) Você vê o aeroporto, os trens novos, o metrô. E **não só** o hardware, a infraestrutura, **mas também** o software, que é o legado social. São 5 milhões de crianças tocadas pelo espírito olímpico. (06/2016)

Nos dados (5), (6), (7) e (8), vemos que o editorialista utiliza a CCA do Grupo 1 para fundamentar discursos sobre diversas temáticas. Observando os dados, notamos que, em nenhum dos casos, a CCA é empregada de maneira fortuita, ao contrário, seu uso se dá em favor do reforço de argumentos. Em (5), por exemplo, ao comentar sobre uma obra literária que versa sobre genocídio de milhares de judeus durante a Segunda Guerra Mundial,

comumente chamado de Holocausto, o articulista utiliza uma correlata aditiva para alertar o leitor sobre o que ele encontrará (ou não) em outra obra similar a respeito do tema. Tal abordagem nos sugere uma argumentação de base informativa e, ao mesmo tempo, ilustradora, com um estilo sensibilizante, tendo em vista a própria questão ética que envolve o tema do Holocausto.

Com base em (6), (7) e (8), observamos que a CCA pode se manifestar variada em relação às ocorrências em que figura com o padrão correlato aditivo mais prototípico, tal como apontado por Gervasio (2016b). Vemos também que a CCA pode ser empregada, de modo a reiterar e retomar um discurso precedente, tal como fica bastante evidenciado em (6), em que o usuário emprega o par correlato aditivo com vistas a discorrer, mais amplamente, numa argumentação esclarecedora e de estilo intelectual, sobre a conjuntura econômica do Brasil nos dias de hoje e ainda reafirmar algo já estabelecido no contexto. Esse fator comprova, por conseguinte, nossa hipótese de que a apreensão de sentido da CCA possui como âncora um pressuposto⁴⁷ (cf. MARMARIDOU, 2000).

Em (6), por exemplo, o pressuposto que fundamenta a estrutura informacional que se estabelece por meio da relação prótase – apódase se fundamenta na ideia de que a *CRISE FINANCEIRA ATINGE TODAS AS CLASSES SOCIAIS*. Podemos comprovar isso em razão de que as informações dispostas na prótase e na apódase, como se estivessem em uma antiga “balança de dois pratos”, sugerem um desequilíbrio no qual o visualizador torna-se capaz de compreender que dificuldades econômicas não se restringem aos “novos ricos”.

Já em (7), notamos que a negação instituída pelo “não”, encontrado em sua prótase e também presente nas prótases dos demais dados, funciona como uma espécie de prova da ineficiência do pressuposto de que o ministro citado no editorial *EXERCE A SUA FUNÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA DE MANEIRA INCOMPATÍVEL COM SUA FUNÇÃO*, o qual ela porta. Isso porque esse mesmo “não”, atrelado ao “só”, quando dispara a apódase, que contém a informação de que Rodrigo Mudrovitsch foi também advogado do próprio Gilmar Mendes, acaba por gerar mudança no *ground*. Na realidade, a informação contida na apódase reelabora o pressuposto que se tinha anteriormente. Essa ação decorre do fornecimento do elemento (o fato de Mudrovitsch já ter advogado para o ministro) o qual sugere que, muito além do que se podia cogitar antes, o verdadeiro pressuposto é de que o ministro é alguém que, na realidade, *EXERCE SUA MAGISTRATURA EM SEU PRÓPRIO BENEFÍCIO*.

⁴⁷Visando assegurar maior clareza do conteúdo, em nosso texto, os pressupostos são representados tipograficamente em *VERSALETE*. Semelhantemente, usamos essa forma de escrita para indicar categorias de natureza cognitiva.

Na materialização linguística trazida em (8), o próprio “só”, que se constitui como uma partícula focalizadora, não restringe seu enfoque ao que é portado pela prótase. Pelo contrário, favorece o direcionamento da atenção para a compreensão do pressuposto de que SEDIAR JOGOS OLÍMPICOS TRAZ BENESSES PARA ALÉM DAS ESTRUTURAIS.

Tanto a argumentação proposta em (7) quanto em (8) visam conduzir, por meio de um estilo racionalizante, o leitor ao esclarecimento a respeito dos temas tratados. Tal fato comprova que a CCA, nos trechos analisados, funciona como um mecanismo de ação consciente com vistas ao fortalecimento do pressuposto.

Desse modo, observando os contextos em que a CCA foi utilizada, podemos perceber que a noção de adição é apenas um dos elementos componentes presentes na semântica dessas construções. Afirmamos isso pelo fato de que nosso objeto de estudo se constitui, na verdade, como um conglomerado sintático-semântico que abarca não só conhecimento linguístico, mas também conhecimento de mundo como um todo.

Na sequência, outro excerto:

- (9) Especialistas em literatura são unânimes. Harry Potter **não só** aumentou o interesse de crianças e jovens pela leitura, **como** ainda abriu espaço para todo um filão de livros feitos para adolescentes, que vão da fantasia à distopia. No Brasil, as livrarias sequer possuíam uma divisão de livros *teen*, segmento que hoje conta com best-sellers como *Crepúsculo*, *Jogos Vorazes*, *Divergente* e *Instrumentos Mortais* – todos, sem exceção, escritos por mulheres que enterraram de vez aquele suposto preconceito dos meninos contra escritoras. (06/2017)

No dado (9), em que a CCA fomenta uma argumentação de conteúdo informativo e de estilo intelectual, dado ao tema literário, somos incitados a observar, de maneira bastante clara, o caráter gestáltico das construções correlatas aditivas, tendo em vista que o usuário da língua se utiliza de uma moldura construcional mais geral para fazer emergir em seu discurso uma estrutura que seja capaz de se adaptar aos seus intentos comunicativos. Para tanto, embora o articulista permute, trocando o “mas” pelo “como” ou omita algumas partes dos componentes da estrutura, tal como ocorre com “também”, deixa preservada a semântica de informação dada (*pressuposição pragmática*) – informação nova (*asserção pragmática*) (cf. LAMBRECHT, 1994).

Além disso, no dado em análise, observamos que, apesar de o “também” não ter sido explicitado de modo a reforçar o traço inclusivo da apódase, como é comum ocorrer na moldura construcional mais genérica da correlação aditiva, o usuário optou por inserir o termo “ainda”, igualmente de semântica inclusiva/ aditiva. Acreditamos que o emprego de “ainda”

após “como”, na apódase de (9), tenha se dado em função da intencionalidade do editorialista de dirimir qualquer dúvida do leitor com relação ao que ele propõe como verdadeiro em seu discurso, direcionando, com isso, a percepção desse leitor para a aceitabilidade, portanto, do fato adicionado.

Semelhante a (9), no que diz respeito ao aspecto morfossintático de omissão de parte do correlator da apódase, é (10). Nessa ocorrência de uso, assim como visto em (9), o inclusivo “também” não está expresso:

(10) Preso há mais de três anos, o empresário Marcos Valério quer se transformar em delator na Operação Lava-Jato. Em fevereiro, ele apresentou ao Ministério Público um cardápio com sessenta itens de histórias que testemunhou ou das quais participou na última década como operador de esquemas de corrupção que envolveram políticos. Em troca de redução de pena, Marcos promete **não só** contar detalhes importantes sobre alguns casos conhecidos, **mas** histórias inéditas. Um exemplo: antes do julgamento do mensalão, já prevendo o que estaria por vir, um grupo ligado ao PT articulou um plano para tentar subornar o ministro Joaquim Barbosa, relator do processo do mensalão no Supremo Tribunal Federal. (04/2017)

Como visto em (9), também em (10), a omissão do “também”, após o componente “mas”, da apódase, não afeta a veiculação da asserção pragmática. Isso só é possível pelo fato de que os demais elementos dispostos no *ground* fornecem subsídios suficientes ao leitor para que a compreensão dos conteúdos ocorra. No caso de (10), tal compreensão poderia se resumir na ação de Marcos Valério, envolvido na Operação Lava-Jato, “candidatar-se” a participante do processo de delação premiada, no qual réus, ao colaborarem com investigações criminais fornecendo evidências, recebem algum benefício legal.

Ainda em (10), percebemos que, embora, em geral, o valor semântico prototípico do conector “mas” seja de oposição, ao vermos sua presença no dado contexto, notamos que, nele, tal valor não se concretiza. Em (10), ao invés de funcionar como um elemento contrapositor da pressuposição pragmática (o fato de Marcos Valério prometer contar detalhes importantes sobre alguns casos de corrupção conhecidos), o “mas” introduz, na realidade, uma informação de valor especial, adicional (a revelação por parte de Valério de histórias inéditas para além dos sessenta itens já elencados por ele nos autos das peças constitutivas de seu processo criminal). Esse fato sugere o caráter ilustrativo dessa argumentação de estilo racionalizante, encontrando reforço, ainda, na construção “por exemplo”.

O que observamos no dado em análise confirma, ainda, a importância do estudo das construções gramaticais atreladas aos seus contextos de produção, posto que, desse modo, torna-se possível compreender, de maneira mais tangível, os possíveis sentidos de seus

componentes. Além disso, o que vemos em (10) vai ao encontro de Langacker (2008, p. 55), quando o estudioso atenta para o fato de que, ao vislumbrarmos uma cena, o que vemos, na realidade, depende do modo como a examinamos, do que escolhemos olhar. Em outras palavras, nosso processo de conceptualização perpassa por quais elementos damos maior atenção e mostra, conseqüentemente, de onde parte esse nosso olhar.

Por fim, em (10), a escolha lexical do editorialista durante a composição de seu produto textual – tal como o uso de elementos típicos do meio judiciário – revela, também, entre outros fatores já elencados, a seleção de seu público leitor. Isso se ratifica pelo fato de que *Veja* é uma revista voltada à elite culta e letrada, e não à grande massa. Essa afirmação também pode encontrar confirmação em (11):

- (11) Contrariando o tucanato paulista, Alckmin não queria que o aliado de seu então desafeto virasse prefeito — Matarazzo é amigo de José Serra, que nunca nutriu grande simpatia por Alckmin, no que sempre foi correspondido. O rompante de vaidade e a falta de coesão daquele instante ajudaram a desenhar o momento que o PSDB vive hoje — acéfalo, sem rumo, castigado nas urnas com uma derrota épica e irreversivelmente rachado entre os apoiadores de Doria, eleito governador de São Paulo, e as antigas lideranças da sigla. Com um capital de 10,9 milhões de votos, Doria, agora aliado de Jair Bolsonaro, se prepara **não só** para parir uma nova dinastia na política paulista **como também** para comandar a legenda no âmbito nacional, hoje presidida por Alckmin. Mais do que uma briga de forças políticas, a definição das novas lideranças determinará como se dará o renascimento do partido — ou sua morte, a depender do ângulo de que se olhe. (11/2018)

Na materialização linguística presente em (11), vemos a CCA sendo utilizada como instrumento que, ao distribuir a entrega das informações no plano discursivo, incorre em um equilíbrio semântico na apresentação dos acontecimentos, como apontado por Melo (1985). O editorialista precisa sempre equilibrar a sua escrita, tendo em vista que o discurso do editorial é, por natureza, marcado por uma argumentação composta de julgamentos e apreciações favoráveis e desfavoráveis. Do mesmo modo, a articulação dos períodos feita por meio do uso da CCA mostra que, além de ser socialmente estabelecido, o contexto é, também, construído interativamente no curso da interação (cf. GUMPERZ, 1992).

Segundo Heusinger (1999, p. 115), sob a égide de uma perspectiva funcional da frase, a linguagem constitui “uma ferramenta para a comunicação, e a estrutura da informação é importante tanto para o sistema da linguagem quanto para o processo de comunicação”⁴⁸. Assim, vemos que a organização da informação na sentença está relacionada às estratégias discursivas dos usuários da língua.

⁴⁸ “A tool for communication and the information structure is important for both the system of language – and for the process of communication”.

Também em (11), o emprego da CCA, no trecho em questão, auxilia, de certo modo, no caráter de neutralidade da edição diante dos fatos. Então, na tentativa de se manter neutra durante a apresentação dos percalços pelos quais o partido PSDB tem passado hoje devido à decisão de Geraldo Alckmin, então governador do estado de São Paulo, de apoiar a candidatura de João Doria a prefeito da capital paulista, a despeito do que desejavam seus demais partidários, distribui os conteúdos de modo a equilibrar a entrega das informações. Entregando as informações como numa relação *pressuposição pragmática – asserção pragmática*, *Veja* equilibra as forças dos conteúdos informacionais, os quais sustentam, em (11), uma argumentação de perfil informativo e, sobretudo, normativo, dado ao traço exortador e de estilo sensibilizante com o qual o editor parece querer chamar a atenção de seu leitor. Isso ocorre porque, durante a entrega dos conteúdos, o editorialista ativa e sustenta na mente do leitor – conceptualizador da cena discursiva –, por meio de suas próprias escolhas léxico-gramaticais, a ideia de que João Doria, atual eleito ao governo de São Paulo, se preparar para criar sucessores ao seu mandato na política paulista já é algo espreiado no *ground* e, portanto, de conhecimento do público leitor da revista.

Similarmente, temos (12):

- (12) A implantação disso tudo é de enorme complexidade e dela dependerá o sucesso da empreitada. Até hoje, colégios e professores seguiam a trilha que julgavam melhor, norteados pela bússola de provas como o Enem [Exame Nacional do Ensino Médio] ou acompanhavam o currículo de suas redes públicas, quando existia um. Agora terão de se organizar por completo, para adequar-se às mudanças que serão exigidas por lei a partir de 2019. É tempo **não só** de desenrolar um trâmite que passa pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pela homologação do próprio MEC, **mas também** para reescrever livros didáticos e treinar professores de acordo com as novas diretrizes. (04/2017)

Em (12), ao tratar da temática da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da reforma do Ensino Médio⁴⁹, a qual, por sua vez, se ancora no pressuposto da EXISTÊNCIA DE UMA BASE NACIONAL QUE DEFINISSE O QUE TODAS AS ESCOLAS DEVERIAM ENSINAR, o editorialista opta por estruturar seus argumentos, de conteúdo informativo e de estilo intelectual, por meio do emprego da CCA. Entretanto, curiosamente, antes de empregá-la, o articulista usa a construção “é tempo (de)”.

Segundo Swan (1984, p. 606), a expressão inglesa *it's time + infinitive*, que equivale, no PB, às construções dos padrões “é tempo de + infinitivo” ou “é hora de + infinitivo”,

⁴⁹ Segundo o *site* do Ministério da Educação (MEC) (<http://portal.mec.gov.br>), a BNCC e o novo Ensino Médio constituem uma série de mudanças e orientações que, em síntese, pretendem estabelecer os conhecimentos essenciais que deverão fazer parte dos currículos tanto de instituições de ensino públicas quanto privadas.

indica que é chegado o momento certo para a execução de algo e que há, ainda, espaço de tempo para isso. Com base nesse fato, para nós, a construção “é tempo” desempenha, discursivamente, no fragmento em análise, o papel de uma moldura (*frame*) que permite operações semânticas complexas. Isso só se torna possível por conta de nossas capacidades cognitivas incluírem a habilidade de criar molduras para apreender os sentidos do mundo e compreender seu funcionamento (cf. FAUCONNIER; SWEETSER, 1996).

Em (12), um exemplo das operações semânticas complexas à qual fazemos menção é o entendimento de que, para implantar uma reforma no Ensino Médio nacional, urge a realização de uma gama de ações, tais como acelerar os trâmites juntos aos órgãos nacionais de avaliação da educação brasileira e, ainda, treinar os docentes, os quais, de fato, lidarão, diretamente com seus alunos, com a mudança curricular. Assim, a construção “é tempo” funciona, também, como uma moldura que estrutura o TEMPO para processamento, bem como delimita o ESPAÇO para o desenvolvimento das ações (“desenrolar um trâmite”; “reescrever livros didáticos”; “treinar professores”) carreadas pelas informações contidas na díade prótase – apódase, ou seja, dado-novo.

No que tange à díade dado-novo, ao tratar da unidade de informação, Halliday (1985) afirma que

[u]ma parte é a notícia: o que o ouvinte está sendo convidado para tratar como novo, inesperado ou importante. A outra parte é o material antigo: o que é apresentado como sendo já conhecido pelo ouvinte, aquilo que ele pode tomar como ‘dado’. O ‘novo’ é sinalizado pelo sotaque tônico (HALLIDAY, 1985, p. 59)⁵⁰.

Em outras palavras, acreditamos que o uso da construção citada antes da CCA não se dê de maneira fortuita. Pelo contrário, seu emprego no mesmo bloco informacional em que ocorre a CCA atua como um gatilho capaz de fazer com que um conjunto de movimentos mentais seja ativado para a aceitação dos argumentos propostos, veiculados tanto na prótase quanto na apódase.

Sob um ponto de vista contextual, assim, a prótase carrega elementos dados, os quais atuam como uma espécie de “válvula propulsora” do enunciado no plano discursivo. Em contrapartida, a apódase carrega elementos novos, os quais funcionam, por sua vez, como o centro do enunciado, configurando-se, portanto, como “barreira limítrofe” da informação “deslanchada” pela “válvula” da prótase.

⁵⁰One part is the news: what the listener is being invited to attend to as new, or unexpected, or important. The other part is the old stuff: what is presented as being already known to the listener, that which he can take as 'given'. The 'new' is signalled by the tonic accent (HALLIDAY, 1985, p. 59).

A CCA pode, então, ser compreendida, sinteticamente, como uma construção de valor aditivo utilizada, em geral, em sequências discursivas de caráter argumentativo com vistas a um acréscimo que se estabelece por meio de uma restrição prévia. Há, então, uma hierarquização no modo como as proposições são apresentadas ao interlocutor, o que não se verifica na articulação estabelecida por “e”.

Os arranjos expressam adição, sejam oracionais ou suboracionais, articulados pela CCA e diferem das sentenças articuladas pelo “e” tanto na forma quanto no conteúdo semântico. Isso ocorre em razão da configuração sintática bastante diferente do elemento coordenador aditivo por excelência “e”.

“E”, em muitos casos em que é empregado, possibilita a inversão dos conteúdos sem que haja perda semântica ou até mesmo agramaticalidade, isto é, difere bastante da CCA. Na sequência, dado (13):

- (13) Com o sucesso da turma [da Mônica], pés descalços se mostraram mais práticos para a produção rápida de tirinhas. As revistinhas de Mauricio de Sousa vendem, hoje, 2,5 milhões de exemplares por mês. Já foram publicadas pela Abril – que edita VEJA – e pela Globo, e atualmente estão sob os cuidados da editora Panini. Para que Mauricio de Souza se convertesse em Mauricio de Sousa, a marca mais famosa do desenho brasileiro, foi preciso **não só** talento criativo, **mas também** tino empresarial. (06/2017)

No dado apresentado, o articulista menciona uma matéria da revista a respeito da “Turma da Mônica”, trabalho do renomado desenhista brasileiro, Mauricio de Sousa. O autor do texto apresenta, então, um percurso do trabalho de Mauricio a respeito da criação de suas personagens e um histórico das editoras que já foram responsáveis pela publicação dos gibis, dentre elas, a Editora Abril, que também edita a *Veja*. Em determinado ponto de seu texto, ao fazer menção a respeito da fama do desenhista em pauta – algo que é bastante notório na cultura brasileira –, em uma argumentação esclarecedora e racionalizante, o editoralista emprega a CCA e nos permite perceber, novamente, a semântica de inclusão veiculada pelo emprego da construção no contexto.

Em (13a) e (13b), versões de (13) com o articulador “e”:

- (13a) Com o sucesso da turma [da Mônica], pés descalços se mostraram mais práticos para a produção rápida de tirinhas. As revistinhas de Mauricio de Sousa vendem, hoje, 2,5 milhões de exemplares por mês. Já foram publicadas pela Abril – que edita VEJA – e pela Globo, e atualmente estão sob os cuidados da editora Panini. Para que Mauricio de Souza se convertesse em Mauricio de Sousa, a marca mais famosa do desenho brasileiro, foi preciso talento criativo e tino empresarial.

(13b) Com o sucesso da turma [da Mônica], pés descalços se mostraram mais práticos para a produção rápida de tirinhas. As revistinhas de Mauricio de Sousa vendem, hoje, 2,5 milhões de exemplares por mês. Já foram publicadas pela Abril – que edita VEJA – e pela Globo, e atualmente estão sob os cuidados da editora Panini. Para que Mauricio de Souza se convertesse em Mauricio de Sousa, a marca mais famosa do desenho brasileiro, foi preciso **TINO EMPRESARIAL e TALENTO CRIATIVO**.

Nas versões (13a) e (13b), verificamos que o articulador “e” possibilita, como já comentado, na maioria das vezes em que é utilizado, a troca dos conteúdos ligados por ele sem que haja perda semântica ou sintática. Assim sendo, uma troca de posição das proposições, tal como vemos em (13b), dificilmente incorrerá em agramaticalidade. Entretanto, notamos que, se comparado a (13), em que se tem a utilização da CCA para articulação as proposições, em (13a) e (13b), o uso do conector “e”, em detrimento do emprego da correlata aditiva, faz com que ocorra, no enunciado, o que chamaremos aqui de *perda de contorno pragmático*. Em outras palavras, consideramos perda de contorno pragmático o decréscimo da demarcação que circunscreve, no plano discursivo, o modo como as informações devem ser, de fato, conceptualizadas pelo sujeito de consciência no momento de interação. A CCA, se comparada ao “e”, traz relevo ao conteúdo que se busca evidenciar discursivamente, ao passo que o aditivo canônico, não.

Observemos, agora, a paráfrase de (13) em (13c):

(13c) Com o sucesso da turma [da Mônica], pés descalços se mostraram mais práticos para a produção rápida de tirinhas. As revistinhas de Mauricio de Sousa vendem, hoje, 2,5 milhões de exemplares por mês. Já foram publicadas pela Abril – que edita VEJA – e pela Globo, e atualmente estão sob os cuidados da editora Panini. Para que Mauricio de Souza se convertesse em Mauricio de Sousa, a marca mais famosa do desenho brasileiro, foi preciso **não só TINOEMPRESARIAL, mas também TALENTO CRIATIVO**.

Na paráfrase (13c), diferentemente de em (13), vemos uma inversão apenas dos conteúdos informacionais veiculados na relação prótase-apódase. Com essa mudança, constatamos uma perda de ordem semântica, tendo em vista que, embora o arranjo permaneça sendo gramatical, a informação nova deixa de ser nova e passa a ser velha e vice-versa.

Dando continuidade às nossas observações, analisemos a paráfrase (13d):

(13d) *Com o sucesso da turma [da Mônica], pés descalços se mostraram mais práticos para a produção rápida de tirinhas. As revistinhas de Mauricio de Sousa vendem, hoje, 2,5 milhões de exemplares por mês. Já foram publicadas pela Abril – que edita VEJA – e pela Globo, e atualmente estão sob os cuidados da editora Panini. Para que Mauricio de Souza se convertesse em

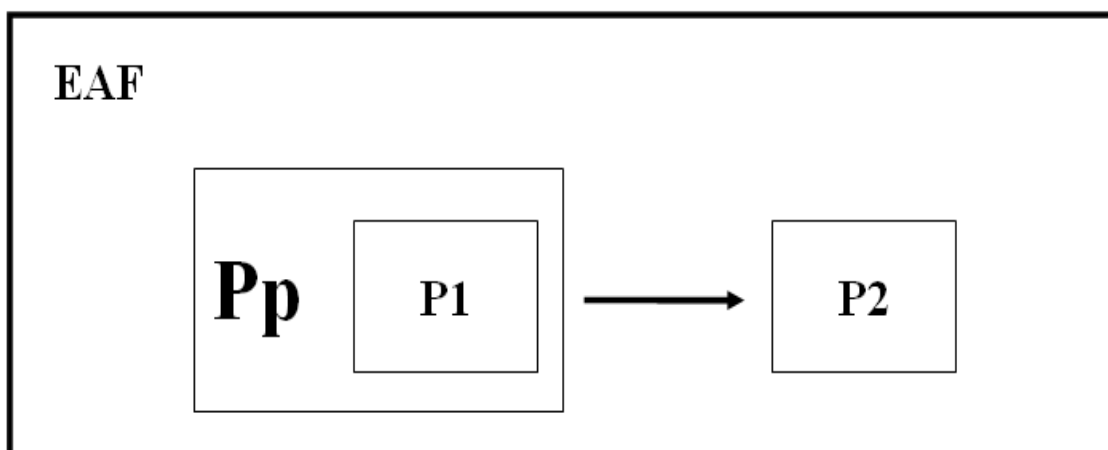
Maurício de Sousa, a marca mais famosa do desenho brasileiro, foi preciso **MAS TAMBÉM TINO EMPRESARIAL, NÃO SÓ TALENTO CRIATIVO.**

Se em (13c), tal como apontamos, a perda se dá apenas no plano semântico por conta da inversão das informações veiculadas, havendo, ainda a manutenção de um enunciado gramaticalmente correto, na paráfrase (13d), no entanto, incorremos em erro. Isso porque, em (13d), ao invertermos a posição da prótase como um todo com a apódase, geramos agramaticalidade e, por consequência, um truncamento do modo como as ideias são disponibilizadas para o interlocutor no discurso.

Com base em (13) e suas respectivas paráfrases (13c) e (13d), podemos inferir que, a fim de que o ouvinte/leitor processe o conteúdo informacional de maneira adequada e segundo os intentos comunicativos do falante/ escritor, a estrutura da informação também necessita ser apresentada, na superfície do discurso, de maneira apropriada. Em outras palavras, as proposições necessitam ser pragmaticamente estruturadas (cf. LAMBRECHT, 1994) pelo locutor no discurso, de modo a permitir que seu interlocutor possa, de fato, promover as devidas ativações de representações mentais no momento de interação. Nesse caso, portanto, o ordenamento sintático da CCA tem de ser respeitado.

No contexto em que a CCA é empregada, para que a informação seja processada, no plano cognitivo, de maneira esperada, estabelece-se a seguinte configuração de ordenamento proposicional:

Figura 5 - Representação do ordenamento proposicional para processamento cognitivo



Fonte: O autor, 2019.

No esquema apresentado na figura 5, vemos que a proposição 1 (P1) – prótase – transporta conteúdo informacional que se ancora em um conjunto de pressupostos (Pp) já estabelecidos no contexto, o que reforça a ideia de a prótase veicular uma informação já dada, velha ou, em termos de Lambrecht (1994), uma *pressuposição pragmática*. Além disso, observamos, também, que, para a proposição 2 – apódase – se estabelecer como informação nova ou *asserção pragmática* (LAMBRECHT, 1994), ativações mentais anteriores, a respeito dos conteúdos informacionais veiculados pelos pressupostos e pela proposição 1, precisam estar devidamente estruturadas no interior do Espaço de Ato de Fala (EAF). Do contrário, a informação seria transmitida de forma equivocada ou mesmo truncada, como vimos em (13c) e (13d), respectivamente.

A veracidade do esquema apresentado encontra legitimidade, portanto, no fato de que, em termos de linearidade, a ordem dos constituintes da construção em análise é sempre fixa. A prótase sempre aparece à esquerda, antecedida por um material pressuposicional, seguida da apódase, que se localiza à direita. Vejamos outros casos a respeito da questão do ordenamento sintático em instanciações em que a CCA se consubstancia e suas respectivas paráfrases:

(14) Quando bunkers como o BNDES forem finalmente estourados, saberemos que a grana **não** turbinava **só** as campanhas políticas desses párias com mandato, **mas também** abastecia o alegre trenzinho de poder a sustentar a América latrina inteira, com suas lhamas de franja, padrecos cheios de filhos bastardos, viúvas do tango da vigarice e pajaritos com cara de bolacha, além de uma boa dose de ditadores vagabundos na África e cercanias. (12/2015)

(14a) *Quando bunkers como o BNDES forem finalmente estourados, saberemos que a grana **MAS TAMBÉM ABASTECIA O ALEGRE TRENZINHO DE PODER A SUSTENTAR A AMÉRICA LATRINA INTEIRA, COM SUAS LHAMAS DE FRANJA, PADRECOS CHEIOS DE FILHOS BASTARDOS, VIÚVAS DO TANGO DA VIGARICE E PAJARITOS COM CARA DE BOLACHA, ALÉM DE UMA BOA DOSE DE DITADORES VAGABUNDOS NA ÁFRICA E CERCANIAS, NÃO TURBINAVA SÓ AS CAMPANHAS POLÍTICAS DESSES PÁRIAS COM MANDATO(...)**.

(15) Entre os primeiros passos a serem adotados está o combate à demanda pela droga **não só** nas Américas, **mas também** na Ásia e Europa. (06/2015)

(15a)*Entre os primeiros passos a serem adotados está o combate à demanda pela droga **MAS TAMBÉM NA ÁSIA E EUROPA, NÃO SÓ NAS AMÉRICAS**.

Tanto em (14) quanto em (15), vemos a CCA atuando em trechos argumentativos de conteúdo normativo/ informativo e estilo emocional. Isso pode ser verificado em (14), por exemplo, pela presença de construções que denotam ironia, sobretudo formadas por adjetivação depreciativa (“trenzinho de poder”, “padrecozinhos cheios de filhos bastardos”, “viúvas do tango da vigarice”, “pajaritos com cara de bolacha” e “ditadores vagabundos”), o que acaba gerando algum tipo de incômodo, comoção no leitor. A escolha lexical associada ao emprego da CCA, em (14), fornece uma manutenção na aparência de *Veja*, de modo que a revista se estabeleça como uma portadora honesta dos relatos e que é, sobretudo, capaz de se indignar tanto quanto seu leitor com relação a algum fato.

Diferentemente, em (15), é a própria tentativa de erradicação do tráfico de drogas exposta no *ground* que é a responsável pela sensibilização do leitor a respeito de sua importância nos continentes asiático e europeu. Vemos, no fragmento, o uso de uma linguagem simples, a qual visa sustentar, de maneira mais direta, o argumento exposto.

Por meio das instanciações (14) e (15) e das paráfrases (14a) e (15a), podemos reiterar que a ordem como os componentes são dispostos na estrutura da CCA interfere diretamente no modo como a informação veiculada por ela é processada na mente do interactante. Com isso, vemos, também, mais uma vez, que os arranjos sintáticos articulados com a CCA se diferenciam bastante da adição prototípica articulada por “e”.

Na verdade, a dificuldade da classificação para estudos anteriores no que tange à CCA reside no fato de a construção em questão apresentar um ordenamento sintático diferente do esperado em uma construção aditiva tida como a mais exemplar. Na adição prototípica, articulada pelo coordenador “e”, os elementos parecem ser apresentados com, praticamente, um mesmo intento comunicativo do falante. Devido a isso, em geral, os constituintes coordenados podem ser permutados – excetuando-se casos, por exemplo, como os de motivação icônica, os de gradação semântica ou os de razão pragmática (cf. PEZATTI; LONGHIN, 2016) –, mostrando, assim, um modo de construção mais flutuante.

Nas paráfrases (13a) e (13b), não se nota perda de conteúdo semântico por conta do ordenamento sintático das proposições articuladas por “e”. Diferentemente, na CCA, como já dito, se houver mudança na aplicação dos componentes nos *slots*⁵¹ das construções, muda-se também a maneira como se recebe a informação, tendo em vista que a pressuposição pragmática passa a atuar como asserção pragmática e vice-versa. Observemos (16):

⁵¹ Preenchimentos.

(16) No passado, a preocupação com as afinidades não era tão importante, uma vez que os homens mandavam e as mulheres obedeciam; e as chances de conflito eram menores. A ideia, fundada no bom senso para a época, era a de complemento—um tem o que falta no outro. Ainda nos anos 1970 percebi que a maioria dos casais continuava a se formar da mesma forma. Eles não só eram diferentes, mas opostos quanto ao caráter. O que acontecia? Viviam às turras. Sim, porque com o mundo mais unissex e rico em variedades de lazer, as afinidades foram ganhando importância; e hoje se tornaram indispensáveis. (10/2016)

Podemos, com base em (16), exemplo composto por uma argumentação ilustrativa e emocional, pensar que o emprego da CCA por parte do usuário da língua se dá por seu “conhecimento metacognitivo”. Esse, por sua vez, dentro dos sistemas de conhecimentos ativados por ocasião do processamento textual, está englobado no “conhecimento interacional”, isto é, no conhecimento a respeito das formas de interação por intermédio da linguagem (KOCH, 1996). Sobre o “conhecimento metacomunicativo”, Koch (1996, p. 36) disserta que, por meio dele, o usuário da língua tem por intenção

[e]vitar perturbações previsíveis na comunicação, orientar o interlocutor na construção do sentido ou sanar (*online* ou *a posteriori*) conflitos efetivamente ocorridos. No primeiro caso, introduz no texto sinais de articulação ou apoios textuais, marcadores ou operadores discursivos, macroproposições temáticas etc.; no segundo caso, realiza atividades metaformativas específicas, como repetições, parafraseamentos, resumos, correções, complementações, explicações, entre outras. Trata-se de ações linguísticas com as quais se procura assegurar a compreensão do texto e a aceitação dos objetivos com que é produzindo, monitorando com elas o fluxo verbal.

Assim, o uso da CCA em determinado contexto assegura o usuário de que sua meta comunicativa será atingida. Ao empregar, então, a CCA, no texto do editorial, o articulista modela pragmaticamente – apoiando-se nas expectativas que possui acerca do estado mental de seu interlocutor –, a maneira como sua mensagem deve chegar ao leitor da revista.

Em *Veja*, ao utilizar a CCA, o editorialista está, então, estimulando não somente o conhecimento do visualizador da cena – nesse caso, seu público leitor –, como também sua consciência e atenção a respeito dos fatos da situação corrente, como sustenta Lambrecht (1994, p. 53). Deve-se considerar, também, que, indubitavelmente, toda essa atividade ocorre em concordância com o que está acontecendo no modelo cognitivo do visualizador da cena.

4.2 Grupo CCA 2: não somente... mas/ como (também)

Como temos visto, a aplicação da CCA no discurso determina, tanto no plano discursivo quanto no plano cognitivo, as unidades linguísticas que devem ser tomadas como mais salientes e proeminentes em detrimento de outras, consideradas já compartilhadas entre os interlocutores e não inovadoras. Essas últimas unidades linguísticas validam a presença de um nível de rigidez na construção e a ideia de que *types* surgem com base no MCI de CORRELAÇÃO ADITIVA já residente na mente do interlocutor, portanto, tomando por base um *type* mais geral (cf. GERVASIO, 2016b).

Fazemos tal afirmação por acreditarmos que, para depreensão do sentido da CCA em um dado enunciado, faz-se necessário haver, na mente do conceptualizador da cena discursiva, o MCI PRÓTASE ANUNCIA APÓDASE. Isso configura e, sobretudo, favorece, portanto, a existência de um “respeito” na aplicação dos componentes no ordenamento sintático para expressão da noção de adição com a CCA em PB.

Na presente seção, são apresentadas materializações linguísticas em que aparece a CCA de prótase constituída pelo elemento “somente”. Temos, portanto, um grupo morfossintaticamente distinto do *Grupo CCA 1*:

- (17) Brilhante a entrevista (...) por abordar **não somente** o lado profissional do médico **como também** o outro lado da cura, que envolve o usuário final, pesquisa, produção e seus custos. (08/2017)
- (18) Se o acerto entre Yanukovich e a oposição, apesar de tudo isso, vingar, a perspectiva é de **não somente** obter a paz, **mas também** a tão sonhada liberdade em relação a outros países – pela primeira vez na história da Ucrânia. O presidente russo Vladimir Putin é conhecido por jamais largar o osso, mas os ucranianos não perdem as esperanças. (02/2014)
- (19) O deputado que liderou a proposta na Assembleia justificou o seu feito dizendo que o estado precisa reter talentos. Em um de seus exemplos, afirmou que as universidades públicas têm perdido bons professores. Em tese, um salário maior **não somente** ajudaria a reter essas pessoas **como também** poderia motivá-las nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão à comunidade. A mesma lógica se aplicaria a outros casos. Por exemplo, uma categoria que aplaudiu o maior teto foi a dos auditores fiscais. Sendo mais bem remunerados, eles não precisariam — também em tese — complementar sua renda com propinas. (15/2018)

- (20) Há também os “nem-nem”, que nem estudam nem trabalham. Não estudar e não trabalhar é um desastre. **Não somente** para aquela pessoa e sua família, **mas** para o país em que elas vivem. São pessoas que não vão contribuir para a sociedade, não vão pagar impostos, não serão cidadãos úteis. É um conceito assustador. (08/2015)

Podemos perceber que, nos fragmentos apresentados, o uso de variados dispositivos linguísticos, em parceria com a CCA, por parte do articulista, favorece a coerência na transmissão da informação para o leitor e traz, acima de tudo, vivacidade para o material escrito. Em (17), por exemplo, temos uma argumentação de conteúdo ilustrativo e de estilo emocional, dado ao emprego do adjetivo “brilhante” em referência a uma determinada entrevista.

No dado (18), percebemos a CCA trabalhando para uma argumentação de conteúdo esclarecedor e de estilo racionalizante. Razão disso está no desejo do articulista de explicitar o que o acordo, que no período da publicação desse editorial (2014) estava para ser firmado entre o então presidente da Ucrânia, Viktor Yanukovich, e outros líderes da oposição, traria sobre a tentativa de solucionar o caos político que matava dezenas de pessoas.

Já em (19), vemos a CCA colaborando com a articulação de um conteúdo informativo, mas, sobretudo, educador, tendo em vista que a construção que constitui nosso objeto de análise é alocada no período, justamente, após a construção de caráter adverbial “em tese”, a qual se constitui, no fragmento, como um *hedge* (angulador)⁵², isto é, como um “elemento de reconceptualização” (ALMEIDA, 1999, p. 129). “Em tese” funciona, em (19), como um angulador da apresentação dos argumentos que objetivam convencer o leitor acerca do que é tido como correto pelo “sujeito-*Veja*” (SILVA, 2009, p. 90) e, ao mesmo tempo, modifica o grau de comprometimento do editorialista no que tange à verdade da proposição, instanciando modalidade epistêmica (PALMER, 1988; CLEMEN, 2002). Nesse sentido, no exemplo em análise, o angulador e a CCA funcionam como pistas linguísticas que evidenciam uma estratégia argumentativa de manutenção da aparência da revista, com o objetivo passar a impressão para o seu alvo, no caso, o público leitor, de que a edição é coerente e honesta no que diz respeito à apresentação dos acontecimentos.

Na materialização linguística presente em (20), a CCA sustenta argumentos que sugerem um conteúdo normativo e de estilo sensibilizante. Isso pode ser confirmado ao

⁵² Segundo Almeida (1999, p. 129-130), os *hedges* “constituem-se num conjunto híbrido de palavras (verbos, locuções prepositivas e adverbiais, adjetivos) que têm em comum, do ponto de vista semântico, o fato de introduzirem taxa de flexibilização expressiva ao item escopado, produzindo sua reconceptualização; quer seja o item um termo, quer uma proposição”.

observarmos o uso de elementos linguísticos como o neologismo “nem-nem”, usado como um neologismo depreciativo de função adjetiva para se referir àquelas pessoas sem atividades acadêmicas ou laborativas. Ainda, há uma série construções em gradiência encetadas pelo “não” (“não vão contribuir para sociedade”, “não vão pagar impostos”, “não serão cidadãos úteis”), todas denotando aversão ao perfil de alguns dos jovens da atualidade.

O uso dos elementos em questão no EDC demonstra que o articulista possui consciência linguística acerca dos termos que podem ou não interferir no processo de adesão de suas teses por parte de seus leitores. Na verdade, a forma de construção do relato exposto por *Veja*, em (20), a respeito de uma nova geração de jovens, parece querer estabelecer uma espécie de adesão cognitiva da revista com seu leitor. Isso está relacionado com a mensagem que a revista quer passar por meio de sua escolha lexical.

O grau de rigidez dos elementos que compõem a CCA nos rememora o pensamento proposto por Fillmore, Kay e O’Connor (1988) no que toca à caracterização de idiomatismos⁵³. A proposta de Fillmore, Kay e O’Connor (1988), sinteticamente, congrega traços formais e semânticos das construções gramaticais de um modo geral, classificando-as como de codificação ou decodificação; gramaticais ou extragramaticais e substantivas ou formais. Segundo Lakoff (1977), idiomatismos são apenas um aprimoramento da condição dos padrões lexicalmente abertos, tendo, entretanto, uma disposição que já favorece, em termos semânticos, a apreensão dos enunciados nos quais figuram.

Com base no trabalho de Fillmore, Kay e O’Connor (1988), ao observarmos os dados (17), (18), (19) e (20), sentimo-nos confortáveis para afirmar que a CCA, nos termos dos autores citados, pode ser encarada como um idiomatismo de codificação, gramatical e formal. De codificação, porque os usuários da língua podem compreendê-la nas instanciações sem conhecê-la previamente. Gramatical, por possuir uma estrutura construcional que se apresenta de maneira regular na língua. E formal, por ter uma estrutura com “*slots* preenchíveis” por elementos que a direcionam a atuar em um nível de articulação suboracional ou oracional.

Há um estreito laço entre a prótase e a apódase, tendo em vista que a apódase é projetada a partir da prótase. Reside nesse traço a razão para a relação de interdependência entre ambas as partes da estrutura correlata.

Na realidade, a apódase constitui a proposição que satisfaz a expectativa criada pela prótase. Para conceptualizar a CCA, o sujeito conceptualizador envida os recursos disponíveis

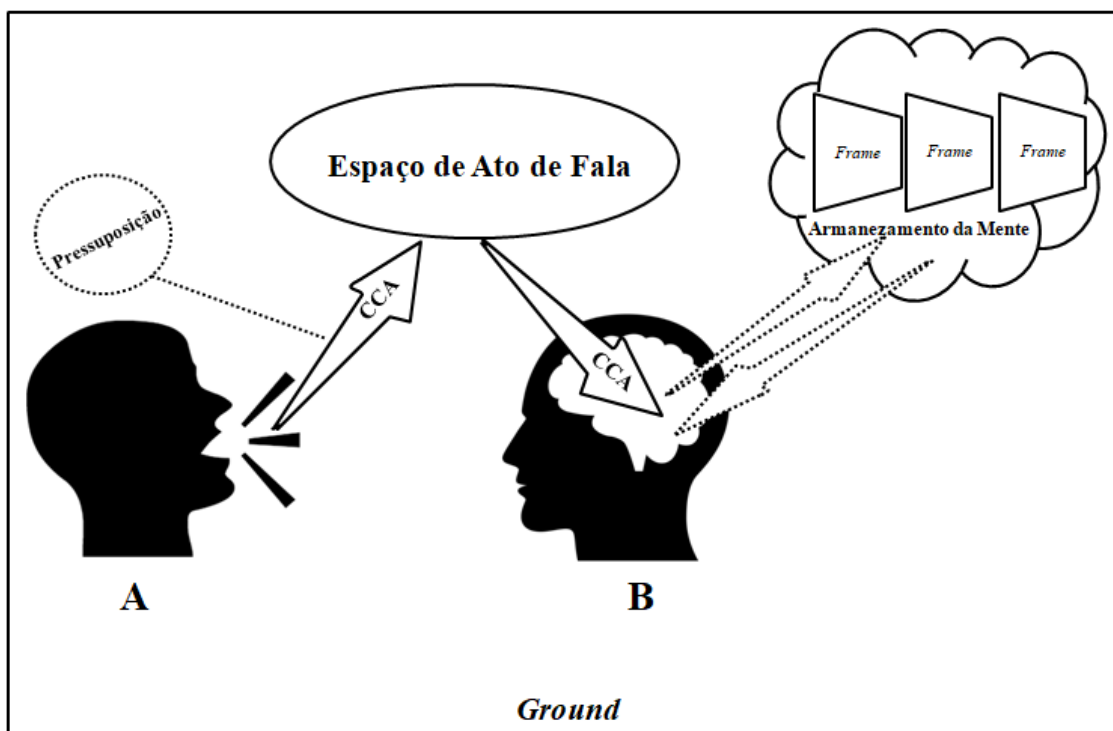
⁵³ Também traduzidos e comumente conhecidos como *idiomas sintáticos*. Uma das características que configuram uma construção é a de ser idiomática, no sentido de que seu significado não é construído a partir de suas partes constituintes (FILLMORE; KAY; O’CONNOR, 1988).

em sua mente, com base em sua experiencição com a língua e com o mundo (cf. MARMARIDOU, 2000), e no *ground*, que funciona, por sua vez, como um centro dêitico para a comunicação. Assim, para a real conceptualização e análise da CCA, é necessário que observemos e levemos em consideração o Espaço Discursivo Corrente (EDC) (LANGACKER, 2008).

Em termos estruturais, observamos que a CCA consiste em junções complexas de elementos simbólicos, os quais passam a ser organizados de maneira hierárquica, sob a forma de componentes e estruturas compostas. No que diz respeito ao gerenciamento da atenção para o escaneamento dos conteúdos informacionais, tais construções compreendem uma sequência linear de *frames* de atenção que se estabelecem de modo sucessivo (cf. LANGACKER, 2001).

Acreditamos, a partir das instanciações de nosso *corpus*, que, para a devida apreensão de sentido da CCA em EDCs específicos, os interlocutores, ao negociarem a integração do polo semântico e do polo fonológico recorrem à ativação de *frames* discursivos variados. Esses enquadres, por seu turno, evocam outros enquadres que possibilitam o entendimento e o equilíbrio da relação dado-novo da CCA:

Figura 6 – Arranjo do processo de conceptualização da CCA



Fonte: O autor, 2019.

Na figura 6, temos uma proposta de representação de um arranjo de visualização, em termos langackerianos (LANGACKER, 1991; 2008), para melhor explanarmos como acreditamos que se dá o processo de conceptualização da CCA, em seus variados padrões, no plano discursivo. Em termos metafóricos, a conceptualização é a visão de uma cena. Do mesmo modo, a perspectiva é o arranjo visual.

Um arranjo visual é, por conseguinte, a relação geral entre os visualizadores e a situação que está sendo visualizada. Em termos gerais, os visualizadores são conceptualizadores que apreendem os sentidos das expressões linguísticas. Mais especificamente, os visualizadores são o falante e o ouvinte/ o usuário da língua e o seu interlocutor.

Ao recrutar, na representação 6, a CCA, em alguma de suas manifestações morfossintáticas, para o *ground* que, segundo Langacker (1991, p. 58), pode ser compreendido como o evento de fala, seus participantes e suas circunstâncias imediatas, o conceptualizador A sugere ao conceptualizador B que expanda sua base de pressupostos, de modo a tomar como aceitável e irrevogável o conteúdo veiculado no contexto. Assim, o emprego da CCA afeta a força ilocucionária tanto do conteúdo da prótase, quanto do conteúdo da apódase.

Quanto à força ilocucionária, Croft e Cruse (2004, p. 318) a descrevem como aquela que, em um enunciado, “tem o maior efeito semântico sobre o significado de uma sentença, uma vez que altera a intenção do falante e a resposta do ouvinte a uma proposição se ela é apresentada como uma afirmação, pergunta, comando ou outro ato de fala”⁵⁴. Sendo assim, o uso da correlação reforça a intencionalidade do locutor de convencer seu interlocutor a aceitar como verdadeiro qualquer conteúdo veiculado no entorno da própria CCA, a qual atua, então, como um indicador de força ilocucionária, nos termos de Austin (1962) e Searle (1969), como fica evidenciado em (17), (18), (19) e (20).

Materializando a utilização da CCA no EAF que, por sua vez, se ancora em um *ground*, A tanto conduz B a ativar o MCI do falante do PB para a expressão e compreensão da noção de adição, quanto o redireciona, no interior do discurso, a mover sua atenção para outro ponto enunciado. B, com o encaminhamento de A, desloca, portanto, na estrutura discursiva,

⁵⁴The illocutionary force of an utterance has the greatest semantic effect on the meaning of a sentence, since it alters the speaker's intention and the hearer's response to a proposition if it is presented as an assertion, question, command or other speech act.

seu ponto de referência para a nova proposição, a qual será mais informativa e estará alocada na apódase.

Também, a figura 6 ilustra que, para depreender a asserção de A, que se ancora em pressupostos, B lança mão de *frames* que não só podem ser ativados como podem ser estocados no armazenamento na mente. Razão para isso pode ser encontrada no fato de que, caso B não se dê conta de que o conteúdo da prótase é algo, de algum modo, dado no *ground*, ou mesmo não tenha conhecimento disso, na situação conceptualizada, adicionando-o, por fim, ao seu armazenamento de assunções partilhadas, a informação não se concretiza da maneira esperada por A (LEWIS, 1979; FILLMORE; KAY; O'CONNOR, 1988).

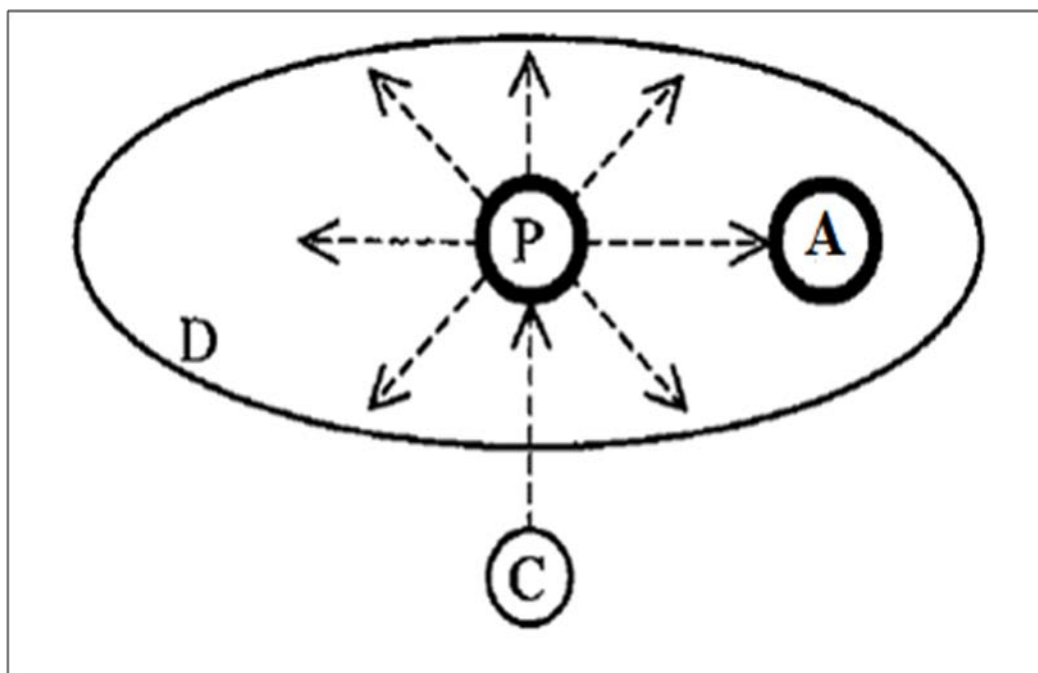
Assim, entendemos que falante volta sua atenção, primeiramente, para uma entidade já concebida com a propósito específico de localizar outra entidade que é mentalmente acessível se comparada a essa. Isso também só é possível porque

[n]ós temos a habilidade de evocar a concepção de uma entidade com objetivo de estabelecer “contato mental” com outra. A entidade evocada primeiramente é chamada de ponto de referência e a que é acessada por meio dessa é denominada alvo. Um ponto de referência particular possibilita acesso potencial para muitos alvos diferentes (LANGACKER, 2008, p. 83)⁵⁵.

Posto isso, vemos que uma semântica conceptual nos possibilita compreender como a língua faz sentido. Logo, a formação da relação de “tópico-foco”, existente entre os conteúdos da prótase com os conteúdos da apódase da CCA, em termos de ponto de referência, pode ser compreendida em:

⁵⁵We have the ability to invoke the conception of one entity in order to establish “mental contact” with another. The entity first invoked is called a reference point, and one accessed via a reference point is referred to as a target. A particular reference point affords potential access to many different targets (LANGACKER, 2008, p. 83).

Figura 7 – Representação da relação de ponto de referência



Fonte: Langacker, 2008 (adaptado)

Por meio da representação 7, em que (C) representa o conceptualizador; (P), o ponto de referência; (A), o alvo; (D) diz respeito ao domínio, e a seta pontilhada (----->) indica o caminho mental, podemos perceber que o conjunto de potenciais alvos constitui o domínio do ponto de referência da relação apresentada, como por exemplo, no uso da CCA em um dado EDC. Vemos, então, que o uso do ponto de referência se evidencia na percepção e encontra fundamentação na concepção em geral da CCA. Percebemos, assim, que somente por meio de uma análise linguística detalhada que conseguimos chegar a uma caracterização bem fundamentada acerca da estrutura semântica da construção por nós analisada.

Ao pensarmos no emprego da CCA, a figura 7 nos possibilita, ainda, uma maior compreensão a respeito da impossibilidade de inversão da ordem da relação prótase-apódase – também mencionada no *Grupo CCA 1* –, devido à intrínseca assimetria da relação de ponto de referência existente na construção. cremos, com base em Langacker (2008, p. 84), que “essa irreversibilidade reflete a assimetria intrínseca de uma relação de ponto de referência, em que conceber uma entidade torna possível acessar mentalmente outra”⁵⁶.

⁵⁶This irreversibility reflects the intrinsic asymmetry of a reference point relationship, where conceiving of one entity makes it possible to mentally access another.

Dados (21) e (22):

(21) Os cálculos mostram que, na média do período que vai de 2015 a 2035, a cada 1000 reais que se investissem na expansão do saneamento, a sociedade ganharia 1700 reais. Ou seja, os benefícios compensariam, com certeza, os investimentos necessários. Se quisermos ir ainda mais longe, há países inspiradores que **não somente** garantiram à sua população o direito ao esgoto tratado **como** resolveram outras regiões. É o caso de Israel, cujo índice de tratamento chega a 90%. (12/2017)

(22) Qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo, deve ter acesso livre e sem limites – **não somente** à pesquisa, **mas** a todos os trabalhos de destaque possibilitados pelo entendimento humano. (11/2017)

Ao vermos os dados (21) e (22), confrontamos um fato curioso: em ambos, temos a presença do par correlato aditivo do tipo 2, cuja prótase aparece composta pelos itens (“não + somente”), mas que, em contrapartida, apresenta uma apódase constituída por apenas um dos itens esperados no par – “como”, em (21) e “mas”, em (22). O mesmo fato se configura na materialização (20).

O que vemos nesses dados representa, portanto, um produto construcional derivado de um *type*⁵⁷ tido como mais geral e de uso espreado no PB. Isso se torna possível porque, como asseveram Traugott e Trousdale (2013, p. 53), “falantes e ouvintes usam esquemas que trazem consigo pareamentos de forma e significado mais específicos os quais o usuário da língua percebe como sendo instâncias de um *type* mais geral.”⁵⁸ Tamanha é a difusão do modelo mais geral no uso da língua que serve de base para inovações: a ponto de possibilitar que o usuário omita parte do correlator que enceta a apódase sem que haja perda de significação, algo também já verificado por Gervasio (2016b).

Nesse sentido, a omissão do termo de inclusão “também” – de maneira de semelhante ao que ocorreu em (9) e (10) – não afeta a compreensão do sujeito cognoscente em contato com o enunciado na cena discursiva para a conceptualização esperada. Com relação a “também”, seu emprego no grupo “mas também” e na estrutura correlata “não só p, mas também q”, Cavaliere (2009, p. 125-127), em um trabalho de visão argumentativa sobre a

⁵⁷ Tipos que geram variadas materializações linguísticas no uso. Padrão específico de uma construção.

⁵⁸ “Speakers and hearers use schemas that bring together those more specific form-meaning pairings which the language user perceives as being instantiations of a more general type.”

descrição de termos que a tradição gramatical situa à margem dos parâmetros na organização das palavras em português, usados defende que

[s]e é verdade que **também** é dispensável no nível do significado da frase, certamente não o será no nível do sentido do enunciado, pois é justamente este operador que equilibra a força argumentativa dos dois argumentos em oposição. (...). Há situações em que **também** estabelece um confronto argumentativo entre dois argumentos que confluem para uma mesma tese. Nesse caso, o argumento anterior, na realidade, não é conclusivo na defesa da tese. (...). O fato de **também** argumentativo trabalhar no conteúdo retórico do enunciado não deixa dúvidas quanto à pluralidade de significados que esse operador pode introduzir, o que caracteriza como termo de polissemia retórica. Somente em função dos fatores situacionais é que definimos, por exemplo, se **também** vincula argumentos convergentes ou divergentes, ou mesmo se estabelece uma oposição argumentativa de argumentos convergentes. (...) Agora vejamos: se opto por utilizar uma estrutura sintática de correlação, do tipo **não só... mas também**, fatalmente os argumentos presentes nos dois polos da correlação serão convergentes⁵⁹.

Avaliados esses fatos, os enunciados propostos em (21) e (22), ambos, em termos argumentativos, de caráter educador, devido a seu próprio teor ilustrativo, e estilo racionalizante, tornam-se compreensíveis em razão de que, ao perceber, inicialmente, a presença da prótase, o ouvinte, por analogia, aguarda uma apódase, que é “deslanchada” e ativada em sua mente devido à primeira parte do correlator. Assim, haveria, na conceptualização desses enunciados, a existência de um caráter previsível entre os itens descontínuos. Raciocínio semelhante encontramos em Weinrich (1976, p. 69 *apud* PAULIUKONIS, 1988, p. 137), quando, ao abordar traços concernentes aos morfemas em seu sentido lato, o qual compreende vocábulos gramaticais, como, por exemplo, preposições e conjunções, o autor afirma que “todos os morfemas da gramática hão de ser interpretados como instruções do falante ao ouvinte as quais lhe dizem como se conduzir ao descodificar a mensagem”.

Desse modo, com base na citação, compreendemos que, nos casos em que algum dos termos pertencentes a uma das partes componentes da correlação está elidido, são os demais vocábulos presentes no par, seja na prótase ou na apódase, como visto tanto em (20), quanto em (21) e (22), que funcionam como instruções do escritor/falante da informação destinadas a seu leitor/ouvinte. Isso traz à nossa memória o que disserta Langacker, ao afirmar que

⁵⁹ Com relação à estrutura correlata aditiva, Cavaliere (2009, p. 127) amplia a discussão dizendo os argumentos apresentados na estrutura “não só p mas também q” são, na realidade, “convergentes numa certa interpretação semântica – a de defenderem a mesma tese – mas num nível mais profundo revelam um confronto argumentativo em que **q** nega a exclusividade de **p**. Em outras palavras, **q** é um argumento de força idêntica à de **p**, mas, dentro dessa igualdade, acaba por opor-se a **p** no sentido de negar sua exclusividade. É esse traço de oposição que justifica um *mas adversativo*.”

[n]ossas capacidades interpretativas são extraordinariamente flexíveis e multifacetadas. Partindo de um único sentido – especialmente um que é altamente abstrato – um falante ou linguista pode encontrar algumas razões plausíveis para usar um elemento em uma variedade extremamente ampla de maneiras concebíveis, apenas algumas das quais são convencionalmente exploradas. Uma parte substancial de saber falar uma língua é saber quais desses usos (ou soluções interpretativas) são de fato convencionais, e quais não são. Para termos certeza, os falantes estão sempre ampliando os limites da convenção, mas para apreciar como e por que eles estão fazendo isso, precisamos de uma ideia de quais são esses limites (LANGACKER, 2004, p. 46)⁶⁰.

Com base em Langacker (*op. cit.*), observamos que, em termos de composição, na CCA, há restrições tanto de ordem sintática quanto de ordem semântica. Com relação à sua sintaxe, ao tomar contato com seu emprego, o visualizador da situação conceptualizada observa que o membro do par correlato que comporta a primeira proposição aparece sempre à esquerda, ao passo que o membro que abriga a segunda proposição aparece sempre à direita no plano enunciativo.

Do mesmo modo, no que tange à semântica, o primeiro correlator porta sempre conteúdo informacional já conhecido dos conceptualizadores participantes da situação visualizada. Em contrapartida, o segundo correlator encapsula um conteúdo informacional de conhecimento de apenas um dos conceptualizadores, sendo, portanto, necessariamente, novo para um deles.

Nesse sentido, com base nas materializações linguísticas apresentadas até então e com base no que aqui propomos, inferimos que, para o real entendimento do uso da CCA, precisamos olhar para além de suas estruturas componentes. Devemos considerar e respeitar os limites exigidos pela construção, tendo em vista que o êxito da comunicação apóia-se sobre a cooperação entre os atores (cf. GRICE, 1975), os quais se orientam, discursivamente, segundo os limites das construções.

Em seguida, (23):

⁶⁰Our interpretive capacities are extraordinarily flexible and multifaceted. Starting from any single meaning — especially one that is highly abstract — a speaker or a linguist can find some plausible rationale for using an element in an extremely wide variety of conceivable ways, only some of which are conventionally exploited. A substantial part of knowing how to speak a language is knowing which of these uses (or interpretive solutions) are in fact conventional, and which ones not. To be sure, speakers are always stretching the limits of convention, but to appreciate how and why they are doing this we need some idea of what those limits are.

- (23) Além de toda a infraestrutura hospitalar, com áreas de isolamento, é necessário treinar, incansavelmente, as equipes. **Não somente** médicos e enfermeiros, **mas** todos os funcionários – os agentes de segurança, cozinheiros, faxineiros. Ao treiná-los e conscientizá-los sobre a importância do controle do vírus, o risco de contaminação diminui muito. Além disso, todos ficam aptos a detectar eventuais erros. (10/2014)

Em (23), juntas, tanto a construção discursiva aditiva citada (“além de”) quanto a CCA se estabelecem como verdadeiros organizadores do discurso, visto que, mais do que conectar ideias, tais elementos concorrem para a organização das informações no plano textual. Esse fato comprova que um discurso não é uma soma arbitrária de construções, mas um todo coeso, coerente e informacionalmente estruturado.

A construção discursiva aditiva “além + de” (e sua variante “além + d(e) + isso”), que pode ser definida, tradicionalmente, como uma locução prepositiva de base adverbial, foi usada para que não pudesse haver qualquer deturpação no modo de processamento da informação. Ao serem repetidos de maneira subsequente no mesmo bloco informacional, “além de” e “além disso” avalizam seu caráter enumerativo na adição dos fatos no discurso e reforçam, ainda, o traço hierarquizador da CCA no que diz respeito à forma de entrega das informações.

Esse fato demonstra que a CCA é um potente indicador de argumentos capaz de consolidar a transmissão dos conteúdos informacionais portados em seus *slots*. Já no que tange à análise do conteúdo de (23), notamos que a presença de uma linha narrativa cronológica (“é necessário treinar, incansavelmente, equipes”; “todos os funcionários – os agentes de segurança, cozinheiros, faxineiros”; “ao treiná-los e conscientizá-los sobre a importância do controle do vírus, o risco de contaminação diminui muito”) favorece a credibilidade dos fatos, isto é, torna seu material informacional mais crível para seu leitor. Essa organização textual faz, ainda, com que (23) se componha de uma argumentação de conteúdo ilustrativo e de estilo intelectual.

Também percebemos que as expressões “além de” e “além disso” podem ser concebidas, no contexto analisado, como construções de tópico preposicionadas, visto que criam, segundo Castilho (2010, p. 608), uma “moldura à volta da qual girará o texto”. Nesses termos, vemos, em (23), que tais construções, ao conectarem expressões à sua direita às expressões à sua esquerda, tomam por escopo toda a sentença, e não somente um de seus componentes. Isso ratifica sua atuação como reais juntadores textuais de valor aditivo, o que, conseqüentemente, justifica, ainda mais, a aplicação da CCA no contexto.

Posto isso, vemos que a conceptualização é profundamente dinâmica. Em outros termos, ela não existe de maneira estática, mas acontece e reside no processamento mental ou na atividade neurológica. Mentalmente, nós podemos acessar eventos e descrevê-los, do plano linguístico, em uma ordem que difere de sua ordem de acontecimento. Agir assim só é possível porque

[o] processamento cognitivo de uma sentença múltiplas dimensões estruturais, em diferentes níveis de organização e em vastas escalas de tempo diferentes. Podemos fazer mais projeções globais em vários níveis sintáticos e até mesmo discursivos (LANGACKER, 2008, p. 82)⁶¹.

Ao observarmos a materialização linguística verificada em (23), podemos constatar que a ordem das palavras acomoda a tendência geral do discurso para a informação dada preceder a informação nova. Na realidade, as escolhas lexicais e os modos de estruturação do discurso, os quais partem do usuário, afetam o escaneamento mental de seu interlocutor. Isso porque, em uma materialização linguística, o escaneamento mental é assinalado por alguns elementos que a compõem (cf. MARMARIDOU, 2000).

Útil para a compreensão da relação do conteúdo da prótase com o da apódase é o que postula Langacker (2008, p. 83), ao dizer que

[d]e importância gramatical considerável é um tipo particular de escaneamento chamado **relação de ponto de referência**. O termo é mais bem reservado para os casos em que o caminho mental é discreto, cada elemento acessado é individualmente saliente, e a razão para o escaneamento ao longo desse caminho é principalmente encontrar ou identificar o elemento que chegou por último. Podemos apreciar melhor isso a partir de um exemplo perceptivo. Muitas vezes, direcionamos a atenção para uma entidade perceptivelmente saliente como um ponto de referência para ajudar a encontrar alguma outra entidade, que de outra forma seria difícil de localizar (LANGACKER, 2008, p. 83)⁶².

O conceptualizador escaneia por meio de uma gama de construções de tamanhos variados. O escaneamento mental pode seguir um caminho que pode ser contínuo ou mesmo discreto. Entretanto, segundo Langacker (2008), embora possa se estabelecer de formas variadas, o que importa é compreender que

⁶¹Processing occurs simultaneously in multiple structural dimensions, at different levels of organization, and on vastly different time scales. Even as we are attending to individual words, we must also be making more global projections at various syntactic and even discourse levels (LANGACKER, 2008, p. 82).

⁶²Of considerable grammatical importance is a particular type of scanning called a **reference point relationship**. The term is best reserved for cases where the mental path is discrete, each element accessed is individually salient, and the reason for scanning along this path is primarily to find or identify the element ultimately arrived at. We can best appreciate this from a perceptual example. We often direct attention to a perceptually salient entity as a point of reference to help find some other entity, which would otherwise be hard to locate (LANGACKER, 2008, p. 83).

[a] diferença reside na direção do **escaneamento mental**. O conceptualizador, ao construir uma concepção da relação perfilada, cria uma imagem com um percurso mental. Entretanto, a direção do escaneamento não é determinada pela ordem na qual as palavras ocorrem, mas por seus significados (LANGACKER, 2008, p. 82)⁶³.

Assim, podemos entender que as expressões linguísticas, como “além de”/ “além disso”, atreladas ao uso da CCA, em (23), atuam como verdadeiros “portais de acesso” a porções específicas do nosso sistema conceptual. Esse acesso mental sequenciado é um meio de construir uma concepção geral de alguma complexidade, como afirma Langacker (2008).

Em qualquer momento, nos centramos na conceituação em diferentes níveis de consciência e em variados domínios de nossa experiência mental. Acompanhar a produção e a compreensão de qualquer expressão linguística é um fluxo complexo e multifacetado do processo de conceptualização, a qual, por sua vez, reside no processamento cognitivo.

Vejamos o que ocorre em (24), em que também aparece a CCA após o uso de “além disso”:

(24) Além disso, se a empresa é competitiva, por que ela não capta no mercado privado em vez de recorrer ao capital público? Paradoxalmente, os crivos burocráticos do BNDES favoreceram empresas com mais ativos e caixa, justamente aquelas **não somente** menos carentes de capital, **mas também** com mais capacidade de apoiar e subornar políticos com influência para eleger os campeões nacionais do momento. Invertidamente ou não, a má política pública abriu espaço para a corrupção. Infelizmente, a irresponsabilidade persiste. Até hoje, grandes grupos e associações pedem mais crédito subsidiado, apesar de inúmeras pesquisas comprovando o impacto limitado e o custo elevado dessas práticas. (06/2017)

Semelhante ao que ocorre em (23), na instanciação (24), “além disso” opera argumentativamente em nível do discursivo. Entretanto, em (24), encontramos tal construção apenas como o primeiro elemento responsável por indicar a força argumentativa e, ainda, mostrar, no plano discursivo, a direção, em termos de sentido, para a qual aponta (cf. DUCROT, 1987). Para além da construção comentada, temos, ainda, o emprego dos modalizadores “paradoxalmente”, “invertidamente” e “infelizmente”, os quais operam, no fragmento do editorial, como elementos semântico-discursivos capazes de demarcar, linguisticamente, intencionalidade. Consoante Koch (2002, p. 136), os modalizadores

⁶³The difference lies in the direction of **mental scanning**. The conceptualizer, in building up to a full conception of the profiled relationship, constructs an image of the hill by tracing a mental path along it in either an upward or a downward direction. However, the direction of scanning is not determined by the order in which the words occur, but rather by their meanings (LANGACKER, 2008, p. 82).

caracterizam os tipos de ato de fala que [o locutor] deseja desempenhar, revelam o maior ou menor grau de engajamento do falante com relação ao conteúdo proposicional veiculado, apontam as conclusões para as quais os diversos enunciados podem servir de argumento, selecionam os encadeamentos capazes de continuá-los, dão vida, enfim, aos diversos personagens cujas vozes se fazem ouvir no interior de cada discurso

Assim, em (24), temos, com o emprego de “além disso” e dos modalizadores, uma confluência de elementos que recrutam – e, ainda, validam – de maneira mais veemente o emprego da CCA, tendo em vista sua capacidade de equilibrar o modo de apresentação das informações. Notamos, então, que há, em (24), o que se denomina classe argumentativa, na literatura da Semântica Argumentativa. Uma classe argumentativa se compõe de um conjunto de enunciados capazes de servir, de igual modo, de argumento para uma mesma conclusão (cf. DUCROT, 1987).

Dessa forma, podemos afirmar que, no excerto de editorial em análise, temos uma argumentação que se estabelece em camadas, em que se observa, a todo instante, a utilização, portanto, de dois diferentes tipos modalizadores, sendo dois deles delimitadores⁶⁴ (“paradoxalmente” e “invertidamente”) e um afetivo⁶⁵ (“infelizmente”). Com o objetivo de argumentar a favor de suas proposições, tais modalizadores aparecem na estruturação do discurso visto em (24) de maneira gradativa. Esse *crescendum* se apresenta capaz de demarcar, de certa maneira, o posicionamento do editorialista diante dos fatos e ratificar, ainda, a valor de verdade daquilo que se estabelece discursivamente como a pressuposição pragmática e como a asserção pragmática, a serem conceptualizadas.

Os modalizadores comentados se instituem, também, no contexto apresentado em (24), como verdadeiros operadores cujas propriedades são bastante peculiares em relação ao seu uso, tendo por premissa básica “modelar” como o que é proposto na estrutura do discurso e “sugerir” seu modo de conceptualização. Sendo assim, torna-se ainda mais evidente que, atrelados à CCA, tais modalizadores são capazes de interferir na força argumentativa daquilo que o editorialista propõe como verdadeiro.

⁶⁴ Segundo Moura Neves (2011, p. 250), os modalizadores delimitadores são advérbios que “não garantem nem negam propriamente o valor de verdade do que se diz, mas fixam condições de verdade, isto é, delimitam o âmbito das afirmações e das negações. O que ocorre nessa modalização é que o falante circunscreve os limites dentro dos quais o enunciado, ou um constituinte do enunciado, deve ser interpretado, e dentro dos quais, portanto, se pode procurar a factualidade, ou não, do que é dito”.

⁶⁵ Consoante Moura Neves (2011, p. 253), com os modalizadores afetivos, “o falante exprime reações emotivas, isto é, manifesta disposição de espírito em relação ao que é afirmado ou negado. Essa manifestação pode ser apenas subjetiva, isto é, envolver simplesmente as emoções ou sentimentos do falante, como felicidade, curiosidade, surpresa, espanto, mas pode, também, ser intersubjetiva, interpessoal, isto é, envolver um sentimento que se defina pelas relações entre falante e ouvinte, como por exemplo, sinceridade, franqueza”.

Quanto à interferência na força argumentativa, capaz tanto de produzir quanto de orientar sentidos, podemos concebê-la, sinteticamente, como a introdução de argumentos mais fortes no discurso (cf. KOCH, 2018). É esse “manejo” do discurso que direciona o olhar do leitor do editorial para o que se deve ser tomado como a informação mais relevante. Ao se referir a respeito do público-leitor dos editoriais, o ex-editor de *Veja*, Carmo Chagas, usa as seguintes palavras:

“São pouquíssimos os leitores de editoriais, mas aprendi que eles são escritos exatamente para esses pouquíssimos leitores. Os empresários mais sólidos, os políticos mais perspicazes, os economistas mais consistentes, os intelectuais mais atentos constituem a elite interessada na opinião que aparece todo dia na imprensa” (CHAGAS *et al.*, 1992, p.58).

Nesse sentido, tomando o comentário apresentado e observando os dados até aqui analisados, podemos notar que, ao “tecer” um editorial, os usuários da língua (nesse caso, os editorialistas) possuem, em geral, uma pré-concepção sobre o que as palavras que eles utilizam, normalmente, devem significar na mente de seus interlocutores (nesse caso, o público-leitor). Assim, ao observarmos as escolhas lexicais dispostas em (23) e (24), somos incitados a compreender que, por meio da composição textual e estrutural de seus editoriais, o editor ratifica a premissa de que *Veja* seleciona o que merece ser lembrado e, ainda, o que não importa lembrar, o qual, por sua vez, é conduzido ao lugar do esquecimento, e não à publicação.

Observamos, então, com base em (23) e (24), que a CCA funciona como um gatilho capaz de detalhar o caráter inovador de um determinado conteúdo no fluxo de informações. Daí, percebemos que, conseqüentemente, seu uso também atua como um fator pragmático que influencia a seleção e a ordenação de elementos no EDC e, em particular, a ordem das demais sentenças presentes no contexto discursivo.

As discussões encetadas pelos dados até aqui têm sido úteis para reforçar a premissa de que a GC pressupõe, segundo Langacker (2001, p. 143), uma inerente e íntima relação entre estruturas linguísticas e discurso. Isso porque as unidades linguísticas são abstraídas de eventos de uso, retendo como parte de seu valor qualquer faceta recorrente do contexto interativo e discursivo. Durante o desenvolvimento do discurso, estruturas conceptuais são continuamente construídas e modificadas em consonância com os polos semânticos das expressões empregadas, tais como as escolhas lexicais do editor de *Veja* explanadas nas análises de (23) e (24).

O que se deve ter em mente é que uma expressão linguística é produzida, empregada e compreendida tendo por base um contexto discursivo pressuposto, o qual, por sua vez, modela e auxilia sua interpretação. As aplicações contextuais particulares de unidades linguísticas se tornam amalgamadas ao plano discursivo e convencionalizadas como unidades novas (cf. MARMARIDOU, 2000).

Nesses termos, cada evento de uso da língua se compõe de uma conceptualização a qual já foi entendida por parte dos sujeitos cognoscentes. Essa conceptualização compreende uma expressão de contexto significativo atrelado a uma verbalização das formas linguísticas em todos os seus detalhes fonéticos.

A conceptualização de um evento de uso da língua inclui a apreensão dos conceptualizadores de suas circunstâncias de interação. Além disso, essa conceptualização abarca, também, como nossas análises têm demonstrado, o próprio discurso no qual os sujeitos da consciência estão engajados (LANGACKER, 2001, p. 144).

Dessa forma, vemos que o significado linguístico, balizador da compreensão da CCA, é, acima de tudo, uma questão de *construal* e de suas dimensões descritas, racionalmente, como problemas relacionados à proeminência. Tais problemas abrangem tanto semântica quanto pragmática.

Como já dito, para o real entendimento da CCA, é preciso ficar claro que expressões linguísticas são sempre produzidas e compreendidas em relação a algum contexto discursivo pressuposto. É justamente nesse contexto, para que os processos de escaneamento mental e, por conseguinte, de conceptualização de uma cena discursiva em que se encontre um uso da CCA se deem de maneira fortuita, que o conceptualizador necessita eleger e ativar elementos disponíveis no EDC.

Dentre esses elementos, se encontram, por exemplo, os padrões de inferência pragmática. Quanto a tais padrões, Langacker (2001, p. 166) discorre que eles

também podem se tornar entrincheirados e convencionalizados como unidades linguísticas. (...) [O] locutor finge fazer uma afirmação plausível, mas segue-a com outra afirmação aparente que é tão obviamente falsa que o ouvinte percebe que algo diferente de afirmação real está ocorrendo, chegando à conclusão de que a primeira sentença deve ser realmente falsatambém. Quer essa conclusão resulte ou não em princípios pragmáticos gerais, ela constitui um padrão entrincheirado que os falantes aprendem e empregam como uma questão de convenção estabelecida. O esquema discursivo que representa esse padrão incorpora a unidade aumentada de asserção, que acabamos de descrever, e incorpora-a em um quadro interativo mais abrangente,

que especifica que a proposição aparentemente sendo afirmada está, na verdade, sendo negada (LANGACKER, 2001, p. 166)⁶⁶.

Desse modo, ao ser incorporada ao EDC, uma expressão linguística o atualiza de alguma maneira. Quando uma estrutura é adicionada ao EDC, ela fica, normalmente, ancorada no que já está posto, devido a uma espécie de sobreposição conceptual.

Ao observarmos, com base em Gervasio (2016b), a necessidade de um maior tempo de processamento da CCA por conta da quantidade de seu material fonológico se comparado ao aditivo *e*, notamos, como visto em (23) e (24), que seu uso auxilia no processo de estabelecimento de uma linha narrativa propícia à argumentação disposta no EDC. Ainda, no plano cognitivo, o uso CCA atua como um gatilho capaz de acelerar o tempo de reação do leitor quanto à aceitação das teses propostas pelo editor, como é evidenciado em (20).

No caso da relação prótase-apódase da CCA, disponível no plano discursivo, é a apódase “mas/como (também)” o elemento responsável por promover, então, uma atualização no EDC, tendo em vista seu papel veiculador da asserção pragmática. A apódase é então o “atualizador” do EDC por trazer para seu interior uma informação nova.

Essa percepção acerca da inserção do “novo” só se torna possível em razão de o usuário da língua e seu interlocutor possuírem perfeita memória a respeito de como o discurso em que a CCA está veiculada se desenvolveu. Acrescido a isso está o fato de ambos necessitarem ter, também, a capacidade de assimilar o modo específico com que cada expressão sucessiva à CCA constrói e retrata uma situação, tal como vemos em (23) e (24).

Comprendemos, então, nos termos de Langacker (2001, p. 181), que a estrutura do discurso em que se manifesta a CCA funciona como uma espécie de alicerce temporário, o qual se compõe em estágios, a fim de construir uma estrutura permanente e mais consolidada. Nesse sentido, somos incitados a entender que, embora a gramática seja uma ferramenta para construir e simbolizar conceptualizações complexas, ela não existe para ser identificada com tais conceptualizações (LANGACKER, 2001; 2008). Posto isso, nossa pesquisa a respeito da CCA nos leva a constatar, ainda, que uma caracterização detalhada de estruturas conceptuais é não só indispensável para o estudo do discurso como também para a investigação gramatical.

⁶⁶Patterns of pragmatic inference can also become entrenched and conventionalized as linguistic units. (...) [T]he speaker pretends to make a plausible assertion, but follows it with another apparent assertion which is so obviously false that the hearer realizes something other than real assertion is going on, drawing the conclusion that the first sentence must actually be false as well. Whether or not this conclusion follows from general pragmatic principles, it constitutes an entrenched pattern that speakers learn and employ as a matter of established convention. The discourse schema representing this pattern incorporates the augmented unit for assertion, just described, and embeds it in a more encompassing interactive frame, which specifies that the proposition apparently being asserted is actually being denied (LANGACKER, 2001, p. 166).

Outra constatação que vale ser mencionada é que não notamos, até aqui, diferenças substanciais de sentido advindas pela distinta organização morfossintática entre os pares correlatos pertencentes aos grupos *CCA 1* e *CCA 2*.

4.3 Grupo CCA 3: não apenas... mas/ como (também)

Em seguida, passa-se à análise de dados em que figura o grupo da CCA com a prótase composta pelo elemento “apenas”, selecionados como representativos de sua categoria.

- (25) Quanto mais participantes nos processos de elaboração e implementação, melhores leis e políticas públicas haverá. Entretanto, só é possível aumentar a participação política e a representatividade da cidadania com transparência nas decisões dos governos. Governos transparentes dão informações indiscriminadamente, **não apenas** sobre as regras, **mas também** sobre o andamento de cada um de seus processos decisórios, assim como mantêm abertas todas as suas bases de dados que não implicam riscos à segurança individual ou coletiva. A opacidade do poder público não compromete diretamente a participação política porque alguns conseguem superar esse entrave, mas compromete a equidade do processo e, por consequência, o próprio exercício democrático. (11/2017)
- (26) Em 10 de agosto de 1988, VEJA trazia em sua capa a desconcertante reportagem “Aids: os que vão morrer contam sua agonia”. Na época, apenas seis anos após o diagnóstico dos primeiros casos no país, saber-se portador do vírus HIV, o causador da doença, era carregar uma sentença fatal. Em uma reportagem de dez páginas, a revista relatava **não apenas** o drama dos infectados **como também** o dos profissionais que cuidavam deles. Durante as internações, em hospitais como o paulistano Emilio Ribas, o maior centro de referência no tratamento da AIDS em todo o território nacional, os portadores de HIV ficavam literalmente isolados do convívio com outras pessoas. As visitas não podiam passar de trinta minutos. (07/2018)
- (27) Os desistentes tinham em comum a oposição da família, a inexperiência no ramo administrativo-político-eleitoral-partidário e um enorme capital profissional a ser posto em risco nas respectivas atividades. Foram prudentes na avaliação de que o momento poderia não ser favorável a amadores, inclusive no que tange à hipótese de vitória. Huck avisou que vai de alguma forma participar do processo, mas Barbosa indicou mais uma vez despreço pelo tema, podendo **não apenas** se manter distante **como** de novo viajar para fora do país no dia da eleição. Permanece, nesse aspecto, o enigma: por que, então, há pouco mais de um mês se filiou ao PSB? Talvez tenha feito um teste no qual obteve resultado negativo ao perceber o grau de resistência interna e a intensidade do bombardeio a que seria submetido. (06/2018)

(28) O resultado foi garimpado nas planilhas do Pisa, exame aplicado pela OCDE desde 2000 para aferir o nível dos alunos de 15 anos em três áreas: leitura, matemática e ciências. A pesquisa do Idados se deteve na última prova de matemática, disciplina-mola para o avanço das várias ciências. É, portanto, uma medida contundente das possibilidades de o Brasil subir de patamar. O estudo **não apenas** pinta o retrato presente, **como** exibe o filmete do Brasil nasala de aula durante mais de uma década. (05/2016)

O excerto (25), encetado pela construção correlata proporcional – responsável por propiciar uma espécie de proporção escalar entre a participação do povo na elaboração e implementação de leis e a existência de políticas públicas mais adequadas, no que deprendemos o sentido de uma relação de causa e efeito (cf. AZEREDO, 2013) –, se forma a partir do pressuposto de que URGE A NECESSIDADE DE TRANSPARÊNCIA NO PODER PÚBLICO. Tudo isso forma um percurso de persuasão, no qual se conduz o leitor a acreditar na ideia veiculada pela edição.

Para fortalecer, então, ainda mais o fluxo informacional de sua argumentação de conteúdo normativo e sensibilizante, já balizada pela construção correlata proporcional, o editoralista utiliza a CCA. Isso implica afirmar que, no discurso narrativo de *Veja*, há uma espécie de comum acordo entre o que se escreve e o que se lê, tendo em vista a tentativa de *Veja* de se estabelecer, em (25), como um veículo de conscientização.

A aplicação da CCA, por sua vez, atua, no fragmento, como um recurso capaz de articular partes bastante persuasivas da informação presentes no editorial, as quais, ao se mostrarem como ancoradas no pressuposto apresentado, denotam que a informação veiculada como um todo é, de fato, verdadeira. Isso é suficientemente ostensivo no EDC, ou seja, chama bastante a atenção do leitor durante a exposição dos fatos, o que evidencia o uso da CCA como uma ferramenta que é utilizada de maneira relevante durante o processo de constituição da informação, favorecendo, ainda, a caracterização da progressão temática.

Ainda em (25), notamos a apresentação de informações que coadunam com os conteúdos dos argumentos que foram articulados por meio da CCA no final do bloco informacional. Nesse ponto do fragmento, torna-se possível que tais informações também recebam especial relevo, proeminência, como um meio de reforço do que já foi anteriormente afirmado.

Em (26), o uso da sentença de aproximação “VEJA trazia em sua capa a desconcertante reportagem” funciona, no *ground*, como instrumento de construção da imagem de honesta e atual da revista na transmissão da informação. Isso decorre do fato de que tratar

da temática do vírus HIV num veículo de informação na década de 80 era algo bastante inovador e, sobretudo, desafiador, devido às poucas pesquisas da época.

Em outros termos, vemos, com isso, que a revista, por vezes, também se utiliza de aproximações verbais, como a vista na abertura do fragmento, com o objetivo de dissociar a imagem de *Veja* de veículos outros que possam falhar no fornecimento da informação ou mesmo no processo de formação da opinião de seu público-alvo. Toda essa construção textual sugere, na realidade, uma tentativa do editor de encontrar uma melhor maneira de continuar com a progressão de seu texto, o que se torna possível com o emprego da CCA.

Em (26), o uso do par correlato deixa o leitor em “estado de alerta” com relação a um teor de formato argumentativo que determinada porção do texto vai adquirir, principalmente quando o editor deseja reafirma o caráter de inovação da edição. Nesse momento, o articulista enaltece o fato de que, mesmo com os poucos recursos diagnósticos de 80 quanto ao vírus da AIDS, a revista, além de contar, em muitas páginas, a respeito da luta dos infectados pela doença, relatava, ainda, a batalha dos profissionais envolvidos nos cuidados dos pacientes (“em uma reportagem de dez páginas, a revista relatava não apenas o drama dos infectados como também o dos profissionais que cuidavam deles”).

Também em (26), a utilização de formas verbais no pretérito imperfeito do indicativo (“trazia”, “era”, “relatava”, “cuidavam”, “ficavam” e “podiam”) e do construtor de espaço mental (*spacebuilder*) (“naquela época”) traduz ainda uma alteração no *frame* anteriormente estabelecido. Isso porque tais elementos transportam o leitor para um momento distinto da cena discursiva disposta no EDC, tendo em vista que o editorial é de datado de 2018. Acreditamos que o usuário da língua recrute esses recursos com um único objetivo: fundamentar seus argumentos a ponto de persuadir seu interlocutor.

Em (27), vemos a CCA sendo utilizada em uma argumetação informativa e de traço intelectual após um breve relato acerca de política. Nesse exemplo, vemos que o emprego da CCA ocasiona, no plano mental do leitor, de certo modo, uma quebra no fluxo verbal. Isso porque, para entender o matiz de adição proposto pela CCA, há uma necessidade de se ter de recrutar outros conhecimentos para a compreensão do conteúdo da prótase como algo já dado ou mesmo assumi-lo como verdadeiro. Notamos, mais uma vez, que esse fato faz com que o leitor precise, na verdade, de um maior tempo para o processamento das informações e para a distribuição dos conteúdos portados por cada uma das partes da correlação pelos armazenamentos de sua memória.

Na materialização linguística exposta em (28), o articulista inicia seu processo de construção de sua argumentação acerca da temática do Brasil no cenário educacional mundial

de acordo com avaliações externas dados de pesquisa fornecidos por uma fonte de pesquisa a respeito de algumas disciplinas. Mencionar o produto dessa pesquisa (fornecida pelo Idados) no EDC favorece o afastamento do editorial com relação à informação apresentada, o que funciona, ao mesmo tempo, como um recurso de argumento de autoridade para o que está sendo proposto no editorial de *Veja*.

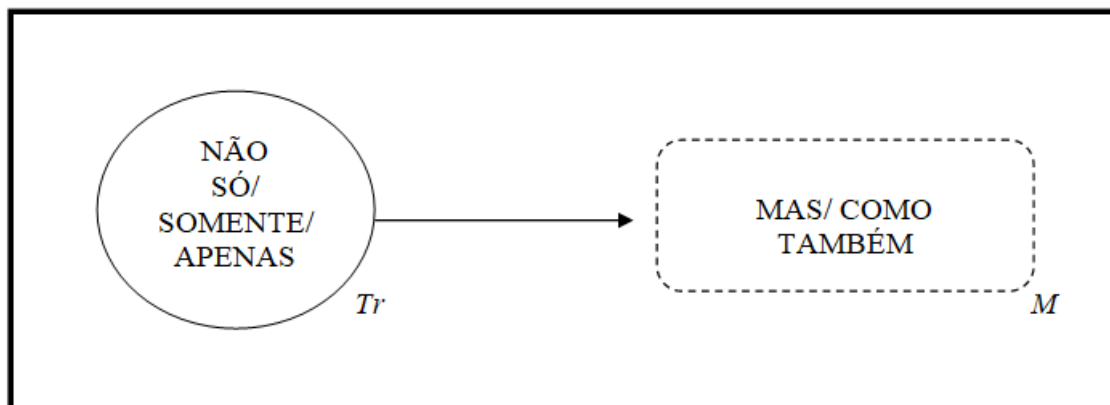
Esses usos de elementos generalizantes – por vezes, até mesmo ambíguos ou não diretos – traduz, ainda, um afastamento verbal com o propósito de não conectar na mente de seu leitor a imagem da *Veja* com a situação crítica por ela retratada. Em outras palavras, essa manobra um tanto evasiva executada pelo editorialista denota uma tentativa da revista de representar uma quebra de contato da edição, na posição de veículo informativo, com o posicionamento assumido pela agência de pesquisa Idados. Ao mesmo tempo, é essa fonte de pesquisa que fornece subsídios para fundamentar os argumentos propostos por *Veja* a respeito do que ela pensa a respeito da educação nacional quando então aplica a CCA.

Nesse sentido, em (28), vemos que o par correlato aditivo deixa o leitor do editorial em “estado de alerta” com relação a um teor de formato argumentativo mais preciso que determinada porção do texto vai adquirir. Isso porque, é no momento do emprego da CCA que a revista, de fato, assume o real posicionamento crítico a respeito do que pensa sobre a educação do Brasil em comparação com a de países desenvolvidos, isto é, que o Brasil não tem evoluído no quesito educação há, pelo menos, dez anos. Logo, o que vemos é uma argumentação esclarecedora/ exortadora e de estilo sensibilizante, com o objetivo de gerar certo incômodo no leitor da revista nacional.

Como observamos em (25), (26), (27) e (28), bem como nos demais dados apresentados, inclusive nos outros grupos *CCA 1* e *CCA 2*, os componentes “mas/ como também” da apódase se constituem como elementos de contraste interpretativo e gramatical com relação aos componentes “não só/ somente/ apenas” da prótase. Esses, por sua vez, se constituem como itens que sustentam polaridade negativa (cf. MARTINS, 2000), haja vista a presença do polarizador de negação “não” que os enceta. Todos esses elementos contribuem para que tenhamos, então, na prótase, o que chamamos de contração de cena dos pressupostos ancorados no *ground* para a então verbalização na apódase.

Tendo em vista que a língua é imagética e dinâmica, é possível tomarmos a primeira parte do par correlato aditivo (“não só/ somente/ apenas”) como o componente trajetora da relação de restrição. Do mesmo modo, podemos caracterizar a sua segunda parte componente (“mas/ como também”) como marco ou ponto de referência, uma vez que se encontra em um foco secundário. Observemos:

Figura 8 – Perfilamento dos itens correlatos para a expressão da adição



Fonte: O autor, 2019.

Na figura 8, observamos uma das relações de composição e integração presentes na CCA, a saber, o componente que levará, ao surgimento, na integração com os demais componentes, no polo semântico, da ideia de adição, representada, no polo fonológico, pela primeira parte da construção correlata (“não só/somente/apenas”). Essa parte se junta, por sua vez, à segunda parte da construção correlata (“mas/ como também”), formando, assim, um conglomerado.

Embora a representação – figura 8 – esteja sendo proposta na seção dedicada à análise dos dados do *Grupo CCA 3*, vale mencionar, pelo que temos visto até aqui por meio das materializações linguísticas apresentadas, que essa generalização também se aplica aos demais grupos sobre os quais já discorremos. A figura ilustra, ainda, por meio da seta, o fato de que a primeira parte do par correlato perfila, além da segunda parte do par, o vínculo que há entre as duas estruturas.

O vínculo de composição entre as partes que formam a CCA representa um grau máximo de generalização da construção. Ademais, essa relação de composição apresenta, na verdade, um todo amalgamado e, portanto, rotinizado linguisticamente ou cognitivamente entrincheirado (cf. KEMMER, 2003). A esse respeito, Langacker (2004, p. 49) disserta que

[n]a GC, o que conta como “sistema linguístico” é delimitado pelos fatores duais de *entrincheiramento* e de *convencionalização* psicológica dentro de uma comunidade de fala. Uma estrutura linguística é razoavelmente considerada parte de uma “língua” na medida em que os falantes a aprendem e podem usá-la como uma *unidade* pré-emballada (uma rotina cognitiva estabelecida), e podem contar com os outros falantes conhecendo-a também. Pela razão de tanto o entrincheiramento

quanto a convencionalização serem questões de grau, não devemos esperar encontrar uma linha de demarcação forte e rígida (LANGACKER, 2004, p. 49)⁶⁷

Composicionalmente, a CCA é uma construção composta por dois blocos informacionais que dialogam entre si. Isso se comprova devido ao fato de que, (i) em termos sintáticos, é a prótase que dispara, impulsiona, alavanca a apódase; (ii) em termos semântico-pragmáticos, a proposição contida na apódase somente se estabelece como uma verdade nova se levado em consideração que a proposição contida na prótase é algo já dado. Sendo assim, a proposição da apódase é algo estabelecido como verdade velha no *ground* e, mais precisamente, no EDC em que a CCA é consubstanciada.

Algo que vale ressaltar, neste ponto do trabalho, é o fato de que, nos dados, ainda que sutilmente, podemos perceber diferentes matizes semânticos para o emprego do “mas” e do “como” no interior estrutura da CCA. Em contrapartida admitimos que diferentes usuários possuem modos muito distintos de usar a língua. Tais usos refletem, na realidade, diferenças pontuais e individuais no conhecimento linguístico (cf. HILPERT, 2014).

Nesse sentido, assumimos que todos os tipos de construções apresentam variação (cf. HILPERT, 2014). Do mesmo modo, reconhecemos que os usuários de uma língua sabem que uma construção pode se estabelecer, em termos formais, de maneiras variadas, e sabem também que a construção carrega em si o potencial de ter uma gama de sentidos. Quanto ao que entedemos como variação, apoiamo-nos em Hilpert (2014, p. 195), quando o estudioso discorre que

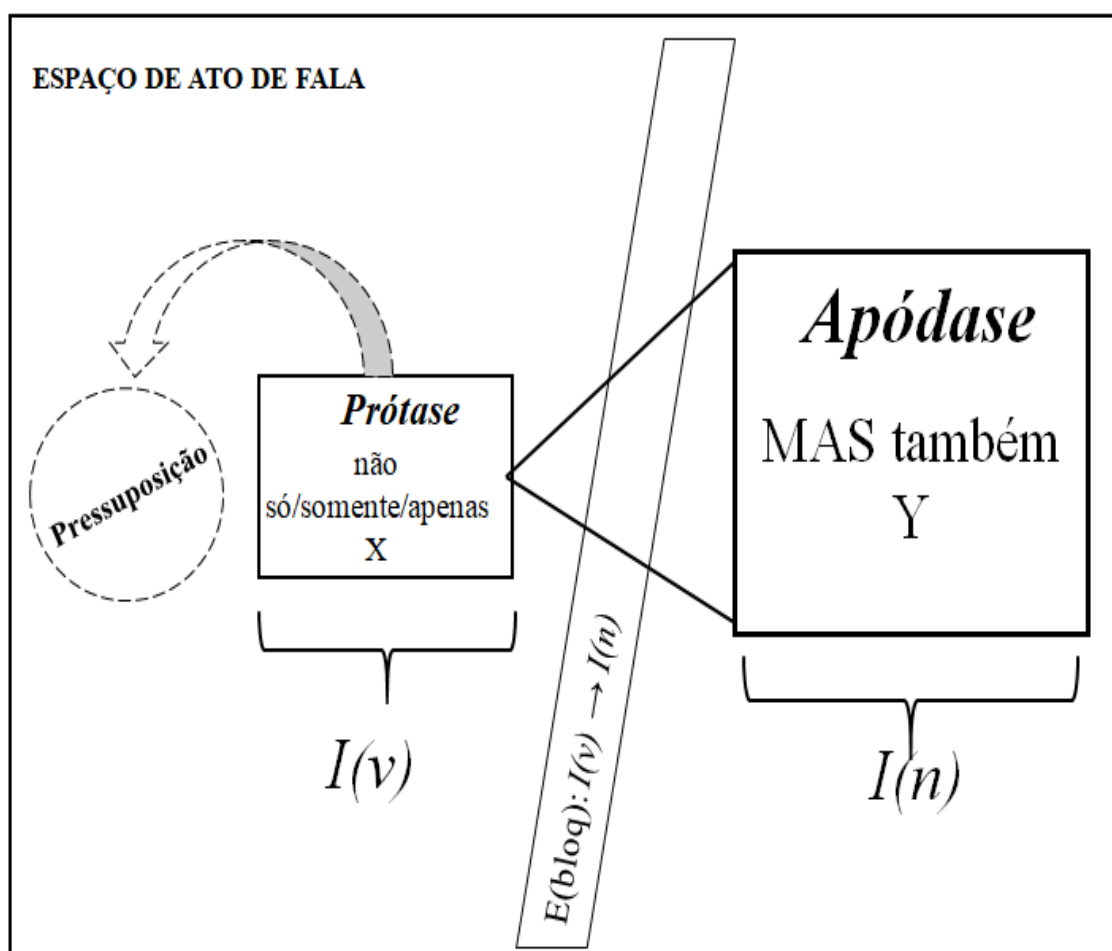
[o]s falantes usam formas linguísticas de maneiras diferentes e, com o tempo, variantes que atraem outros falantes tendem a proliferar. O apelo de uma variante pode ser devido a qualidades intrínsecas, como a sua utilidade ou facilidade de produção ou processamento, ou pode ser devido a razões extrínsecas, como o prestígio social dos oradores que começaram a usá-lo, ou a natureza do ideia que descreve (HILPERT, 2014, p. 195)⁶⁸.

⁶⁷In CG, what counts as the “linguistic system” is delimited by the dual factors of psychological *entrenchment* and *conventionalization* within a speech community. A linguistic structure is reasonably considered part of a “language” to the extent that speakers learn it and can use it as a prepackaged *unit* (an established cognitive routine), and can count on other speakers knowing it as well. Because both entrenchment and conventionalization are matters of degree, we should not expect to find a sharp and rigid line of demarcation.

⁶⁸Speakers use linguistic forms in different ways, and over time, variants that appeal to other speakers tend to proliferate. The appeal of a variant may be due to intrinsic qualities, such as its usefulness or ease of production or processing, or it may be due to extrinsic reasons, such as the social prestige of the speakers that started using it, or the nature of the idea it describes (HILPERT, 2014, p. 195).

Assim, os usuários podem tornar uma construção com novo sentido que é uma extensão de uma construção mais antiga. Podem também usar a construção em uma nova forma que seja uma variante alterada de uma forma mais antiga (cf. HILPERT, 2014). Nos usos da CCA, de um lado, notamos, nos dados em que o opositor “mas” se manifesta, uma espécie de refutação de possíveis vínculos da apódase com elementos contidos na prótase; por outro lado, nos dados em que o comparador “como” se faz presente, percebemos certo encadeamento que permite uma nuance de comparação entre algo contido na informação da apódase com algum elemento integrante da prótase. Observemos:

Figura 9 – Processamento cognitivo da relação prótase-apódase-MAS



Fonte: O autor, 2019.

A figura 9 ilustra o modo como acreditamos que se dá o processamento cognitivo para a apreensão da CCA com a apódase composta por “mas” de uma maneira geral, o que inclui também os dados dos grupos CCA 1 e CCA 2. Detalhadamente, a ilustração, que retrata a

existência de minimização e hierarquização temática entre os enunciados veiculados nas partes da estrutura correlata aditiva e seu apoio em referências situacionais – pontos já apontados em Gervasio (2016b) – traz, também, a representação de um espaço de bloqueio para a relação $I(v) \rightarrow I(n)$, em outras palavras, *Informação_(velha)* projeta *Informação_(nova)*, encetado pelo emprego do “mas”.

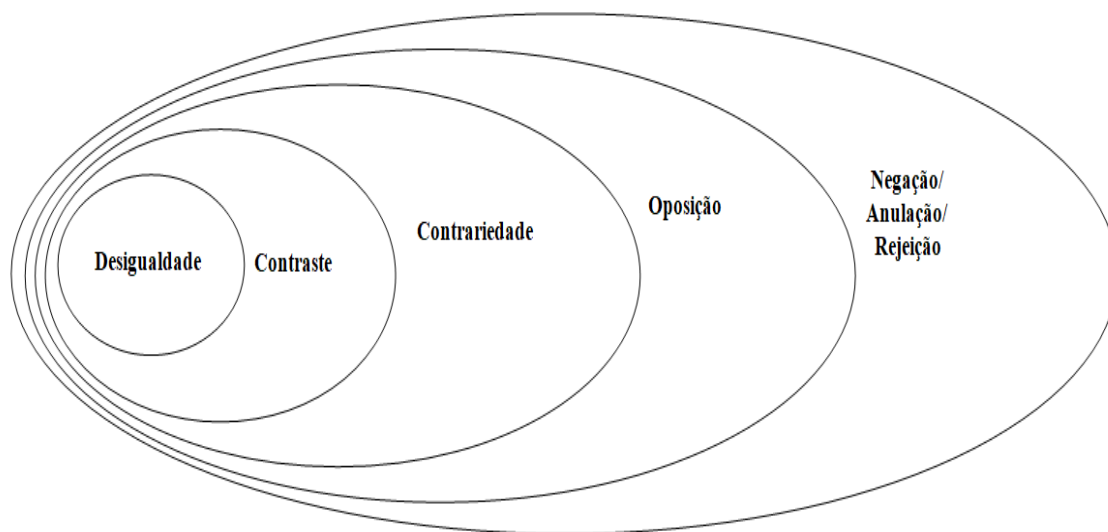
Na figura 9, vemos, então, um espaço indicador da ruptura de traços entre os elementos contidos nos enunciados na relação prótase-apódase – ou na relação: “a prótase impulsiona a apódase”, $I(v) \rightarrow I(n)$. O espaço de bloqueio, E(bloq), impede, na asserção pragmática, o compartilhamento de traços com a informação precedente, isto é, com a pressuposição pragmática. A impossibilidade em questão é representada na figura pela expressão formulaica como E(bloq): $I(v) \rightarrow I(n)$.

Consoante Neves (1924, p. 23), ao observarmos o “mas”, devemos considerar que

[é] todo o conjunto coordenado que pesa na avaliação. E, assim, é geralmente com zonas nebulosas de interferência que, no exame das implicações semânticas existentes entre os segmentos coordenados por *mas*, se passa de uma desigualdade pouco caracterizada, para o contraste, a contrariedade, e se chega à oposição, à negação, à anulação, à rejeição. Essa desigualdade se registra segundo várias escalas (diferença de natureza, de direção, de grau em uma mesma direção), e pode, ainda, ligar-se a variáveis, como por exemplo, o tempo. A rejeição, a anulação, a negação, por sua vez, podem seguir-se e ou não de substituição ou recolocação.

Desse modo, segundo a autora citada, há um caráter gradual de “mas”, o qual só se torna passível de interpretação nos variados contextos de uso da língua. Acreditamos que a escala do “mas” proposta por Neves (1984) poderia ser representada, em termos de categorização (cf. ROSCH, 1976; 1978), pela configuração radial a seguir:

Figura10 – Categoria radial dos usos de “mas” a partir de Neves (1984)



Fonte: O autor, 2019.

Posto isso, com base em Neves (1984) e na figura 10, por nós elaborada, podemos afirmar que é o conector “mas” o responsável, na apódase da CCA em que vigora, por agir como um gatilho que ativa, na mente do conceptualizador, a ação de reenquadre da cena discursiva. Ainda no que tange ao “mas”, Neves (1984, p. 39) alega que

[p]ode-se afirmar que a sequência de argumentos de direções opostas é o contexto típico *domas*. Operador de pesagem de diferenças, *omas* bloqueia a coordenação neutra de elementos. O segundo segmento é acréscimo ao primeiro, mas não há adição de termos, não há a associação de elementos no que seria uma classe comum. (...). Os segmentos que *omas* coordena, pesando-lhes as desigualdades, devem revestir-se de significação predicativa, para que se estabeleça o cotejo. Ao mesmo tempo que registra uma primeira asseveração, para associá-la a uma segunda, o *mas* discrimina-as, pelo estabelecimento de uma desigualdade, e mantém a segunda.

Na apódase, temos a introdução de um argumento que, reforçado pelo “mas”, contesta o argumento anterior, contido na prótase, recolocando-o discursivamente. Desse modo, o “mas” possibilita que haja, em linhas gerais, uma espécie de rompimento de traços pertencentes à informação nova com traços pertinentes à informação antecessora.

Isso acontece porque, cognitivamente, o “mas” possibilita um deslocamento de *frame* (*frame shifting*) ou reenquadre (COULSON, 2001). Esse reenquadre possibilita ativações de *frames* que se mostram como constituintes centrais na produção de sentido da construção inserida no ato de fala.

Assim, esses enquadres, os quais se dão *online*, no discurso, em geral, são acionados de maneira integrada, como visto na figura 5, por meio de projeções mentais concebidas pelo conceptualizador. Com base nisso, acreditamos que o “mas”, na apódase, funciona também como o construtor de um espaço de ruptura com a relação ao *frame* ou MCI anterior. Vejamos:

(29) Só não entendem os políticos, magistrados e intelectuais que raciocinam em bloco e aparecem na mídia ensinando como funciona o mundo. Na verdade, não querem entender. O que eles querem, isto sim, é impedir que os homens públicos corram o risco de ir para a cadeia — e **não apenas** por corrupção, como é normal esperar de um indivíduo que entra na vida política brasileira, **mas** por qualquer crime já concebido e praticado pelo ser humano desde que Caim matou Abel. (05/2018)

Em (29), percebemos que, ao utilizar o “mas” na apódase da CCA, o editorialista conduz o falante a ativar outros enquadres em sua memória para aceitação de sua tese (cf. MARMARIDOU, 2000). O usuário introduz o “mas” para fazer, nesse caso, com que o conceptualizador desloque seu enquadre a respeito do que ele compreende, com base MCI de POLÍTICA NO BRASIL, como corrupção, para um reenquadre mais amplo a respeito do tema.

Após deslocar *frames* no armazenamento de sua memória, reenquadrando a cena como todo, o conceptualizador de (29) tem sua visão ampliada a ponto de abrigar como verdadeira acrílica o fato de que, no percurso histórico do Brasil, pessoas públicas sempre ficaram impunes perante as leis. Também, ao aceitar a asserção pragmática presente na apódase, o leitor de (29), com base em seu conhecimento de mundo, conceptualiza, em sua totalidade, ametáfora conceptual⁶⁹ POLÍTICA É CORRUPÇÃO. A metáfora em questão é subjacente aos conteúdos dos *slots* de tanto da prótase quanto da apódase de (29), ou seja, faz parte tanto da pressuposição pragmática quanto da asserção pragmática da instanciação.

Notemos, agora, (30):

⁶⁹Segundo os estudiosos, na Teoria da Metáfora Conceptual, a metáfora compreenderia em experienciar algo e não simplesmente dizer uma coisa em termos de outra como se pensava anteriormente (cf. LAKOFF; JOHNSON, 1980). Por conseguinte, os autores, com a obra *Metaphors we live by* (1980), comprovam que a metáfora é, na verdade, um elemento essencial de apreensão da experiência do homem com o mundo. A metáfora conceptual, por ser uma propriedade do pensamento, pode ser compreendida como uma projeção – ou mapeamento – em que dois domínios são comparados e um deles é conceptualizado. Sinteticamente, a metáfora conceptual pode ser compreendida como um mapeamento entre dois domínios conceptuais com traços similares. Esses domínios são responsáveis por estruturar nosso modo de pensar, de experienciar o mundo e, também, o nosso uso da linguagem (LAKOFF; JOHNSON, 1980(2002); LAKOFF; JOHNSON, 1999; KOVECSES, 2006).

- (30) Ex-relator da CPI dos Correios, que comprovou o mensalão, Osmar Serraglio (PMDB-PR) foi eleito para a comissão especial do impeachment. O deputado defende o impedimento de Dilma Rousseff **não apenas** em razão das pedaladas e dos decretos que aumentaram gastos sem a autorização do Congresso, **mas também** devido à nomeação de seu ex-tesoureiro Edinho Silva para ministro da Secom [Secretaria Especial de Comunicação Social]. (12/2015)

Ao observarmos (30), percebemos que o “mas” age com refutação de elementos da informação velha para então inclusão, reforçada, em alguns casos, por “também”, como se tem no dado em questão, da informação nova. Ao mesmo tempo, o “mas” auxilia no ajuste de foco (cf. VELOZO, 2015), o qual, em (24), diz respeito à ação da Presidente Dilma Rousseff nomear ex-tesoureiro para o cargo de ministro em determinado momento de seu. A respeito do foco, Bernardo (2002, p. 35) disserta que

[c]onstruto em que a sentença é contextualizada, o Foco é o espaço em que se concentra a atenção do falante. A apreensão dos deslocamentos de Foco durante a produção de um discurso é um dos aspectos mais difíceis da contextualização, pois o caminho percorrido por esse primitivo parece envolver uma gama de fatores pouco compreendidos. O Foco pode ser caracterizado como: (i) o espaço mais ativo; (ii) aquele que deixa algumas pistas consistentes para sua identificação nas sentenças, como marcadores, por exemplo; e (iii) o espaço no qual a sentença de um discurso torna-se *comunicativamente funcional* (Dinsmore, 1991, p. 125). Tais fatores, de natureza pragmática e gramatical, auxiliam na identificação do Foco. (BERNARDO, 2002, p. 35).

Nesse sentido, com base em Bernardo (2002), podemos observar que, na CCA, o “mas” funciona como uma pista consistente para a identificação da proposição que necessita ser enfocada para que a comunicação se torne efetiva. Em outras palavras, entre outros fatores, o “mas” alerta o conceptualizador com relação à informação que merece ganhar relevo dentro do “pacote informacional” articulado pela CCA, ou seja, o “mas” auxilia na focalização, nesse caso, da asserção pragmática.

Observemos, na sequência, as materializações (31) e (32):

- (31) Em seguida, falaram o economista Samuel Pêsoa e o sociólogo Demétrio Magnoli. Pêsoa analisou os efeitos da crise político-econômica gestada pelo governo do PT, que gerou a maior perda de PIB per capita do país dos últimos 120 anos. “No fim de 2017, o PIB per capita vai ser 10% menor do que era em 2013. É o número de um país que passou por uma guerra”, disse Pêsoa, que é pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV). Ele ressaltou que o atraso decorreu **não apenas** da corrupção, mas de erros sucessivos de diagnóstico e de execução sobre **como** estimular o desenvolvimento do país. Segundo Pêsoa, para o Brasil se preparar para o novo, deverá se dedicar à melhora do ensino. “Colocamos as crianças na escola, mas não conseguimos fazer com que elas tenham um aprendizado de qualidade”, destacou. (06/2017)

(32) Os dois delatores entregaram ao Ministério Público e à Polícia Federal planilhas com os nomes de doleiros, seus apelidos, seus clientes e os valores das operações. Nesses papéis, que desnudam apenas parte do esquema, há o registro da movimentação de 5,8 bilhões de reais, nos últimos seis anos, em transações ilegais. Os doleiros teriam atuado em 52 países. O material em posse das autoridades pode **não apenas** revelar esquemas desconhecidos **como** reabrir a apuração de outras investigações que, por decisão judicial, não puderam seguir adiante. (05/2018)

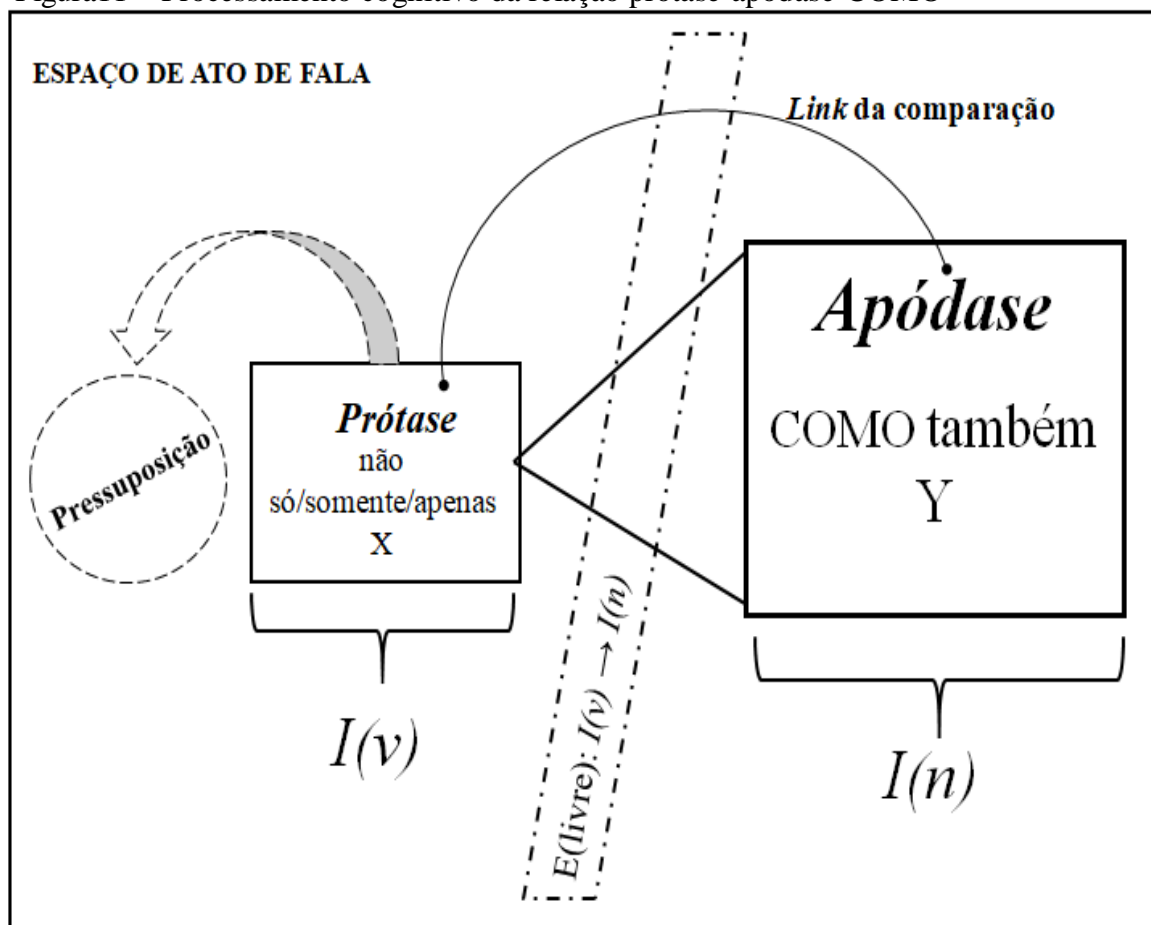
Tanto em (31) quanto em (32), ao empregar o “como” na apódase da CCA em detrimento do “mas”, o editorialista tem por intento comunicativo conduzir o conceptualizador a quem o enunciado se destina a acreditar que partilha da informação presumida a respeito dos traços de similaridade entre os componentes integrantes dos *slots* da CCA. Com relação ao elemento “como”, devemos nos atentar para o fato de que

[L]evando em conta a origem do aproximador como no marcador de comparação, a função diretamente derivada da aproximação semântica que indica um relaxamento do conteúdo semântico da unidade lexical modificada por semelhança é óbvia⁷⁰. (MIHATSCH, 2010, p. 189)

Assim, utilizando o “como”, o articulista pode estar verdadeiramente crendo – ou querendo fazer crer – que tais traços suscetíveis à aproximação semântica são de conhecimento mútuo no *ground* e, portanto, passíveis de ser articulados também por meio do aproximador em questão. Vejamos, então, como cremos que ocorre o processamento cognitivo para apreensão da CCA com a apódase composta por “como”:

⁷⁰Tomando en cuenta el origen del aproximador como en el marcador de comparación es obvia la función directamente derivada de la aproximación semántica que indica una flexibilización del contenido semántico de la unidad léxica modificada mediante la similaridad.

Figura 11 – Processamento cognitivo da relação prótase-apódase-COMO



Fonte: O autor, 2019.

Vemos, na figura 11, para além de traços próprios da CCA, os quais já foram apresentados na descrição da figura 9, um espaço aberto para a projeção dos elementos que possibilitam a comparação. Tal projeção pode ser representada pela expressão $E(\text{livre}): I(v) \rightarrow I(n)$.

Na figura 9, observamos, então, que o elemento “como” possibilita a aproximação entre os elementos vigentes nas proposições dos *slots* da construção. Assim, percebemos que em casos de CCA com a apódase composta por “como”, o novo é, de certa maneira, comparado ao velho, isto é, elementos/ traços do novo possibilitam a comparação com elementos/ traços do velho.

Em outras palavras, nos pares do tipo “Não só/somente/apenas... *como* (também)”, devido à presença do aproximador “como”, o falante/escritor atenua, de algum modo, a força ilocucionária já presente no próprio emprego da CCA, como já afirmamos anteriormente. Vale ressaltar que essa atenuação ocorre no momento de persuasão de seu ouvinte/leitor a respeito de uma temática já circundante no *ground*.

Isso se torna viável em razão de que, ao contrário do que acontece nos pares do tipo “não só/somente/apenas... *mas* (também)”, em que o “mas” rompe com traços de similaridade entre os conteúdos das proposições, para então substituí-los, nas apódases com “como”, há um compartilhamento parcial desses traços de similaridade. É esse compartilhamento que aproxima os conteúdos das proposições e lança, no plano discursivo, uma atenuação que se desencadeia, no plano cognitivo, como um fator para maior aceitação como sendo verdadeira a asserção pragmática, isto é, a informação nova. O uso do “como” na apódase da CCA em detrimento do “mas” pode encontrar justificativa no fato que

[n]a conversação normal e séria, cujo principal objetivo é a troca de informações ou o desenvolvimento racional de uma argumentação, o que é pressuposto pelo falante geralmente não causa problemas, já que as pressuposições coincidem com as crenças comuns ou com o conhecimento presumido como comum. As dificuldades surgem em contextos em que haja outros interesses além da comunicação, como o de ser polido, discreto, diplomático, amável, ou simplesmente o de estabelece ou manter a comunicação. (KOCH, 2002, p. 66)

Posto isso, com base nas CCAs materializadas em (31) e (32), notamos que os traços dos elementos presentes nas proposições, os quais estão sendo aproximados pelo emprego do “como”, são apresentados pelo articulista aos leitores da *Veja* como se tais traços já fizessem parte do *common ground*, ou seja, como informações que funcionam como plano de fundo presumidocomum aos atores da cena discursiva (STALNAKER, 2002, p. 701). A respeito do *common ground*, Stalnaker (1973, p. 448) disserta que

[e]sse pano de fundo de conhecimento ou crenças supostamente compartilhadas pelo falante e seu público constituem os pressupostos que definem o contexto. Uma definição aproximada pode ser algo assim: *um falante pressupõe que P em um dado momento em uma conversa, apenas no caso de ele estar disposto a agir, em seu comportamento linguístico, como se tomasse a verdade de P como certa, e como se ele assumisse que seu público reconhecesse que ele está fazendo isso*⁷¹.

Desse modo, nas apódases em que figura, “como” funciona como aproximador de similitudes e, ao mesmo tempo, como atenuador de força ilocucionária. Acreditamos, sinteticamente, que esse “aproximador atenuador” desempenha, de fato, na cognição, a função de reforço pragmático com vistas a uma maior aceitação dos conteúdos por parte do

⁷¹This background of knowledge or beliefs purportedly shared by the speaker and his audience constitute the presuppositions which define the context. A rough definition might go something like this: *A speaker presupposes that P at a given moment in a conversation just in case he is disposed to act, in his linguistic behavior, as if he takes the truth of P for granted, and as if he assumes that his audience recognizes that he is doing so.*

conceptualizador. Também Dancygier (2017, p. 18), no tocante ao *common ground* (*ground* comum), assevera que ele

[i]nclui tantos diferentes aspectos da comunicação, a ponto de se tornar, como o contexto, muito geral para ser útil em instâncias específicas. Inclui elementos tão específicos como participantes co-presentes e objetos, mas também elementos tão gerais quanto a identidade sociocultural. O conceito fornece um importante suporte em que várias questões perspectivas podem ser reunidas, mas é menos útil na contabilização de instâncias em que o ambiente compartilhado ou linguístico existente o contexto é desconsiderado por razões de ponto de vista ou explicitamente rejeitado (DANCYGIER, 2017, p. 18)⁷².

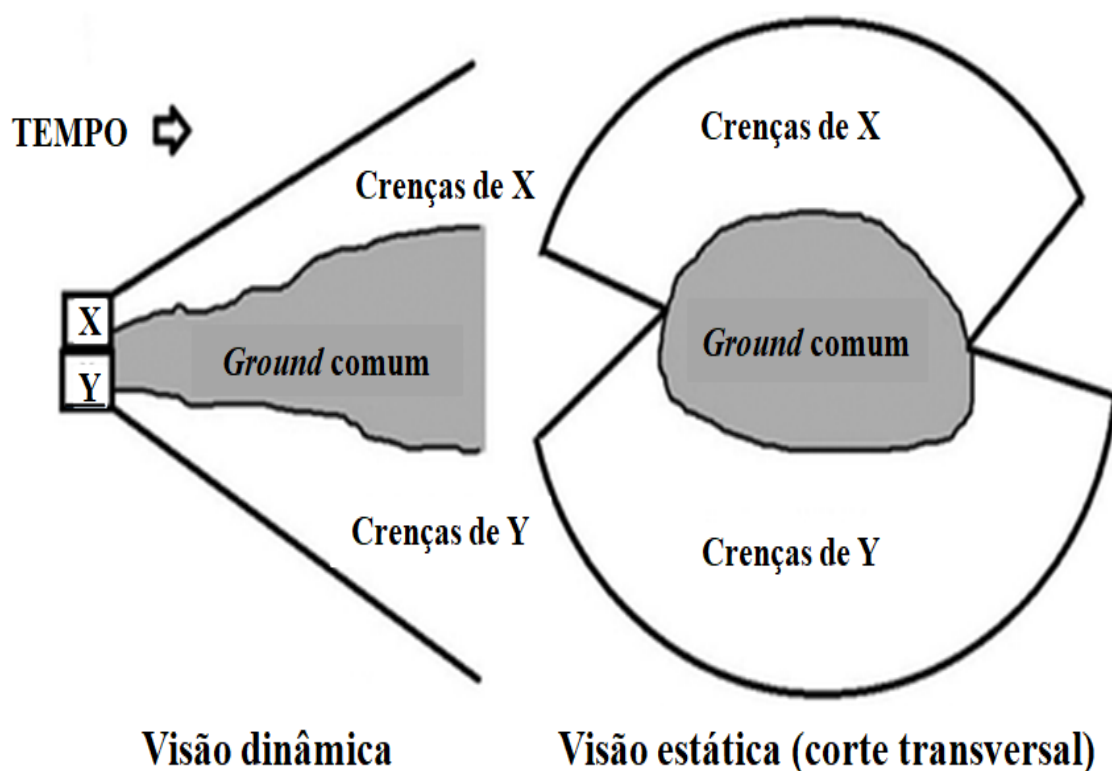
Vale mencionarmos que, consoante Dancygier (2017, p. 19), os pontos de vista podem ser acionados por meio de escolhas gramaticais, lexicais, construcionais. Além disso, podem ser ativados por meio de elementos do discurso, os quais, por sua vez, são incorporados ao EDC advindos de outros contextos discursivos.

Nesse sentido, sentenças formulaicas também podem ser processadas sob a ótica do estudo do ponto de vista. Nossa pesquisa a respeito da CCA vem mostrando, portanto, que ferramentas de interpretação semântico-pragmática não podem estar restritas a sentenças, devendo, pois, ser observadas tomando por base o *common ground*.

Vejamos, pois, na figura 11, adaptada de Allan (2003), como se constitui o *common ground* na comunicação:

⁷²Similar criticism applies to the concept of “common ground”, which includes so many different aspects of communication as to become, like context, too general to be useful in specific instances. It includes elements as specific as co-present participants and objects, but also elements as general as sociocultural identity. The concept does provide an important bracket in which various perspectival issues can be brought together, but it is less helpful in accounting for instances where the existing shared environment or linguistic context is disregarded for viewpoint reasons or explicitly rejected.

Figura 12 – Esboço simplificado de um *ground* comum entre X e Y



Fonte: Allan, 2013 (adaptado).

Ao observarmos a figura 12, analisando-a com base a instanciação em (32), temos algo como o editorialista X, com suas crenças, elabora seu discurso a respeito da movimentação financeira por parte de doleiros em diversos países do mundo e o direciona para o leitor Y, que o lê, tendo também suas crenças. Na interação, tudo isso se dá no momento de enunciação, representado pelo elemento “tempo”.

Na realidade, para que a compreensão das proposições veiculadas na CCA se efetive, não só discursivamente, mas também pragmaticamente, o conceptualizador necessita acreditar que há uma base na qual essas proposições podem se ancorar no plano social. Assim, a fim de que seu discurso se estabeleça da maneira esperada,

[o] falante projeta sua enunciação de tal maneira que ele tenha boas razões para acreditar que os destinatários podem prontamente e unicamente calcular o que ele

quis dizer com base no enunciado, juntamente com o resto do seu *common ground*.⁷³(CLARK; SCHREUDER; BUTTERICK, 1983, p. 246)

Portanto, das crenças de ambos os interlocutores, para que o intento comunicativo do usuário responsável pela elaboração do enunciado apresentado em (32) seja devidamente alcançado, faz-se necessário que existam crenças comuns. Tais crenças comuns ficam alojadas no *common ground*, como o fato, em (32), de que há muito que se descobrir a respeito da vida financeira dos doleiros e daqueles que com eles se envolvem.

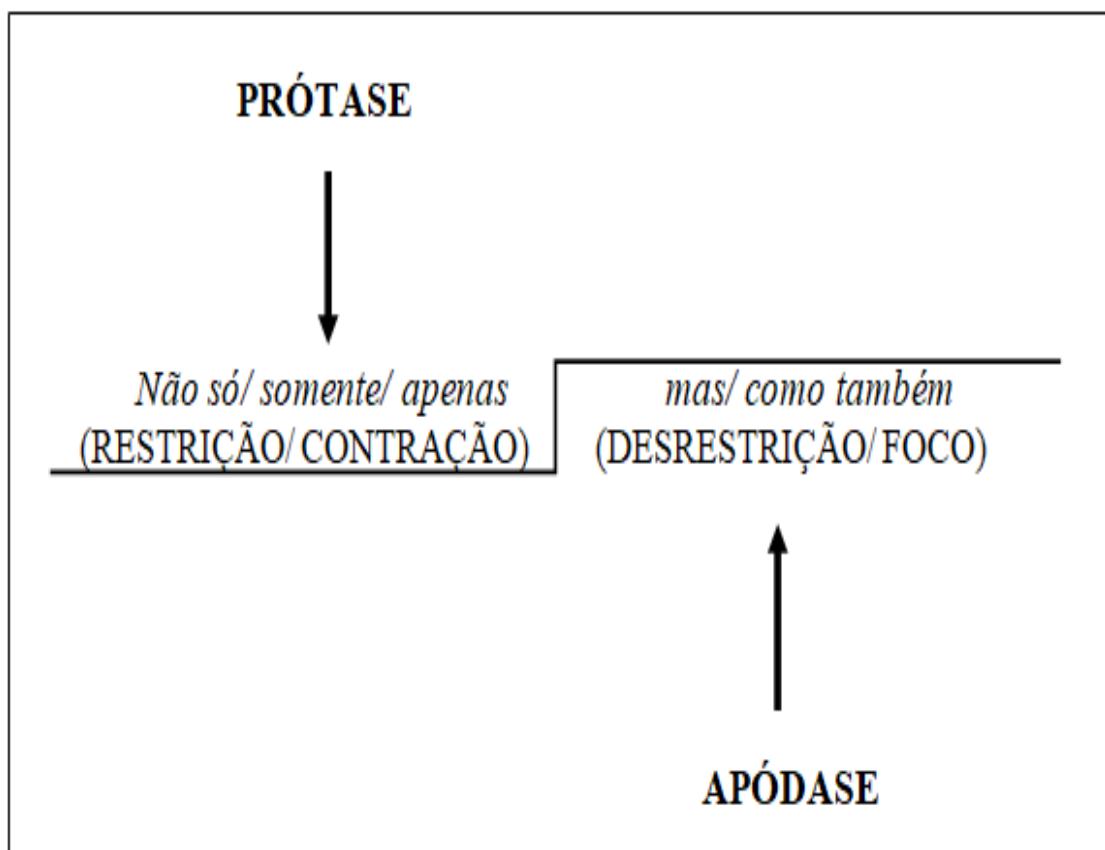
Observemos, neste ponto, a instanciação (33):

(33) O Palácio do Planalto não tem do que reclamar. Mais de uma vez, o presidente Temer disse que, na falta de apoio popular ao seu governo, preferia dedicar toda sua atenção e energia aos deputados e senadores, que, em última instância, são quem segura a cabeça presidencial sobre o pescoço. Ao virar as costas para a opinião pública, Temer **não apenas** amarga níveis pedestres de apoio, **mas** profunda sua impopularidade até com medidas que, analisadas com mais vagar, nem mereceriam tamanha rejeição. (09/2017)

Na modalidade oral, a entonação crescente na apódase – decorrente da própria relação prótase-apódase – atua como uma pista fonológica (SHINZATO, 2015, p. 170) para o conceptualizador. Essa pista acaba sendo uma verdadeira evidência pragmática e interpretativa para o sujeito cognoscente sobre como o enunciado deve ser compreendido em relação ao enunciado precedente.

⁷³The speaker designs his utterance in such a way that he has good reason to believe that the addressees can readily and uniquely compute what he meant on the basis of the utterance along with the rest of their common ground.

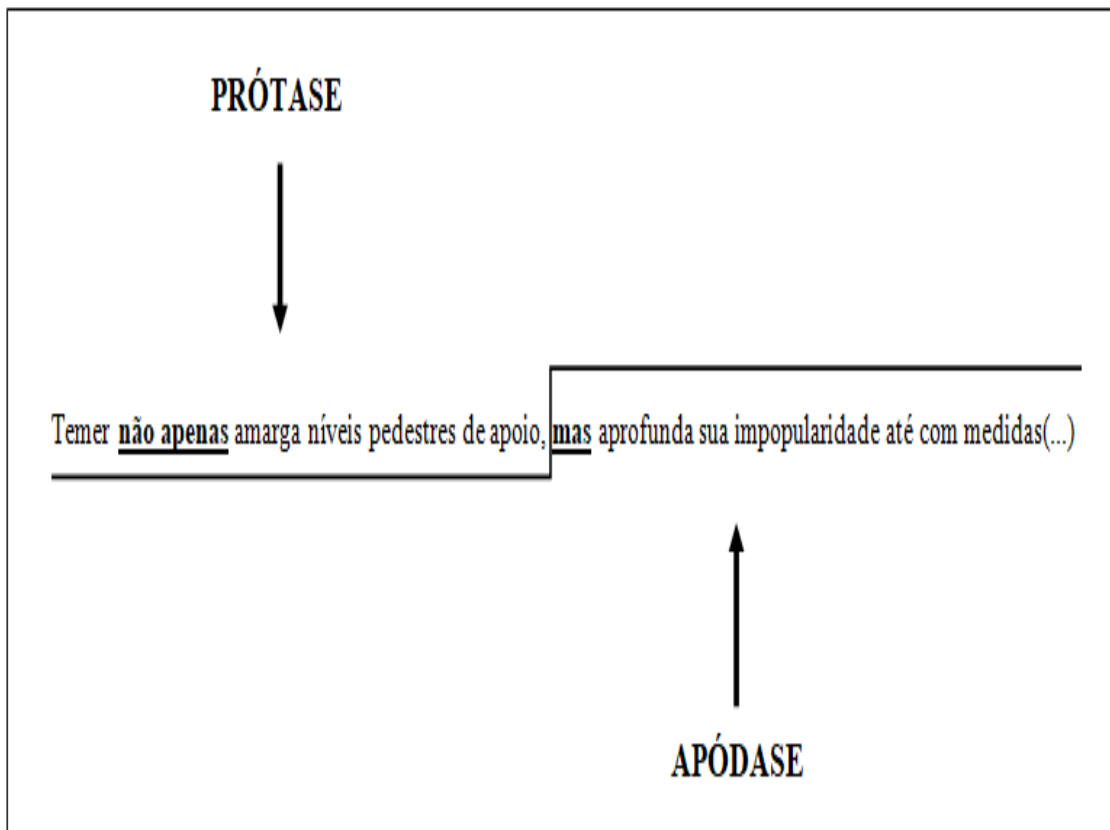
Figura 13 – Representação prosódica da relação prótase-apódase



Fonte: O autor, 2019.

Wilde (2008, p. 336), em sua tese que propõe um esboço da fonologia e da gramática do Rājbandhi, língua falada em alguns países do continente asiático, ao analisar cláusulas condicionais, sugere que há, na relação prótase-apódase, uma variação de aumento tonal (*rising intonation*) na prolação da apódase em comparação à prótase. Embora nosso trabalho não se configure como um estudo que inclua aspectos prosódicos, vale mencionar que acreditamos que o mesmo fenômeno fonológico descrito por Wilde (2008) aconteça na relação prótase-apódase durante a prolação da CCA. A nosso ver, esse fato, tomando por base a materialização linguística (33), poderia ser ilustrado, tomando por base Prator e Robinett (1985), da seguinte forma:

Figura 14 – Representação prosódica da relação prótase-apódase com base em (33):



Fonte: O autor, 2019.

Como se observa na figura 14, o foco da informação incide sobre a proeminência linguística, sobretudo, por meio de algum tipo de destaque prosódico, tendo em vista que constitui a predicação principal da sentença. Um determinado elemento componente de um enunciado pode receber relevo em virtude do fato de o usuário da língua pensar que a atenção de seu interlocutor não está focada nesse elemento, o que não atenderia, portanto, a seus intentos discursivos.

Todas as sentenças possuem um foco da informação, o qual atua como parte essencial da função das sentenças no processamento da informação (GUNDEL, 1999). A associação entre proeminência prosódica e foco tem se mostrado aparente em diversas línguas, de acordo com estudos tipológicos. Acredita-se, ainda, que esse seja um traço universal (GUNDEL; FRETHEIM, 2006, p. 183). Com base nos autores nos quais fundamentamos nosso trabalho (LAMBRECHT, 1994; MARMARIDOU, 2000; LAMBRECHT, 2008), afirmamos que a apódase constitui, na CCA, o foco e, portanto, a parte veiculadora da asserção pragmática.

No que diz respeito à realização formal do foco, Lambrecht (1994, p. 213) assevera que, em geral, não há correspondência convencionalizada entre o sentido pragmático e a forma sintática, a não ser por causa da prosódia da sentença, ou seja, pela localização do acento da sentença, podendo modular a interpretação do que constitua o foco de uma determinada sentença. A figura 14 deixa claro, portanto, que o foco se define como a distinção entre o que é pragmaticamente pressuposto e o que é pragmaticamente assertado.

Da mesma maneira, sentimo-nos confortáveis para acreditar que um falante do PB, ao proferir o dado (33), o faria de modo que, numa representação, tal como ilustramos na figura 13, o contorno melódico se alterasse de forma crescente após a prótase. Justificativa para isso pode encontrada em Prator e Robinett (1985, p. 85), quando os autores, ao discorrerem sobre a relação existente entre entonação e foco, defendem que, num discurso, “a atenção é enfocada em um dos elementos de um grupo de pensamento usando uma nota alta e fazendo com que a voz suba (...)”.⁷⁴

Sendo assim, os autores citados defendem a premissa da entonação como uma das estratégias existentes na língua para demarcar o foco da atenção numa dada asserção. Encontramos apoio, também, no fato de que, em termos discursivo-pragmáticos, a produção de sentido não depende somente do conteúdo lexical, mas também de uma correspondência entre fatores internos e externos ao contexto de uso da língua (cf. SPERBER; WILSON, 1995; WICHIMANN, 2005).

Na sequência, (34):

(34) Uma equipe de especialistas analisou esse montante e, na última exclusão, identificaram os pacientes que desenvolveriam a doença tardiamente ou que apresentavam sintomas tão leves que não eram facilmente rastreados e relacionados à doença: o resultado da triagem foi um seleto grupo de 13 indivíduos resistentes a oito doenças, os “super-heróis”. Contudo, esses 13 super-humanos cadastrados nos bancos genéticos são anônimos – e nem eles sabem que possuem um genoma tão peculiar. Sem o contato pós-pesquisa, será impossível afirmar quais mecanismos o organismo dessas pessoas utiliza para ser tão bem-sucedido no combate às doenças. Para solucionar essa questão, o segundo passo da pesquisa será replicar o estudo com o dobro de voluntários – desta vez, eles **não** vão analisar **apenas** doenças hereditárias severas, **mas também** incluir Alzheimer e Parkinson. (04/2016)

Na estrutura informacional que compõe (34), o argumento mais forte, trazido à direita do “contudo”, operador argumentativo de contraposição, no plano discursivo, quebra uma possível expectativa construída pelo leitor com relação ao conteúdo informacional

⁷⁴ “attention is focused on one of the elements in a thought group by using only one high note, na by making the voice rise on (...)”.

apresentado, em partes anteriores do texto, sobre o que se poderia pensar como um benefício da saúde próprio de um grupo de seres humanos com traços genéticos específicos (cf. DUCROT, 1982; LAMBRECHT, 1994). De algum modo, ao iniciar seu período por “contudo” e, assim, gerar uma ressalva – ou mesmo uma refutação da ideia anterior –, o articulista torna-se capaz de vencer o argumento anterior sobre o fato de 13 indivíduos serem resistentes a oito doenças. Isso comprova, com seus argumentos à direita do operador argumentativo, que, por serem anônimos, os próprios “super-heróis” envolvidos na pesquisa não se reconhecem como portadores de tal capacidade.

Além disso, reforçando a argumentação já introduzida anteriormente por “contudo”, introduz-se, no discurso, a pressuposição pragmática e a asserção pragmática encabeçadas pelos correlatores da CCA. Seu aparecimento de maneira subsequente ao operador argumentativo de contraposição confirma nossa hipótese de que CCA atua argumentativamente no direcionamento das informações (cf. GERVASIO, 2016b).

Observando, ainda, a materialização exposta em (34), atestamos que o sentido, realmente, se constrói na interação (cf. DUCROT, 1987). Segundo o autor (*op. cit.*, 1987, p. 137), “o sentido é algo que se comunica ao interlocutor”, visto que, em sentido pragmático, ao interagir, o usuário da língua realiza atos e os faz fornecendo um saber ao seu interlocutor.

Também Ducrot (1987, p. 173), ao dissertar sobre o que seria uma proposta de descrição semântico-argumentativa, discorre a respeito do efeito de restrição sobre o potencial argumentativo dos eventuais enunciados em que termos como “quase”, “apenas”, “pouco”, “um pouco”, entre outros vigoram. O mesmo podemos constatar ao analisarmos (34), bem como as demais as instanciações pertencentes ao grupo que intitulamos *Grupo CCA 3*, em que a prótase apresenta o vocábulo “apenas” em sua composição. Vale ressaltar que notamos, também, o efeito de restrição nos dados tanto no *Grupo CCA 1* quanto no *Grupo CCA 2*, com as prótases compostas por “só” e “somente”, respectivamente. Isso aponta, de certo modo, para a não existência de diferenças substanciais de sentido entre os grupos.

Dado (35):

- (35) Quando lançou sua campanha para a Casa Branca, Trump aproveitou-se ainda de sua fama por ter estrelado o programa de televisão *O Aprendiz*, em que exibia suas técnicas a candidatos que sonhavam um dia poder trabalhar em uma de suas empresas. Seu tino para os negócios, que ele registrou no livro *A Arte da Negociação*, **não apenas** seria capaz de colocar a economia americana de volta nos trilhos **como** seria de imensa valia para lidar com outros líderes mundiais e para renegociar acordos, como o Tratado de Livre-Comércio da América do Norte, o Nafta (...). Esse mito do self-made man (o homem que se faz sozinho, em inglês) foi estraçalhado na semana passada. (10/2018)

Como já argumentamos, na arquitetura do modelo cognitivo de gramática, todas as unidades da língua são simbólicas. Sendo assim, uma língua possui estruturas semânticas, estruturas fonológicas e conexões simbólicas, as quais necessitam ser apreendidas pelo conceptualizador em dado discurso. Assim, em uma língua, há um equilíbrio entre o peso formal e a maneira como se dá a disposição das informações na superfície da sentença. Quanto a isso, Ward e Birner (2006, p. 158) sinalizam que

[m]uitas construções são sensíveis ao peso formal de seus constituintes. Ou seja, da mesma forma que informações mais informativas (isto é, mais recentes) tendem a aparecer mais tarde na sentença, componentes constituintes da mesma forma mais longos ou mais sintaticamente tendem a aparecer tardiamente na sentença. A correlação entre os dois, é claro, não é coincidência. As informações que foram previamente evocadas frequentemente podem ser identificadas com base em uma frase relativamente curta, com o caso limite sendo um pronome ou argumento nulo para informações altamente salientes; informação muito nova, de modo correspondente, requer uma realização linguística suficientemente longa ou complexa para permitir ao ouvinte construir um referente discursivo apropriado (WARD; BIRNER, 2006, p. 158)⁷⁵.

Nesse sentido, ao tomarmos o que é proposto em (35), quando se discorre sobre Trump, até então candidato à presidência dos Estados Unidos da América, tendo por pressuposto seu PERCURSO POLÍTICO, entendemos que a comunicação, para ser bem-sucedida, precisa estar balizada, em larga escala, na apresentação da informação de modo que os sujeitos de consciência consigam, facilmente, associar a asserção pragmática – a nova informação – a algo que eles já saibam (cf. HILPERT, 2014). Em (35), a CCA funciona justamente como um instrumento auxiliar da apresentação dos conteúdos na estrutura informacional.

A respeito disso, Hilpert (2014, p. 102) afirma que os “falantes escolherão dadas construções de estrutura informacional em um dado contexto de suas assunções do que o ouvinte já sabe, o que o falante pode inferir, e o que é completamente novo para o ouvinte”⁷⁶.

⁷⁵Many constructions are sensitive to the formal weight of their constituents. That is, just as more informative (i.e. newer) information tends to appear late in the sentence, likewise longer or more syntactically complex constituents tend to appear late in the sentence. The correlation between the two, of course, is not coincidental. Information that has been previously evoked can frequently be identified on the basis of a relatively short phrase, with the limiting case being a pronoun or null argument for highly salient information; brand-new information, correspondingly, requires a sufficiently long or complex linguistic realization to enable the hearer to construct an appropriate discourse referent (WARD; BIRNER, 2006, p. 158).

⁷⁶Speakers will choose a given information packaging constructions in a given situational context depending on their assumptions of what the hearer already knows, what the hearer may infer, and what is completely new to the hearer.

Quanto à construção, Hilpert (2014, p. 181) a sintetiza como “uma generalização que os falantes realizam: uma determinada forma corresponde a um determinado sentido”⁷⁷.

Em (35), o articulista optou por trazer detalhamentos no que tange à trajetória política de Trump para o entorno da aplicação da CCA ao acaso. Sua ação se respalda no fato de que, ao incluirmos informações já dadas no discurso, fazemos com que os interlocutores necessitem de um menor tempo para o processamento da informação nova, uma vez que ela já está associada a algo contextualmente estabelecido.

Assim, em (35), a CCA, como uma construção de estrutura informacional, atua organizando e estabelecendo sentidos, relacionando novos sentidos a velhos sentidos, acomodando, portanto, a informação. Sobre a acomodação da informação no plano discursivo Stanaker (1974, p. 202) afirma que

[u]m falante pode agir como se certas proposições fizessem parte do plano de fundo comum quando ele sabe que elas não fazem. Ele pode querer comunicar uma proposição indiretamente e fazê-lo pressupondo-a de tal maneira que o interlocutor possa inferir que ela é pressuposta. Nesse caso, um orador diz ao seu interlocutor algo em parte, fingindo que seu interlocutor já sabe disso. Quando uma conversa envolve esse tipo de fingimento, as pressuposições do falante, no sentido do termo que utilizarei, não se ajustam à definição esboçada acima. É por isso que a definição é apenas uma aproximação. Devo dizer que, na verdade, faz-se os pressupostos que alguém parece fazer, mesmo quando se está apenas fingindo ter as crenças que normalmente se tem quando se fazem pressuposições (STALNAKER, 1974, p. 202)⁷⁸.

Stalnaker (1974, p. 202), ao tecer comentários sobre acomodação de informações no plano discursivo, afirma, então, que o ato de pressupor não é uma atitude mental como acreditar, mas é, acima de tudo, uma disposição linguística que um usuário da língua tem com relação ao outro. Em outras palavras, é uma disposição para se comportar perante determinado uso linguístico como se o outro possuísse certas crenças ou fizesse certas assunções. Então, esse ato de acomodar informações, também identificado como *acomodação pragmática* é, sinteticamente, conduzir o interlocutor a tomar a informação nova, inserida no contexto corrente, como algo que não pode ser contestado (cf. LAMBRECHT, 2001).

⁷⁷A construction is defined as a generalisation that speakers make: a certain form corresponds to a certain meaning (HILPERT, 2014, p. 181).

⁷⁸A speaker may act as if certain propositions are part of the common background when he knows that they are not. He may want to communicate a proposition indirectly, and do this by presupposing it in such a way that the auditor will be able to infer that it is presupposed. In such a case, a speaker tells his auditor something in part by pretending that his auditor already knows it. When a conversation involves this kind of pretense, the speaker's presuppositions, in the sense of the term I shall use, will not fit the definition sketched above. That is why the definition is only an approximation. I shall say that one actually does make the presuppositions that one seems to make even when one is only pretending to have the beliefs that one normally has when one makes presuppositions (STALNAKER, 1974, p. 202).

De acordo com Atlas (2006, p. 35), os usuários da língua podem utilizar sentenças pressuposicionais para serem informativos, como ocorre no conteúdo da prótase da CCA, a qual, no par correlato, se institui, como já comentado, como sendo a pressuposição pragmática. Quanto a esse tipo de pressuposição, Stalnaker (1974, p. 200) afirma que

[u]ma proposição P é uma pressuposição pragmática de um falante em um determinado contexto para o caso de o falante assumir ou acreditar que P, assume ou acredita que seu destinatário assume ou acredita que P, e assume ou acredita que seu destinatário reconhece que está fazendo essas suposições, ou tem essas crenças (STALNAKER, 1974, p. 200)⁷⁹.

Dessa maneira, em (35), o fato de reconhecermos que a sagacidade de Trump teria muita utilidade na Casa Branca momento de se relacionar com outros líderes e também de estabelecer acordos com o estrangeiro constitui a pressuposição pragmática do EDC apresentado, demonstra que a CCA, na estrutura informacional, opera na tradução do conhecimento e da consciência dos interlocutores na sua situação de comunicação, algo também notado durante as análises das instanciações dos grupos *CCA 1* e *CCA 2*. Do mesmo modo, o conhecimento do usuário da língua a respeito dessas construções inclui, por sua vez, o conhecimento sobre que tipo de informação pode ser expressa e com que tipo de estrutura sintática.

Dada a ocorrência (36):

(36) Naturalmente, como diz a velha máxima popular italiana, não existe limite para o pior. Toffoli **não apenas** é uma nulidade em matéria de direito, segundo o parecer dos examinadores que julgaram duas vezes a sua aptidão profissional — **[mas]** é **também** um fenômeno de suspeição e parcialidade provavelmente sem similar no mundo civilizado. Foi nomeado para o STF pelo ex-presidente Lula depois de ter sido alto funcionário do seu governo e, antes disso, advogado do PT. Está no cargo exclusivamente porque prestou serviços a Lula e a seu partido — e, portanto, não poderia julgar nada que tivesse a menor relação com qualquer um dos dois. (07/2018)

Como sabemos, os usuários da língua, mentalmente, representam construções não apenas com suas semânticas construcionais, mas também com suas características pragmáticas. Do mesmo modo, é de nosso conhecimento que estruturas sintáticas são convencionalmente associadas a características específicas da estrutura informacional.

A LC busca explicações válidas conceptualmente acerca das escolhas linguísticas. Em (36), por exemplo, vemos um expediente bastante curioso atrelado ao emprego da CCA: trata-

⁷⁹A proposition P is a pragmatic presupposition of a speaker in a given context just in case the speaker assumes or believes that P, assumes or believes that his addressee assumes or believes that P, and assumes or believes that his addressee recognizes that he is making these assumptions, or has these beliefs (STALNAKER, 1974, p. 200).

se do uso do sinal gráfico “travessão” anteposto ao segundo correlator. Seu uso por parte do articulista não se dá ao acaso, mesmo porque sabemos que há uma intencionalidade para o emprego de cada componente no plano discursivo.

Na instanciação em análise, o travessão está sendo usado como um recurso retórico, o qual, na oralidade, poderia ser simulado com uso da pausa ou de entonação diferenciada. Tal recurso tem como objetivo reforçar alteração focal – já promovida pela CCA – entre as proposições, enfatizando, portanto, ainda mais, o trecho veiculador da asserção pragmática na estrutura informacional do enunciado.

Também em (36), vemos que o uso da CCA funciona como uma espécie de *zoom* no aplicado ao plano do discurso. Afirmamos isso porque seu emprego move a cena discursiva de um “local virtual” menos focado para um ponto de vista (*viewpoint*) corrente, que é um traço geral e pervasivo da comunicação, e, portanto, mais focado.

Em outras palavras, o emprego da correlata aditiva funciona, no EDC, como uma estratégia capaz de manipular o ponto de vista básico e preditível de um evento de fala e, conseqüentemente, o redefinir. Desse modo, o uso do “não apenas... mas também”, em (36), “reenfoca” elementos do discurso e “dá *zoom*” no ponto de vista discursivo corrente, como elemento componente do EDC.

Entendemos, assim, que, por ser uma estratégia persuasiva, própria do discurso, os pares correlatos aditivos não devem ser observados sob o nível de uma sentença. Acreditamos que o discurso persuasivo utiliza o par correlato aditivo, especificamente, para construir interpretações fundamentadas em pontos de vista a respeito de eventos correntes (DANCYGIER, 2017, p. 7).

Como vimos discorrendo, a aplicação das correlatas aditivas é um tanto complexa, tendo em vista que atribui também um intento comunicativo ao interlocutor. Além disso, o emprego da CCA realça, ou ainda, amplia o valor do conteúdo informacional de seus *slots*.

O uso dos pares correlatos ocorre, então, sob a rubrica do intento discursivo-pragmático com relação a uma possível ampliação do ponto de vista de seu interlocutor a respeito da temática presente no EDC. Como postula Dancygier (2017, p. 11), “o processamento do discurso é um processo dinâmico, o qual não pode ser naturalmente representado em uma forma diagramática”⁸⁰.

⁸⁰Discourse processing is a dynamic process, which cannot be naturally represented in diagrammatic form.

Assim, podemos afirmar que, com base em Dancygier (2017, p. 12), na realidade, o que todas as instanciações de uso, com os pares correlatos aditivos que apresentamos, têm em comum, tal como se deflagra em (36), é o emprego do discurso circundante da construção como elemento que favorece a formação de um ponto de vista. Outro ponto de semelhança é que, em cada caso, o interlocutor necessita reconsiderar o sentido geral de todo o conteúdo apresentado no EDC para processamento do enunciado.

A aplicação das correlatas aditivas evoca, ainda, a ideia de um contexto mais amplo que deve ser levado em consideração, no plano discursivo, para compreensão da mensagem. Isso decorre do fato de que, ao imprimir a semântica de adição por meio dos correlatos aditivos dos padrões em análise, múltiplos pontos de vista – importantes para o sentido do discurso como um todo – são acionados e não apenas as cláusulas articuladas por tais correlatos.

Tendo em vista que, ao usar a língua, os falantes/escritores buscam, em geral, veicular algum tipo de informação (cf. PRINCE, 1981), vejamos, por fim, a instanciação (37):

(37) Na Noruega, o líder de vendas entre os veículos de passeio é o Leaf, da Nissan. O país possui a maior frota de veículos elétricos per capita do mundo. Lá eles representam 10% das novas vendas, graças não apenas ao apelo ambiental, mas aos subsídios generosos do governo. Os elétricos podem trafegar em faixas exclusivas para fugir do trânsito, são isentos das taxas de licenciamento, não pagam pedágio e estacionam de graça. (12/2013)

Em (37), vemos o par “não apenas... mas” sendo empregado na articulação de sintagmas preposicionais, favorecendo a manutenção do paralelismo dos termos empregados na pressuposição pragmática (“ao apelo”) e na asserção pragmática (“aos subsídios generosos do governo”). Também, ao articular esses sintagmas, a CCA consegue evocar, na realidade, como plano de fundo, a concepção do que está sendo negado.

Como sustenta Hilpert (2014, p. 114), em geral, os usuários da língua têm uma tendência de organizar suas asserções de um modo que constituintes longos e, portanto, mais densos sejam alocados ao final. Essa afirmação fica clara se compararmos, por exemplo, a quantidade de componentes presentes em cada um dos *slots* da CCA em (37). Quirk *et al.* (1985) tratam desse tema como *princípio do peso final*⁸¹. Tal tendência se apoia na premissa da facilitação do processamento do conteúdo. Vemos, ainda, que, em (37), a CCA funciona como um sinalizador da *assimetria informacional*, por meio da qual as unidades já

⁸¹End-weight principle (cf. QUIRK *et al.*, 1985).

mencionadas da prótase devem ser compreendidas pelo conceptualizador como mais velhas que as demais (PRINCE, 1981, p. 224).

O editorialista, ao alocar o sintagma preposicional “ao apelo ambiental” na prótase, como algo já dado, ele está admitindo que seu leitor possa predizer que outros elementos linguísticos poderão ocorrer em uma posição particular dentro do enunciado (cf. PRINCE, 1981). Assim, o leitor de (37), ao notar a introdução, no interior do enunciado, da prótase encetada por “não apenas”, permanece como que numa expectativa para que tais elementos linguísticos apareçam, sabendo ele que esse material esperado e desconhecido será o novo (“aos subsídios generosos do governo”).

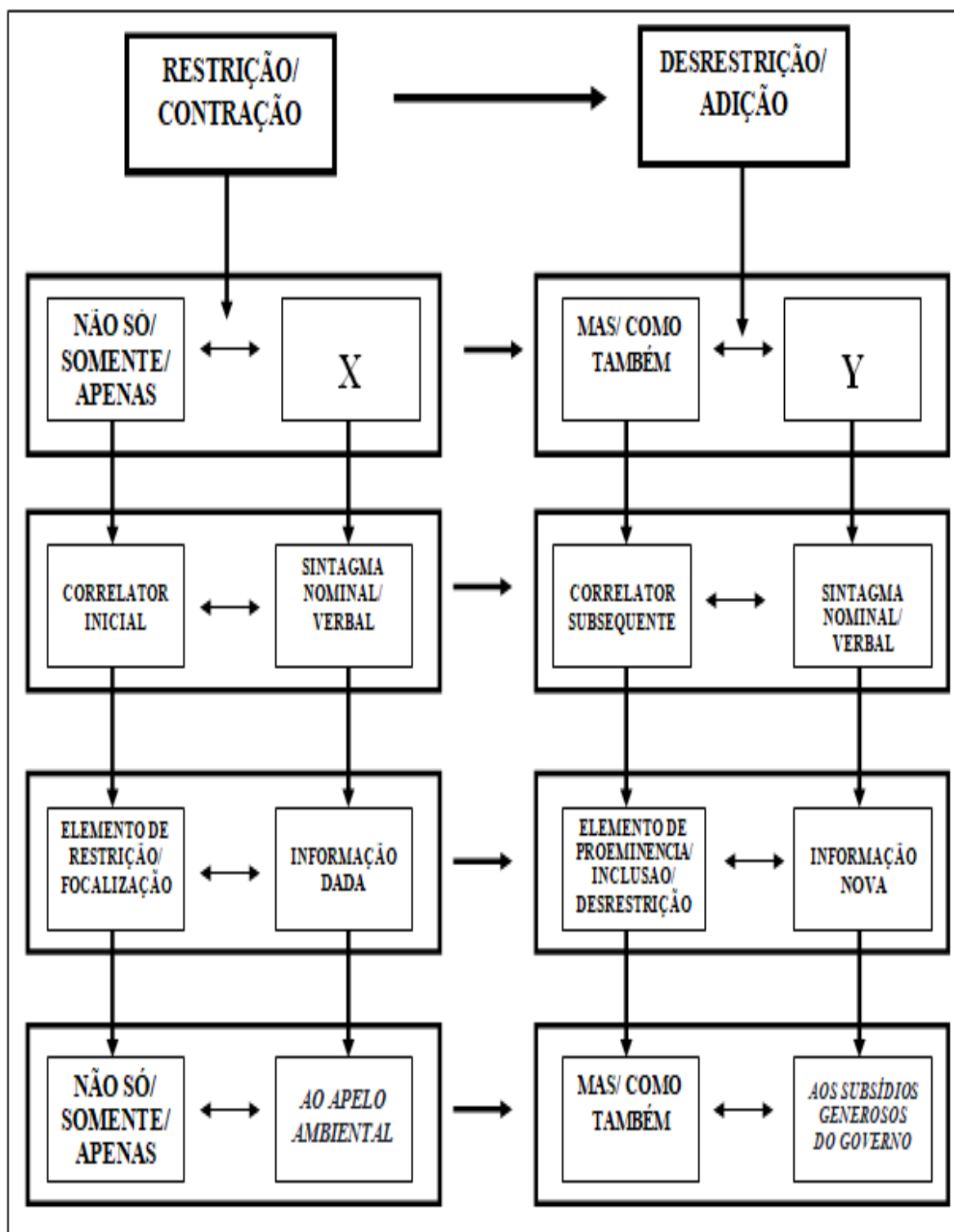
O emprego da CCA, como fica evidente em (37), favorece, ainda, a progressão temática do pacote informacional que está sendo entregue no plano discursivo, o qual é composto por assunções, crenças e estratégias dos interactantes. Consoante Kaufman e Rodríguez (1995, p. 152), a progressão temática:

Refere-se à sucessão das unidades informativas sentidas no texto. Todo texto deve manter um equilíbrio constante entre o conhecido (tema, tópico, informação anterior) e o desconhecido (rema, comentário, informação nova). Atender a este delicado equilíbrio assegura uma boa informatividade do texto, posto que, se é acumulado em número excessivo de unidades de informação em torno de um tema, a compreensão é dificultada. E, ao contrário, se os remas ou comentários são escassos, pobres, redundantes, cai-se na banalidade. A progressão temática assume papel muito importante na organização e na hierarquização das unidades semânticas, unidades de significado, em relação a seu valor comunicativo.

Assim, analisando (37) e tomando o que postula Kaufman e Rodríguez (1995), percebemos que, ao introduzir morfologicamente a CCA no discurso, o articulista organiza também cognitivamente uma espécie de “balanço” entre a informação já posta e a informação que há de vir. Esse equilíbrio torna-se compreensível se levarmos em conta que o uso da CCA traz para o EDC o *princípio do paralelismo*, no qual o usuário da língua admite que seu interlocutor prediz, a menos que haja evidência contrária, que algo será paralelo ou equivalente semântica ou pragmaticamente a algo que acabou de ser processado (PRINCE, 1981, p. 228).

Contemplemos, a seguir, a figura 15, a qual representa o percurso composicional e o processo empírico, balizadores da conceptualização da CCA. No diagrama, mostramos, ainda, a partir de (37), a sequência dos componentes que, ao se integrarem, tanto em termos sintáticos quanto semânticos, culminam na CCA. Observemos:

Figura 15 – Representação do caminho composicional da CCA a partir de (37)



Fonte: O autor, 2019.

Por meio da representação, notamos, então, que a conceptualização da CCA tem como ponto de partida a experiência do sujeito cognoscente com o mundo que o rodeia. Em

outras palavras, para conceptualizar a CCA, como visto ao longo das análises dos três grupos, como uma estrutura que expressa adição, o sujeito de consciência necessita, com base em seu conhecimento linguístico e de mundo, escolher os elementos componentes da prótase e da apódase. Após avaliá-los e elegê-los como componente velho e componente novo, o conceptualizador necessita reelaborar o conteúdo portado na prótase de modo a promover a sua desrestrição e, por conseguinte, inclusão no conteúdo veiculado na apódase.

Esse processamento cognitivo é representado, na figura, pelos dois retângulos superiores. Logo abaixo, observamos as estruturas componentes X e Y, os quais representam os elementos em potencial, ou seja, elementos linguísticos candidatos a ocupar os polos fonológicos da CCA, sabendo que os componentes “não só/apenas/somente” e “mas/ como também” ocupam os lugares de elementos especificados que integram a construção em pauta.

No nível intermediário, contemplamos os componentes com limitações sintáticas pertinentes, partindo do pressuposto de que as pontencialidades só se tornam cabíveis ao se submeterem aos limites exigidos pela construção. Já no penúltimo nível, constam, por seu turno, os componentes com as restrições de ordem semântica para os efetivos alojamentos na construção.

Por fim, no último nível, vemos as possíveis instanciações da CCA. Nessa esfera, notamos, então, a materialização da CCA na língua no EDC, ou seja, vemos a realização da CCA no polo fonológico empregada em determinada situação discursiva.

Ao tomar contato com uma sequência discursiva ou, consoante Langacker (2008, p. 281), um EDC, em que a CCA esteja abrigada, o conceptualizador dá início à observação dos elementos em cotejo. A partir de então, acontece o processamento cognitivo do valor aditivo. Para a devida conceptualização das proposições, nada que é apresentado ao sujeito de consciência pode ser dispensado, isso porque

o papel das pistas linguísticas cotextuais é de suma importância, uma vez que estas contribuem para a ativação de esquemas conceituais metafóricos estabilizados ou não na mente do leitor, e, conseqüentemente, para a construção do sentido textual. Sendo assim, a seleção dos traços conceituais necessários ou indispensáveis para se estabelecer a relação metafórica somente é possível pela integração simultânea, no ato interpretativo, de aspectos cognitivos, linguístico-textuais e conhecimento socialmente partilhado (LEITE, 2007, p. 115).

O processamento da noção de adição da CCA será dado como satisfatório se partirmos da premissa que seu emprego no EDC por parte do usuário da língua se deu respeitando as restrições composicionais da própria construção. A exemplo disso, como já comentado, a prótase sempre deverá portar um conteúdo informacional velho, ao passo que a apódase

deverá transportar sempre um conteúdo – que se fará crer – novo. Com isso, caso as “regras” de compatibilidade semântica das proposições que figuram na construção não sejam respeitadas, não haverá uma elaboração comunicativa plena.

Como sugerem Ward e Birner (2006, p. 153), um dos principais fatores que contribuem para a coerência de um discurso é a existência de *links* informacionais entre a asserção vigente e o contexto prévio, tal como os *links* que se estabelecem por meio da CCA. Tais *links* facilitam o processamento do discurso ao permitir que o ouvinte estabeleça e acompanhe relações como a da correferencialidade entre as entidades existentes no discurso. Conseqüentemente, além do processamento do discurso, o próprio fluxo informacional também é favorecido.

Com relação ao fluxo informacional, concordamos com Ward e Birner (2006, p. 153), quando os autores dissertam que

[o]s falantes usam uma enorme gama de construções sintáticas não-canônicas para marcar o status da informação dos vários elementos dentro da proposição. Essas construções não só marcam o status da informação dos seus constituintes, mas, ao mesmo tempo, facilitam o processamento por meio do emprego de várias unidades da informação. A escolha de construções do falante, então, serve para a estrutura do fluxo informacional do discurso (WARD; BIRNER, 2006, p. 153)⁸².

Assim, após a conceptualização das informações veiculadas nas duas partes da construção correlata e tomando por base o EDC em que ela se encontra circunscrita, o sujeito cognoscente muda sua atenção. Ele direciona, portanto, sua atenção, observando as próprias características morfossintáticas e fonológicas da construção, para a porção de informação que considera nova. Em outras palavras, o conceptualizador transfere seu olhar para o foco da situação conceptualizada em detrimento de uma pressuposição pragmática, ideia reforçada pelo próprio usuário da CCA em seu discurso, como podemos notar ao observarmos os dados dos grupos CCA 1, CCA 2 e CCA 3.

⁸²Speakers use a wide range of non-canonical syntactic constructions to mark the information status of the various elements within the proposition. These constructions not only mark the information status of their constituents, but at the same time facilitate processing through the positioning of various units of information. The speaker's choice of constructions, then, serves to structure the informational flow of the discourse (WARD; BIRNER, 2006, p. 153).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que, evidentemente, o trabalho proposto por nós não cobre todas as questões relacionadas à CCA ou mesmo sobre os sistemas correlatos como um todo. Esperamos, no entanto, estabelecer questionamentos e possibilitar debates valiosos no tocante às construções gramaticais, os quais possam contribuir não só para estudos voltados para o PB, mas para a Linguística de um modo geral, em especial, para a Linguística Cognitiva.

Com bastante esforço, tentamos demonstrar uma nova proposta de análise a respeito de um tema não muito abordado na esteira dos estudos linguísticos nacionais. Após isso, entendemos que este é o momento de sintetizarmos nossa investigação, com o intuito, sobretudo, de tratarmos dos questionamentos levantados no início deste trabalho, mais uma vez aqui reproduzidos:

- a) O correlator “não só” da prótase funciona, no discurso, como uma moldura referencial para a informação subsequente a ser introduzida pelo correlator “mas também” da apódose?
- b) A utilização dos pares correlatos aditivos favorece a força argumentativa do orador/ escritor?
- c) A construção correlata aditiva é um processo e/ou mecanismo que, além de diferir dos processos canônicos de coordenação e subordinação, reflete, na prática discursiva, um modo especial de processamento, em termos cognitivos, do entrecruzamento de informações distribuídas entre as partes dessa construção?
- d) Quais são as evidências linguísticas que estabelecem a relação de interdependência ou dependência mútua que caracteriza a correlação aditiva?

Para respondermos, como um todo, às perguntas mencionadas, precisamos retomar algumas descobertas de nossa pesquisa. Com base em nossas análises, percebemos que as CCAs foram usadas, nas instanciações analisadas, como um modo de legitimar a posição do “sujeito-*Veja*” (SILVA, 2009, p. 90). Observamos, ainda, no gênero editorial, intitulado, na

Veja, de *Carta ao Leitor*, uma bem marcada relação dialógica entre os enunciados já realizados, ou seja, há uma ligação do texto veiculado no gênero em questão com discursos outros.

Por meio dos textos dos editoriais analisados, pudemos notar, então, que *Veja* busca se compor como sujeito da contemporaneidade, trazendo seus argumentos, na maioria das vezes, como constatamos por meio dos excertos, de forma esclarecedora e racionalizante. Tomamos, assim, a revista *Veja* como uma publicação privada, que defende interesses sociais, políticos e econômicos próprios da associação a qual representa – Grupo Abril. Carvalho (1998, p. 145), ao comentar um editorial da revista *Veja*, afirma que tal material “procura cumplicidade com seus leitores”.

Nesse sentido, o uso das CCAs como um recurso *ad argumentandum tantum*⁸³ favorece a intenção de *Veja*, tal como aponta Silva (2009, p. 98), de “mostrar-se sempre certa sobre as opções a serem tomadas pelos seus leitores, apontando as tendências mundiais (que aparecem como inexoráveis)”. A correlata aditiva como um recurso *ad argumentandum tantum* é uma forma de convencimento de que a revista se utiliza, tendo por intento certificar o leitor de que *Veja* seria o melhor veículo de comunicação impresso/ digital.

Entre outros elementos, o emprego das correlatas aditivas, por parte do articulista, serve para ressaltar o caráter informativo da revista, além de demonstrar o trabalho exaustivo dos seus jornalistas na sustentação do conteúdo e do estilo de seus argumentos. Tudo isso com uma única intenção: convencer o leitor quanto à superioridade da revista na abordagem dos temas. Os editoriais da *Veja* se constituem como uma maneira privilegiada com que a própria revista advoga sobre si, evidenciando-se como sujeito do dizer.

Pudemos observar que, em muitos casos, a linguagem usada por *Veja* busca, de certo modo, ocultar os interesses aos quais a revista, de fato, está vinculada. Isso corrobora nossa percepção da revista como um aparelho jornalístico possuidor de interesses e, sobretudo, de intencionalidades próprias. Notamos, também, que, nos editoriais analisados, determinadas escolhas léxico-gramaticais, em parceria com o emprego da CCA, conferiram, de certo modo, credibilidade por parte do veículo da informação aos textos.

Mais explicitamente, nosso estudo sobre as CCAs em editoriais dirigidos a um público que “representa a elite cultural brasileira” revela que a instituição jornalística que os veicula faz uso de linguagem culta, repleta de uma intertextualidade formal e, sobretudo, impessoal.

⁸³ Expressão latina que significa “apenas para argumentar”. Tal expressão é, em geral, utilizada para se referir a algum modo de exposição de argumentos que venha a ser promovido por um usuário da língua quando se deseja refutar seu interlocutor com maior segurança.

Isso porque, além de conferir credibilidade e erudição ao seu texto, a revista parece querer manter sua imparcialidade e distanciamento em relação aos fatos que comenta.

Ao utilizarmos os pressupostos teóricos da Gramática Cognitiva (LANGACKER, 2008), foi possível atestar que a prótase da CCA, atuando como trajetor, impulsiona, no plano conceptual, um acervo de aspirantes a marco, alocado na apódase. Em outros termos, os elementos que compõem a prótase perfilam a proposição apresentada à direita, isto é, selecionam a informação veiculada na apódase. Assim, podemos compreender a CCA como sendo uma construção de estrutura informacional pelo fato de que ela parecia forma sintática ou morfossintática com um arranjo particular da informação.

Verificamos, também, que a CCA se constitui como uma operação semântica bastante complexa, que se fundamenta, sobretudo, nos procedimentos de desrestringir e adicionar, evidenciados na apódase, a qual porta a asserção pragmática. Do mesmo modo, captamos que há um caráter idiossincrático na CCA, tendo em vista que suas estruturas simbólicas são regulares, a despeito de suas configurações morfossintáticas, vistas nas materializações linguísticas que analisamos.

Nesse sentido, embora os grupos *CCA 1*, *CCA 2* e *CCA 3* apresentem, do ponto de vista morfossintático, configurações distintas, eles cumprem, como pudemos observar por meio dos dados, a mesma função semântica nos EDCs, o que sugere serem, na verdade, produtos de variação. Esse nosso modo de interpretação encontra respaldo também, por exemplo, no *princípio do uniformitarismo*, segundo o qual tendências hoje em curso, condicionantes da estruturação linguística, devem ter atuado em estágios anteriores da língua e, devido a seu caráter de mudança, deverão continuar a atuar. Os defensores desse princípio asseguram que é possível investigar e estudar a variação por meio da língua escrita (cf. ROMAINE, 1982).

Do ponto de vista morfossemântico, acreditamos que os diferentes correlatores, *grosso modo*, da CCA pelos três grupos analisados detalhadamente por nós, os quais constituem, na verdade, variantes atreladas a um padrão mais generalizante de expressão da correlação aditiva (cf. HILPERT, 2014), não refletiria na emergência de sentidos distintos da ideia de adição nem traria distinção em termos formulaicos ou composicionais da construção. Em contrapartida, cremos que, a essa constituição morfossemântica, possivelmente, estão atreladas características prosódicas, as quais se fazem emergir por meio do emprego, por partes dos usuários, dos elementos “só”, “somente” ou “apenas”, na prótase.

Ao observamos, então, a variação da CCA, como algo inerente às construções sintáticas, compreendemos, tal como postula Hilpert (2014, p. 185), que construções não são

modelos esquemáticos fixos, como instruções de montagem que permitem somente uma maneira correta de construir um todo completo. Da mesma forma, concluímos, com base nas instanciações dadas, que os usuários da língua sabem intuitivamente que as possibilidades de pares da CCA constituem parte do polo formal da construção em questão.

Algo bastante relevante asseverado pela GC é que o significado de uma expressão não está fundamentado somente em sua estrutura semântica composta; ao contrário, inclui, ainda, seu caminho composicional, os dois em uma relação de plano de frente/ plano de fundo. Assim, tomar a CCA como um conjunto simbólico, com base em nosso aporte teórico, nos orientou à percepção de que a nuance semântica presente no *type* mais geral e esquemático da construção se manteve constante nos três padrões apresentados na análise. Na observação dos grupos, vimos que a alternância entre o emprego do gatilho de reenquadre de cena “mas” e o aproximador “como” para a estruturação da apódase diz respeito ao intento discursivo-pragmático que o usuário direciona ao visualizador para conceptualização da cena.

Também, ao nos apoiarmos em Lambrecht (1994) e Marmaridou (2000), foi possível depreender que, ao observamos as instanciações de nosso *corpus*, notamos, na CCA, uma relação de adição enfática, em que se traz à luz a natureza cumulativa das proposições. Do mesmo modo, percebemos que o polarizador de negação “não” (cf. MARTINS, 2000) e os limitadores “só/ somente/ apenas” (cf. QUIRK, 1980), que encetam a prótase, funcionam como expressões linguísticas as quais, por sua vez, evocam Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs) de cenas que estruturam espaços mentais correspondentes, encetados pela apódase “mas/como também” (LAKOFF, 1987; MARMARIDOU, 2000).

Afirmamos isso por observarmos, em nossos dados, que, durante a constituição de seu discurso, a escrita do editorialista da revista *Veja* estimula, de maneira contínua, o modelo cognitivo da situação corrente da qual seus leitores – interlocutores – também participam. Para além desse fato, notamos, ainda, que, frequentemente, os editoriais dessa revista têm seu discurso estruturado tomando por base tal situação de interação, utilizando construções que estruturam algumas porções de informações como sendo dadas e outras porções como sendo novas.

Isso também encontra confirmação no fato de que o usuário da língua, ao escolher construções do tipo CCA, mantém uma contínua rememoração de que ideias são frequentemente ativas, semi-ativas ou, provavelmente, inativas na mente de seus interlocutores (HILPERT, 2014, p. 115). A escolha do usuário pelo emprego da CCA se justifica, então, em razão de que ele faz assunções a respeito do conhecimento corrente do interlocutor.

Existe uma forte ligação entre a prótase e a apódase, uma vez que a apódase se forma a partir da prótase. Isso sustenta a hipótese da relação de interdependência presentes entre ambas as partes da estrutura correlata. Na realidade, a apódase compõe a proposição que alimenta a expectativa criada pela prótase. Para conceptualizar a CCA, o visualizador recruta os recursos disponíveis em sua mente, com base em sua experiência com a língua e com o mundo (cf. MARMARIDOU, 2000), e no próprio *ground* como um todo.

Sendo assim, notamos que a prótase funciona como um elemento preditivo. Em outras palavras, a prótase atua como um guia da pressuposição pragmática, a qual figura como preditível e recuperável a partir do contexto precedente, já disponível no EDC. Como visto, nos editoriais analisados, a pressuposição pragmática da CCA convida o leitor da revista a tomar como certo o que afirma o articulista. A análise de nossos dados sugere, então, que, nos editoriais, a utilização da CCA trabalha em favor da força argumentativa dos articulistas, com o objetivo de promover uma maior aceitação de suas teses por parte do público leitor da *Veja*.

Sobre a familiaridade do conceptualizador com as informações em termos de ordem de apresentação sequencial no EDC, observamos que, nos dados, as informações meramente inferíveis soam, em termos pragmáticos, como antigas. Além disso, tais dados evidenciam que, mesmo entre as informações antigas, a que foi mencionada mais recentemente, em geral, é tratada como mais familiar, no sentido de ser mais saliente, do que a que foi mencionada menos recentemente (cf. PRINCE, 1981; 1992). Desse modo, percebemos que a familiaridade das informações é definida por evocação, inferibilidade e por menção mais recente, como apontam Ward e Birner (2006, p. 172).

Vale ressaltar que, ao observamos as instanciações da CCA, ratifica-se a premissa de que o conceptualizador constrói uma concepção completa ao escanear mentalmente o percurso da extensão de determinada construção no discurso. Além disso, a ordem das palavras no discurso nos induz a acessar as concepções que eles simbolizam na ordem correspondente.

Posto isso, observamos, também, que análises detalhadas das CCAs, por vezes, põem em xeque a dicotomia “confortável” e conhecida da sentença complexa – coordenação e subordinação. Concluímos, por fim, que a observação da CCA sob a ótica cognitivista dirime uma série de problemas analíticos e metodológicos, sobretudo quando se visa a mapear as propriedades definidoras dessas construções sintático-semânticas.

REFERÊNCIAS

- ALLAIRE, S. *Le modele syntaxique des systèmes corrélatifs: étude en français moderne*. 1977. Tese (Doutorado). Lille: Université de Rennes 2, 1977.
- ALLAN, K. What is Common Ground? In: CAPONE, A.; LO PIPARO, F.; CARAPEZZA, M. *Perspectives on linguistic pragmatics*. Alemanha: Springer Science & Business Media, 2013. p. 285-310.
- ALMEIDA, M. L. L. Processo de mesclagem em anguladores no português do Brasil. *Veredas -Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 129-142, 1999.
- ALVES FILHO, F. *Gêneros Jornalísticos: notícias e cartas de leitor no ensino fundamental*. São Paulo: Cortez, 2011.
- ATLAS, J. D. Presupposition. In: HORN, L. R.; WARD, G. (ed.) *The Handbook of pragmatics*. United Kingdom: Blackwell Publishing, 2006. p. 29-52.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. New York: Oxford University Press, 1962.
- AZEREDO, J. C. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- AZEREDO, J. C. *Iniciação a sintaxe do português*. 10. reimpr. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. [Tradução de Maria Emsantina Galvão G. Pereira]. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARBOSA, Joaquim. Foco e tópico: algumas questões terminológicas. In: RIO-TORTO, G.; FIGUEIREDO, O. M.; SILVA, F. (org.). *Estudos em homenagem de Mário Vilela*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. p. 339-351.
- BARRETO, T.M.M. *Conjunções: aspectos de sua constituição e funcionamento na história do português*, 1997. 2 v. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.
- BARRETO, T.M.M. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. 1999. 2 v. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1987.
- BELTRÃO, L. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BERNARDO, S. P. *Foco e ponto de vista na conversa informal: uma abordagem sócio-cognitiva*. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2002.

- BONNARD, H. *Code du français courant*. Paris: Magnard, 1982.
- BURTON-ROBERTS, Noel. *The limits to debate: a revised theory of semantic presupposition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- CAMACHO, J. La coordinación. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (org.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa, 1999. v. 2. p. 2635-2690.
- CAMARA JR., J. M. *Dicionário de linguística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- CAPPELLE, B. Particle placement and the case for “allostructions”. *Constructions*, special v. 1, p. 1–28, 2006.
- CARVALHO, A. L. P. *Quadros maquiados*. 1998. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1998.
- CASTILHO, A.T. Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa. *Alfa*, Marília, n.12, p. 7-135,1968.
- CASTILHO, A.T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- CHAGAS, C. *et al.* *3 x 30: os bastidores da imprensa brasileira*. São Paulo: Círculo do Livro, 1992.
- CHAFE, W. L. Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects and topics. In: LI, C. N. (ed.), *Subject and topic*. New York: Academic Press, 1976. p. 27–55.
- CHAFE, W. L. Cognitive Constraints on Information Flow. In: TOMLIN, Russell (ed.). *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1987. p. 21-51.
- CHEDIAK, A. J. (org.). *A Nomenclatura gramatical brasileira e sua elaboração*. Rio de Janeiro: CADES, 1960.
- CHERVEL, A. *Histoire de la grammaire scolaire (...et il fallut apprendre à écrire à tous les petits français)*. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 1977.
- CLARK, H. H.; SCHREUDER, R.; BUTTERICK, S. Common ground and the understanding of demonstrative reference. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*. n. 22, p. 245-258, 1983.
- CLEMEN, G. Hedging in English Journalistic Economics. *Proceedings of the University of Vaasa Reports - Selvityksiä Ja Raportteja* 93, p. 41-47, 2002.
- COULSON, S. *Semantic leaps: frame shifting and conceptual blending in meaning construction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- CROFT, W.; CRUSE, D. A. *Cognitive linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CUNHA, C. F. *Gramática da língua portuguesa*. 12. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1990.

CUNHA, C. F.; CINTRA, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DANCYGIER, B. Viewpoint phenomena in constructions and discourse. *Glossa - a journal of general linguistics* 2, n. 1, 37, p. 1–22, 2017.

DUCROT, O. Note sur l'argumentation et l'acte d'argumenter. *Cahiers de Linguistique Française*, n. 4, p. 143-163, 1982.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Trad. brasileira. Campinas: Pontes, 1987.

DU MARSAIS, C.B. Construction. In: DIDEROT, D.; D'ALEMBERT, J.R. (dir.). *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Suíça: A Lausanne e à Berne – Chez les Sociétés Typographiques, 1778. Tomo 9. p. 186.

ESPINOSA, P. M. Géneros para la persuasión en prensa: los artículos de opinión del diário. *El País*. Ámbitos, Sevilla, n. 6/1, p. 107-121, 2001..

EVANS, V.; GREEN, M. *Cognitive linguistics: an introduction*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.

FAUCONNIER, G. *Mental spaces*. New York: Cambridge University Press, 1994.

FAUCONNIER, G. *Mappings in thought and language*. New York: Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. *The Way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.

FAUCONNIER, G. Mental Spaces. In: GEERAERTS, D. *Cognitive linguistics: basic readings*. Germany: Mouton de Gruyter, 2006.

FILLMORE, C. J. Scenes-and-frames semantics. In: ZAMPOLLI, A. (ed.). *Linguistic structure processing*. Amsterdam: North Holland, 1977. p. 55-81.

FILLMORE, C. J. Frames and the semantics of understanding. *Quaderni di Semantica*, v. 6, n. 2, p. 222-254, 1985.

FILLMORE, C. J.; KAY, P.; O'CONNOR, M. C. Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: the case of let alone. *Language*. v. 64, n.3, p. 501-538, 1988.

FILLMORE, C. J.; SWEETSER, E. (ed.). *Spaces, worlds and grammars*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

FILLMORE, C. J.; Frame Semantics. In: GEERAERTS, G. *Cognitive linguistics: basic readings*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. p. 373 - 400.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

FIRTH, J. R. *Selected papers of J. R. Firth, 1952-59*. London: Indiana University Press, 1968.

FREGE, G. On sense and reference. In: GEACH, P.T.; BLACK, M. (ed.). *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Oxford: Blackwell, 1952. p. 56-78.

FRUYT, M. La corrélation em latin. In *Structures parallèles et corrélatives em grec et em latin. Actes du colloque de linguistique grecque et latine*. Bordeaux: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2005.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GERVASIO, T. L. *Construções “#SóQueNão”, “#SóQueSim” e “#SóQueNunca” à luz da linguística cognitiva*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016a.

GERVASIO, T. L. *A construção correlata aditiva nos séculos XIX e XX : uma proposta de análise centrada no uso*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016b.

GREEN, G. M. *Pragmatics and natural language understanding*. Hillsdale, New Jersey, Hove and London: Lawrence Erlbaum, 1989.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J.L. (ed.). *Syntax and semantics: Speech Acts*. v. 3. New York: Academic Press, 1975. p. 41-58.

GUMPERZ, J. J. Contextualization and understanding. In: DURANTI, A.; GOODWIN, C. (ed.). *Rethinking context: language as an interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 229-252.

GUNDEL, J. K.; FRETHEIM, T. *Topic and focus*. In: HORN, L. R.; WARD, G. (ed.). *The Handbook of pragmatics*. United Kingdom: Blackwell Publishing, 2006. p. 175-196.

HALLIDAY, M.A.K. *Intonation and grammar in British English*. The Hague: Mouton, 1967.

HALLIDAY, M.A.K. *An Introduction to functional grammar*. London: Arnold Publ., 1985.

HALLIDAY, M.A.K. Functions of language. In: HALLIDAY, M. A. K.; HASSAN, R. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989, p. 15-28.

HALLIDAY, M.A.K. *An Introduction to functional grammar*. 2.ed. London: Hodder Arnold, 1994.

_____.; HASSAN, R. Context of situation. In: *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989. p. 3-14.

HARRIS, R.; TALBOT, J. T. *Landmarks in linguistic thought. The Western Tradition from Socrates to Saussure*. London: Routledge, 1989.

HARRIS, S. Pragmatics and power. *Journal of Pragmatics*, n.23, p. 117-135, 1995.

HAUNDRY, J. Parataxe, hypotaxe et corrélation dans la phrase latine. *Bulletin de la société de linguistique de Paris*. N. 68/1, 1973. p. 147-186.

HAUNDRY, J. Le sens de l'évolution linguistique. In: *Mélanges de linguistiques offerts à J. GouDET*. Lyon: Université de Lyon III, 1997. p 83-113.

HEIM, I. *The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases*. Tese (Doutorado) - University of Massachusetts / Garland, New York, 1982.

HENDRIKS, J. "Both", "Either" and "Neither" in coordinate structures. In: MEULEN, A.; ABRAHAM, W. (ed.). *The composition of meaning*. Amsterdam: John Benjamins, 2004.p. 115-138.

JOFFRE, M.D. Ita, tam, tantus, talis: entre anaphore et corrélation. In: BODELOT, C. (éd). *Anaphore, cataphore et corrélation dans La phrase latine*. Publications de l'Université de Clermont-Ferrand, 2004. p. 131-142.

JOHANNESSEN, J.B. The syntax of correlative adverbs. *Lingua*, n.115, p. 419-433, 2005.

KADMON, N. *Formal pragmatics*. New Jersey: Blackwell, 2000.

KAUFMAN, A. M.; RODRÍGUEZ, M. H. *Escola, leitura e produção de textos*. Trad. Inajara Rodrigues Porto Alegre: Artmed, 1995.

KIPARSKY, P; KIPARSKY, C. Fact. In: STEINBERG, D; JAKOBOVITS, L. (ed.) *Semantics: an interdisciplinary reader in philosophy, linguistics and psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.p. 345-369.

KEMMER, S. Schemas and lexical blends. In: CUYCKENS, H.; BERG, T.; DIRVEN, R.; PANTHER, K. *Motivation in language: studies in honor of Günter Radden*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2003. p.69-97.

KOCH, I. G. V. Cognição e processamento textual. *Revista da ANPOLL*. n. 2, p. 35-44,1996.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, I. G. V. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

KÖVECSES, Z. *Metaphor in culture: universality and variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

KURY, A. G. *Novas lições de análise sintática*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G. Linguistic gestalts. *Proceedings of the Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society*. University of California, Berkeley, 1977.

LAKOFF, G.; M. JOHNSON. *Metaphors we live by*. Chicago: Chicago University Press, 1980.

LAKOFF, G. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. New York: Basic Books, 1999.

LAMBRECHT, K. *Information structure and sentence form: topic, focus, and the mental representation of discourse referents*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

LAMBRECHT, K. A framework for the analysis of cleft constructions. *Linguistics* 39/3, p. 463–516, 2001.

LANGACKER, R.W. An Introduction to cognitive grammar. *Cognitive Science*, n.10, p.1–40, 1986.

LANGACKER, R.W. *Foundations of cognitive grammar, v. 1: theoretical prerequisites*. Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, R.W. *Foundations of cognitive grammar, v. 2: descriptive application*. Stanford: Stanford University Press, 1991.

LANGACKER, R.W. Discourse in Cognitive Grammar. *Cognitive Linguistics*, Alemanha , v. 2, n. 12, p. 143-188, 2001. Walter de Gruyter.

LANGACKER, R.W. Form, meaning and behavior – The Cognitive grammar analysis of double subject constructions. In: CONTINI-MORAVA, E.; KIRSNER, R.S.; RODRÍGUEZ-BACHILLER, B. (ed). *Cognitive and communicative approaches to linguistic analysis*. Amsterdam: Benjamins, 2004. p. 21-60.

LANGACKER, R.W. Cognitive grammar. In: GEERAERTS, Dirk; CUYCKENS, Hubert (ed.). *The Oxford handbook of cognitive linguistics*. New York: Oxford University Press, 2007. p. 421-462.

LANGACKER, R.W. *Cognitive grammar: a basic introduction*. New York: Oxford University Press, 2008.

LEECH, G *Principles of pragmatics*. London Longman, 1983.

LEITE, R. L. Da categorização metafórica à metaforização textual. In: CAVALCANTE, M. M. *et al. Texto e discurso sob múltiplos olhares: referenciação e outros domínios discursivos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. v. 2. p. 104-122.

LEVINSON, S. C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LEWIS, D. Scorekeeping in a language game. In: BÄUERLE, R.; EGLI, U.; STECHOW, A. (ed.). *Semantics from different points of view*. Berlin: Springer-Verlag, 1979.p. 172-187.

LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. Porto Alegre: Globo, 2002.

MALINOWSKI, B. *Coral Gardens and Their Magic*. An ethnographic theory of language. v. II (part IV). London: Allen and Unwin, 1935.

MARCUSCHI, L. A. A questão do suporte dos gêneros textuais. *Língua, Linguística e Literatura*, João Pessoa, v. 1, n.1, p. 9-40, 2003. Universidade Federal da Paraíba.

MARMARIDOU, S. S. A. *Pragmatic meaning and cognition*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2000.

MAROUZEAU, J. *Lexique de La terminologie linguistique*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuther, 1951.

MARTINS, A. M. Polarity items in Romance: underspecification and lexical chance. In: PINTZUK, S. TSOULAS, G.; WARNER, A. (ed.). *Diachronic syntax: models and mechanisms*. Oxford University Press, 2000. p. 191-219.

MELO, G. C. *Novo manual de análise sintática*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

MELO, G. C. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

MELO, M.J. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MIGNON, F. Histoire du terme corrélation dans La grammaire française. *Langage*, n. 174, p. 13-24, 2009.

MIHATSCH, W. Sincronía y diacronía del aproximador como. In: *Revista Internacional de Linguística Iberoamericana*. v. 8, n. 2 (16), p. 175-201, 2010. Miscelânea de Linguística Ibero-americana.

MINARD, A. *La subordination dans la prose védique*. Paris: Les Belles Lettres, 1936.

MÓDOLO, M. A estrutura correlativa aditiva “não só... mas também” de uma perspectiva multissistêmica. *Estudos Linguísticos*. XXXIV. São Paulo: USP, 2005.

MÓDOLO, M. As construções correlatas. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura (org.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil – Classes de palavras e processos de construção*. v. 2. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

MORETZSOHN, S. *Jornalismo em “tempo real”*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MOURET, F. La syntaxe des coordinations corrélatives du français. *Langage*, n. 160, p. 67-92, 2005.

NASCIMENTO, M. J. R. *Repensando as vogais temáticas a partir da gramática das construções*. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

NEVES, M. H. M. — O coordenador interfrasal mas — invariância e variantes. *Alfa*, São Paulo, n.28, p. 21-42, 1984.

- OITICICA, J. *Manual de análise*. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.
- OITICICA, J. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.
- OLIVEIRA, M.; WILSON, V. Linguística e ensino. In: MARTELOTTA, M. E. *Manual de linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 236-242.
- PALMER, F. R. *Mood and modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- PAULIUKONIS, M. A. L. *As estruturas correlatas da comparação: análise semântico-argumentativa do discurso*. 1998. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.
- PAULIUKONIS, M. A. L. A estrutura correlativa como operador discursivo na articulação de cláusulas. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 5, n.9, 2001. Editora da PUCMinas.
- PEREGRIN, Jaroslav. Topic and focus in a formal framework. In: PARTEE, B.; SGALL, P. (org.). *Discourse and meaning: papers in honor of Eva Hajičová*, Amsterdam: Benjamins, 1995b. p. 235-254.
- PEREIRA, M.G.D.; BASTOS, L.C. Linguística, imprensa e academia: artigo jornalístico e acadêmico. In: MOITA LOPES, L.P.; MOLLICA, M.C. (org.). *Espaços e interfaces da linguística e da linguística aplicada*. Rio de Janeiro, 1995. p. 27-43. Cadernos didáticos, n. 17.
- PEREIRA, R.M.F.; ROCHA, T.F. *Discurso midiático: análise retórico-jornalística do gênero editorial*. Monografia (Bacharel em Jornalismo). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.
- PEZATTI, E. G.; LONGHIN, S. R. As construções coordenadas. In: NEVES, M.H.M. (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 13-68.
- PICHELLI, K. R.; PEDRO, M.; CARVALHO, M. A. O discurso de formação da opinião pública: análise dos editoriais sobre as denúncias do “Mensalão” nas revistas Veja e Carta Capital. In: *Revista Unisinos*, 2006.
- PRATOR, C. H.; ROBINETT, B. W. *Manual of american english pronunciation*. EUA: Harcourt Brace & Company, 1985.
- PRINCE, E. F. Toward a taxonomy of give-new information. In: COLE, P. (ed.). *Radical Pragmatics*, 1981. p.223–255.
- QUIRK, R.; GREENBAUM, S. *A University Grammar of English*. Hong Kong: Longman, 1980.
- QUIRK, R. et al.. *A Comprehensive Grammar of the English Language*. London: Longman, 1985.
- RABAÇA, C.A.; BARBOSA, G. *Dicionário de comunicação*. Rio de Janeiro: Codecri, 1978.

RAPOSO, E. B. P. (org.). *Gramática do Português* Vol. I e II. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2013.

REVISTA VEJA ONLINE. Disponível em: <https://veja.abril.com.br> . Acesso: mar. 2016-dez. 2018.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia editores, 1959.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 36. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 43. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

RODRIGUES, V. V. *Construções comparativas: estruturas oracionais?* 2001. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

RODRIGUES, V. V. Correlação. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.

RODRIGUES, V. V. Em foco a correlação. *Revista Diadorim - Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 16, 2014. UFRJ.

ROMAINE, S. *Social-historical linguistics: its status and methodology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

ROOTH, M. A Theory of focus interpretation. *Natural Language Semantics*, v. 1, p. 75-116, 1992.

ROSÁRIO, I.C. *Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional*. 2012. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

ROSÁRIO, I.C. Reflexões sobre o critério da (in)dependência no âmbito da integração de orações. *Revista Línguas & Letras, Paraná*, v. 17, n. 35, 2016. Unioeste.

ROSÁRIO, I.C. *Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional*. Niterói: EdUFF, 2018.

ROSCH, E.; MERVIS, C. B.; GRAY, W. D.; JOHNSON, D. M.; BOYES-BRAEM, P. Basic objects in natural categories. *Cognitive Psychology*, v. 8, p. 382-439, 1976.

ROSCH, E. Principles of categorization. In: ROSCH, E.; LLOYD, B. B. (org.). *Cognition and Categorization*. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum. 1978. p.27-47.

SANTOS, E.C.M. *Gramaticalização da noção de consequência nos processos de combinação de cláusulas*. 2009. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SAUSSURE, F. *Cours de linguistique générale*. Lausanne et Paris: Payot, 1916.

SEARLE, J. R. *Speech Acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SWALES, J. M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. New York: Cambridge University Press, 1990.

SWALES, J. M. *Research genre: explorations and applications*. New York: Cambridge University Press, 2004.

SBISÀ, M. Ideology and persuasive use of presupposition. In: VERSCHUEREN, J. (ed.). *Language and ideology: selected papers from the 6th International Pragmatics Conference*. Bélgica: IPrA, 1999. v. 1, p. 492-509.

SCALZO, M. *Jornalismo de Revista*. São Paulo: Contexto, 2007.

SHINZATO, R. Two types of conditionals and two different grammaticalization paths. In: HANCIL, S.; HASELOW, A.; POST, M. (ed.). *Final particles*. Alemanha: De Gruyter Mouton, 2015. p. 157-180.

SILVA, C. L. A Carta ao Leitor de Veja: um estudo histórico sobre editoriais. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, v.32, n.1, p. 89-107, jan./jun. 2009.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevância: comunicação e cognição*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1995.

STALNAKER, R. C. Presupposition. *Journal of Philosophical Logic*, n. 2, p. 447-457, 1973.

STALNAKER, R. C. Pragmatic presuppositions. In: M. K. Munitz and P. K. Unger (ed.). *Semantics and philosophy*, 197–214. New York: New York University Press, 1974. p. 471–482.

STALNAKER, R. C. Common ground. *Linguistics and Philosophy*, Netherlands, n. 25, p. 701-721, 2002. Kluwer Academic Publisher.

STRAWSON, P. F. On Referring. *Mind*. New Series, v. 59, n.235, p. 320-344, jul.1950.

SWAN, Michael. *Practical english usage*. Oxford: OUP, 1984.

VELOZO, N. A. *Usos de mas+cláusula no gerenciamento da conversa: uma proposta de descrição semântico-cognitiva*. 2015. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

VERSCHUEREN, J. À la recherche d'une Pragmatique Unifiée. *Les Actes de Discours, Rev. Communications*, Paris, n. 32, 1980. Seuil.

VIEIRA, M. H. G. N. *O gênero editorial: uma proposta de caracterização*. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

WARD, G.; BIRNER, B. Information structure and non-canonical syntax. *In: HORN, L. R.; WARD, G. (ed.) The Handbook of pragmatics*. United Kingdom: Blackwell Publishing, 2006. p.153-174.

WICHMANN, A. Please - from courtesy to appeal: the role of intonation in the expression of attitudinal meaning. *English Language and Linguistics*, Cambridge, 9, p. 229-253, 2005. Cambridge University Press.

WILDE, C. P. *A sketch of the Phonology and Grammar of Rājban̄shi*. 2008. Tese (Doutorado) - Helsinki University, Helsinki, 2008.